Banco do Estado de Sergipe S/A | Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 - Bairro Inácio Barbosa CEP 49040-840 - Aracaju - Sergipe

2022



### BANCO DO ESTADO DE SERGIPE S.A. **RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 4T2022 E DE 2022**

Para Divulgação Imediata: Aracaju, 27 de fevereiro de 2022. O Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE ("Banese" ou "Banco"), Sociedade Anônima de capital misto, com ações transacionadas na B3 sob os códigos BGIP3 (Ações Ordinárias Nominativas) e BGIP4 (Ações Preferenciais Nominativas) e listadas no índice ITAG (Índice de Ações com Tag Along Diferenciado), anuncia seus resultados para o 4T2022 e o ano de 2022. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banese, no endereço https://ri.banese.com.br/.

### BANESE REGISTRA LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 75,5 MI ATIVOS DE CRÉDITO E VOLUME CAPTADO SEGUEM CRESCENTES

## Destaques do 4T22

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 4T21 (12M)

- Operações de Crédito cresceram R\$ 192,4 milhões (+5,8%); Ativos totais totalizaram R\$ 7,8 bilhões (+6,0%);
- Receitas totais cresceram R\$ 384,9 milhões (+38,5%); Captações Totais atingiram R\$ 6,8 bilhões (+6,1%);
- Ativos líquidos de crédito registraram R\$ 3,4 bilhões (+5,1%).

# **OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R\$ MILHÕES** 3.562,8 3.528,2 3.508,0 3.438,8 3.335,8 2T22 4T22

Todas as comparações nessa seção referem-se ao 3T22 (3M)

- Patrimônio Líquido de R\$ 595,6 milhões (+2,3%);
- Resultado Operacional com incremento de R\$ 41,1 milhões (+328,8%);
- Margem Líquida com incremento de 13,9 pp.;
- Despesa de Provisão (PCLD) apresentou redução de 29,3%.



ontato de Relações com Investidores Aléssio de Oliveira Rezende

Diretor Executivo +55 (79) 3218-1200 ri@banese.com.b

4122	4121		V12M	4122	3122		V3M
7.760,9	7.319,5		+6,0%	7.760,9	8.055,4		-3,7%
3.528,2	3.335,8		+5,8%	3.528,2	3.562,8	•	-1,0%
3.450,6	3.328,7		+3,7%	3.450,6	3.742,2		-7,8%
6.840,2	6.448,7		+6,1%	6.840,2	7.123,5	•	-4,0%
595,6	561,3		+6,1%	595,6	582,3		+2,3%
	7.760,9 3.528,2 3.450,6 6.840,2	7.760,9 7.319,5 3.528,2 3.335,8 3.450,6 3.328,7 6.840,2 6.448,7	7.760,9 7.319,5 3.528,2 3.335,8 3.450,6 3.328,7 6.840,2 6.448,7	7.760,9     7.319,5     ▲ +6,0%       3.528,2     3.335,8     ▲ +5,8%       3.450,6     3.328,7     ▲ +3,7%       6.840,2     6.448,7     ▲ +6,1%	7.760,9         7.319,5         \$\begin{array}{c} +6,0% & 7.760,9 \\ 3.528,2 & 3.335,8 & +5,8% & 3.528,2 \\ 3.450,6 & 3.328,7 & +3,7% & 3.450,6 \\ 6.840,2 & 6.448,7 & +6,1% & 6.840,2 \end{array}	7.760,9     7.319,5     \$\to\$ +6,0%     7.760,9     8.055,4       3.528,2     3.335,8     \$\to\$ +5,8%     3.528,2     3.562,8       3.450,6     3.328,7     \$\to\$ +3,7%     3.450,6     3.742,2       6.840,2     6.448,7     \$\to\$ +6,1%     6.840,2     7.123,5	7.760,9         7.319,5         ▲ +6,0%         7.760,9         8.055,4         ▼           3.528,2         3.335,8         ▲ +5,8%         3.528,2         3.528,2         3.652,8         ¥           3.450,6         3.328,7         ▲ +3,7%         3.450,6         3.742,2         ▼           6.840,2         6.448,7         ▲ +6,1%         6.840,2         7.123,5         ▼

Itens de Resultado - R\$ milhões	2022	2021		V12M	4T22	3T22		V3M
Receitas Totais	1.384,9	1.000,0		+38,5%	379,5	361,4		+5,0%
Resultado Bruto Interm. Financeira	385,7	427,1	▼	-9,7%	112,3	97,2		+15,5%
Resultado Operacional (2)	89,8	150,2		-40,2%	53,6	12,5		+328,8%
Margem Financeira (3)	522,3	499,0		+4,7%	142,1	131,3		+8,2%
EBITDA (4)	118,1	152,4		-22,5%	60,7	21,7		+179,7%
Lucro Líquido	75,5	83,7	▼	-9,8%	55,9	3,0		+1763,3%
Receita Líquida de Juros (NII) (5)	485,9	468,8		+3,6%	128,6	121,2		+6,1%
Receita de Serviços	125,4	129,1	▼	-2,9%	31,9	32,5	•	-1,8%
Despesas com Provisões (PCLD)	205,2	147,5		+39,1%	41,8	59,1	•	-29,3%
Despesas Administrativas	397,5	368,3		+7,9%	106,2	99,7		+6,5%
Margem Líquida (6)	5,5%	8,3%		-2,8 pp.	14,7%	0,8%		+13,9 pp.
Margem EBITDA (7)	8,5%	15,2%	▼	-6,7 pp.	16,0%	6,0%		+10,0 pp.

Índices e Medidas de Eficiência (%)	2022	2021		V12M	4T22	3T22		V3M
Inadimplência (% da carteira)	1,18%	1,21%		-0,03 pp.	1,18%	1,63%	•	-0,45 pp.
Índice de Basileia	13,57%	13,15%		+0,42 pp.	13,57%	12,73%		-0,84 pp.
Margem Líquida de Juros (NIM) (8)	6,6%	6,9%		-0,3 pp.	1,8%	1,6%		+0,2 pp.
Rentabilidade s/ Ativos (ROAA) (9)	0,9%	1,2%	•	-0,3 pp.	0,9%	0,3%		+0,6 pp.
Rentabilidade s/ Patrim. Líq. (ROE) (10)	13,1%	15,7%		-2,6 pp.	13,1%	4,5%		+8,6 pp.
Índice de Eficiência (11)	77,8%	66,2%		+11,6 pp.	73,6%	76,9%	•	-3,3 pp.
Índice de Provisionamento	4,7%	4,1%		+0,6 pp.	4,7%	4,7%		ND
Índice de Cobertura Adm. (12)	31,6%	35,0%	•	-3,4 pp.	30,1%	32,6%	•	-2,5 pp.
Índica da Cabartura Falha (13)	67.60/	74.00/		6 4 nn	64 204	72 104		0 O nn

- -6,4 pp. | 64,2%
- e de cubertura Foina "" "o, 7,0" | 74,0" | W 0,4 pp. | 07,2" | 75,1" | W 3,5 pp. | Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários + Créditos Vinculados Remunerados Receita Operacional Despesa Operacional (não considera receitas e despesas não operacionals). Resultado Bruto da Internediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa. Resultado Operacional Equivalencia Patrimonial + Depreciação/Amortização. Receita de juros (operações de crédito + aplicações financeiras) Despesa de juros (captação, TVM, empréstimos e participações).
- Lucro Líquido / Receita Total.

  EBITDA / Receita Total.

  Receita de juros líquida / Saldo médio dos ativos geradores de receitas (op. crédito + aplicações interfinanceiras + TVM + relações interfinanceiras).

  Lucro Líquido sobre Ativo Total Médio (taxa anualizada).

  Lucro Líquido sobre Patrimônio Líquido Médio (taxa anualizada).

  Despesas Administrativas / (Resultado Bruto de Intermediação Financeira + Receita de Serviços) \*.

  Receita de Serviços / Despesas Administrativas.

  Receita de Serviços / Custos diretos e indiretos de Folha.

Este relatório pode conter informações sobre eventos futuros. Tais informações refletem expectativas da administração que podem não se tomar reais por motivos intrinsecos ou extrinsecos à Companhia. Palavars como "caredita," cantecipa", "deseja", "preve", "espera" e similares, pretendem identificar informações que necessariamente emohem riscos futuros, conhecidos ou não.

Riscos conhecidos incluem incertezas e não são imitados o impacto da competitividade de preços e serviços, aceitação de serviços na ornerada, mercado competitivo, aspectas macroeconômicos internos ou sistêmicos, ambiente regulamentar e legal, flutuações de moedos, inflação e tixas de juros, riscos políticos e outros riscos, descritos em materiais publicados anteriormente pelo Banese. Esse relatório e sát atualizado da el a data de sua publicação e o Banese não pode ser responsabilizado por eventos posteriores, não previstos ou mencionados neste relatório.

\*Alteração de metodologia no 2T2021.

### ≈ MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Enquanto a economia mundial continua piorando, devido à alta inflação, juros em elevação e desaquecimento do nível de atividade, os índices da atividade econômica brasileira já retornaram a patamares pré-pandemia, o que influenciou fortemente os fatores de crescimento do país. O IPEA revisou a previsão de crescimento para o PIB de 2022 no patamar de 3,1%, junto à inflação oficial de 5,79% em 2022, muito acima do centro da meta. A dura política monetária (dando ao Brasil o major juro nominal do G20), levou o Brasil, mesmo distante da meta, a ser a sexta menor inflação do G20, principalmente dada à espiral inflacionária ao redor do mundo.

No país observa-se que o desemprego tem caído sem que os salários e a produtividade aumentem, de maneira que a mão de obra tem sido alocada em setores de menor rendimento, sinalizando dificuldade de recompor o poder de compra da população e sua capacidade creditícia. O desemprego chegou ao menor nível em 7 anos, fechando 2022 em 8,1%.

Diante deste cenário, o desempenho da Companhia foi afetado pela elevação do custo operacional, que foi diretamente impactado pela alta da inflação e da taxa básica de juros da economia — Selic, com destaque para elevação da inadimplência, das despesas com provisões para operações de crédito e do resultado de equivalência patrimonial.

Ainda assim, seguimos investindo fortemente no desenvolvimento tecnológico do Conglomerado, para melhor adaptação às exigências de mercado, com destaque a disponibilização para os clientes do banco digital Desty e o lançamento da solução de pagamentos Mulvi Pay, visando cumprir a nossa missão de simplificar a vida das pessoas com soluções financeiras inovadoras, e a nossa visão de ser reconhecido pela contribuição no desenvolvimento socioeconômico das regiões onde atuamos.

Dirigimos especial reconhecimento aos nossos colaboradores pelo compromisso com a perenidade do Banese mesmo diante de um panorama tão adverso. Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pela confiança em nós depositada.

# ≈ ANÁLISE DAS OPERAÇÕES

# **Ativos**

## Total de Ativos por Tipo – R\$ milhões

	4T22	4T21		V12M	3T22		V3M
Ativos de Crédito	3.528,2	3.335,8		+5,8%	3.562,8	•	-1,0%
(-) Provisões	-165,0	-135,7		+21,6%	-168,5	•	-2,1%
Ativos Líquidos de Crédito	3.363,2	3.200,1		+5,1%	3.394,3	•	-0,9%
Aplicações Financeiras	2.950,3	2.959,7	•	-0,3%	3.382,7	•	-12,8%
Créditos Vinculados	693,4	471,6		+47,0%	481,9		+43,9%
Permanente	165,0	177,6	▼	-7,1%	168,0	•	-1,8%
Outros	589,0	510,5		+15,4%	628,5	•	-6,3%
Total	7.760,9	7.319,5		+6,0%	8.055,4	$\overline{}$	-3,7%

Os ativos totais do Banese chegaram a marca dos R\$ 7,8 bilhões ao final do 4T22, com crescimento de 6,0% em 12 meses, no qual destaca-se o crescimento no saldo dos ativos líquidos investidos em crédito, com variação positiva de 5,1% em 12M (R\$ +163,1 milhões), registrando uma carteira de R\$ 3,4 bilhões ao final do exercício.

O volume de provisionamento apresentou expansão em 12 meses em decorrência do crescimento da carteira e da piora de ratings de operações de crédito. No trimestre, a ligeira redução no saldo de provisão está associada à redução do saldo da carteira, que, além das amortizações, foi impactado pelas baixas em prejuízo na carteira de Crédito Comercial, com destaque para as operações de capital de giro pessoa jurídica e crédito pessoal (CDC) pessoa física.

No encerramento do 4T22, os ativos líquidos de crédito representaram 43,3% do ativo total e as aplicações financeiras participaram com 38,0%. Em 12 meses os ativos líquidos de crédito reduziram sua participação em 0,4 pp., enquanto as aplicações financeiras reduziram em 2,4 pp.. Comparado ao trimestre anterior, os ativos líquidos de crédito cresceram sua participação relativa em 1,2 pp. e as aplicações financeiras reduziram em 3,9 pp..

Em relação aos créditos vinculados, a variação observada em 12 meses (R\$ +221,8 milhões), impulsionada no último trimestre (R\$ +211,5 milhões), é decorrente do aumento do saldo do exigível sobre depósitos à vista (R\$ 41,4 milhões) e depósitos de poupança (R\$ 133 milhões, impactado, principalmente, pelo término da dedução oriunda de aplicações em Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE), aumento do saldo mantido junto ao Banco Central para fazer frente aos Pagamentos Instantâneos – PIX (R\$ 30,7 milhões) e da redução de provisão de Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS (17,9 milhões, resultante da migração da situação do contrato para validado e de atualização das estimativas razoáveis que mensuram tais provisões).

O Ativo Permanente apresentou decremento em 12 meses (R\$ -12,6 milhões) e no trimestre (R\$ -3,0 milhões), atribuídos, principalmente, ao impacto da incorporação de resultados da MULVI Instituição de Pagamentos S.A., empresa pertencente ao conglomerado Banese e da depreciação do imobilizado, tendo seu efeito suavizado com o crescimento do intangível.

# Captacões

Captação por Linha de Produtos - R\$ milhões

	4T22	4T21		V12M	3T22		V3M
Depósitos à Vista	1.185,2	1.158,4	<b>A</b>	+2,3%	1.092,8		+8,5%
Poupança	2.034,5	1.937,9	<b>A</b>	+5,0%	1.968,0		+3,4%
Depósitos Judiciais	1.546,0	1.287,3	<b>A</b>	+20,1%	1.490,6		+3,7%
CDB/RDB	1.637,1	1.568,3	<b>A</b>	+4,4%	2.126,4	▼	-23,0%
CDI/DPGE	146,5	152,0	▼	-3,6%	124,5		+17,7%
LF/LFS/LCI	166,6	186,8	▼	-10,8%	176,4	▼	-5,6%
Compromissadas	15,4	13,0	<b>A</b>	+18,5%	16,7	▼	-7,8%
Obrigações de Repasses	108,9	145,0	▼	-24,9%	128,1	•	-15,0%
Total	6.840,2	6.448,7	<b>A</b>	+6,1%	7.123,5	$\blacksquare$	-4,0%

Ao final do 4T22 o total de recursos captados alcançou R\$ 6,8 bilhões, um acréscimo de 6.1% em 12M, reflexo, principalmente, do crescimento dos depósitos judiciais com remuneração (R\$ +258,7 milhões), depósitos de poupança (R\$ +96,6 milhões) e a prazo (R\$ +68,8 milhões). Em 3M o total de recursos captados apresentou redução de 4,0% (R\$ -283,3 milhões), resultante principalmente da retração nos depósitos a prazo de governo (R\$ -489,3 milhões).

O volume das captações em depósitos interfinanceiros (CDI) apresentou redução de 3,6% nos últimos 12 meses (R\$ -5,5 milhões), em decorrência de vencimentos não renovados em DPGE, mesmo com aumento das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito rural que possuem reciprocidade na captação de depósitos interfinanceiros; e crescimento de 17,7% no último trimestre, em decorrência do aumento das aplicações em depósitos interfinanceiros vinculados ao crédito imobiliário que possuem reciprocidade na captação de depósitos interfinanceiros.

O saldo das captações em Letras Financeiras Subordinadas apresentou crescimento de 11,5% em 12M (R\$ +14,5 milhões) e de 2,3% no último trimestre (R\$ +3,2 milhões), ambos resultantes da remuneração do estoque. As Letras Financeiras apresentaram redução de 35,1% (R\$ -11,0 milhões) em 12M, decorrente de vencimentos não renovados, e elevação de 3,4% em 3M, resultante da remuneração do estoque. As captações em Letras de Crédito Imobiliário apresentaram decréscimo de 80,3% em 12M (R\$ -23,7 milhões), e de 69,8% no trimestre (R\$ -13,5 milhões), decorrentes de vencimentos não renovados.

### Evolução dos Depósitos a Prazo (CDB/RDB)

Os depósitos a prazo atingiram R\$ 1,6 bilhão em dezembro de 2022, apresentando crescimento de 4,4% (R\$ +68,8 milhões) em 12 meses, decorrente da elevação das captações do governo, pessoas físicas e jurídicas, e recuo de -23,0% (R\$ -489,3 milhões) no trimestre, impactado pela redução da captação

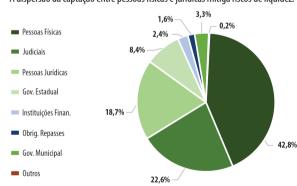
A estrutura das captações é diversificada, o que contribui para manter níveis confortáveis de liquidez, bem como para dar suporte à retomada das concessões de crédito num cenário de recuperação da economia.



# Maiores Fontes de Captação (% do total)

A maior fonte de captação de recursos do Banese é de pessoas físicas, representando 42,8% do volume captado. Os depósitos judiciais representam 22,6% do total do volume captado pelo Banese. As pessoas jurídicas respondem por

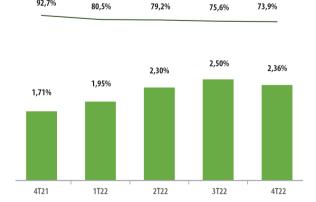
18.7% das captações. A dispersão da captação entre pessoas físicas e jurídicas mitiga riscos de liquidez.

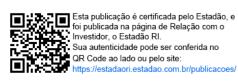


O custo de captação absoluto apresentou decréscimo de 0,14 pp. entre o 4T22 e o 3T22, em decorrência da menor quantidade de dias úteis no período e. na comparação com o 4T21, aumento de 0,65 pp., em decorrência do aumento da taxa SELIC Meta, que remunera a maior parte da captação pós-fixada. Em termos relativos de CDI, a redução apresentada no 4T22 é proveniente do aumento de participação das captações de poupança e depósito judicial, bem como da leve redução do custo na captação dos depósitos a prazo e, em 12 meses, decorre, além do supracitado, da redução da inflação, do aumento da taxa SELIC Meta e da relatividade das taxas prefixadas, mesmo com o aumento do custo das captações em termos financeiros.

# CUSTOS DE CAPTAÇÃO (Absoluto e em % do CDI)

92,7%







### Crédito

### Carteira de Crédito por Tipo – R\$ milhões

	4T22	4T21		V12M	3T22		V3M
Carteira Comercial*	2.516,1	2.359,3		+6,6%	2.523,0	▼	-0,3%
Para Pessoas Físicas	2.096,4	1.805,3		+16,1%	2.061,0		+1,7%
Para Pessoas Jurídicas	419,7	554,0	▼	-24,2%	462,0	▼	-9,2%
Carteira de Desenvolvimento	738,1	707,1	<b>A</b>	+4,4%	772,5	▼	-4,5%
Para Pessoas Físicas	609,8	570,6		+6,9%	633,8	▼	-3,8%
Para Pessoas Jurídicas	128,3	136,5	•	-6,0%	138,7	•	-7,5%
Títulos e Créditos a Receber	274,0	269,4		+1,7%	267,3		+2,5%
Total	3.528,2	3.335,8	<b>A</b>	+5,8%	3.562,8	▼	-1,0%

(\*) modalidade de crédito de livre destinação

A carteira de crédito do Banese alcançou R\$ 3,5 bilhões de ativos, registrando um crescimento de 5,8% na comparação anual, e redução de 1,0% quando comparado ao último trimestre. Na sua composição, R\$ 2,5 bilhões correspondem à carteira de crédito comercial, a qual cresceu 6,6% em 12 meses, e apresentou leve redução de 0,3% no último trimestre.

O incremento no saldo aplicado da carteira de crédito comercial do Banese deve-se, sobretudo, à estratégia organizacional de vendas, com ações direcionadas para o crédito nos canais digitais, realização de convênios com novas empresas e órgãos públicos, ações junto aos Correspondentes no País para impulsionar a concessão de crédito, além da retenção e compra de dívida para servidores ativos e inativos do Estado de Sergipe e Prefeituras.

A carteira de crédito comercial voltada ao segmento Pessoa Física alcançou o saldo de R\$ 2,1 bilhões ao final do 4T22, crescimento de 16,1% em 12 meses e de 1,7% no trimestre. Destaque para as linhas de consignação, que registraram saldo aplicado de R\$ 1,5 bilhão, e incrementos de 19,4% em 12 meses (R\$ +236,1 milhões) e de 4,2% no trimestre (R\$ +58,8 milhões), contribuindo assim com a elevação da carteira de menor risco.

A carteira de crédito comercial destinada a Pessoas Jurídicas registrou decremento de 24,2% em 12M e 9,2% em 3M, em razão da redução das operações de financiamento a capital de giro, amortizações e baixas para prejuízo

O Banese é detentor da maior fatia do mercado de crédito com recursos livres de Sergipe, 34,1% de participação, segundo dados do Banco Central do Brasil (novembro/2022). A exposição é focada em operações de varejo, com destaque para créditos consignados, vinculados a salários e direcionados a pequenas e médias empresas.

A carteira de crédito de desenvolvimento, que engloba as carteiras imobiliária, financiamento e rural, representou 20,9% da carteira de crédito total do Banese, totalizando um saldo aplicado de R\$ 738,1 milhões ao final do 4T22. Em 12 meses, o crescimento de 4,4% foi influenciado principalmente pelas operações concedidas nas carteiras rural (+12,2%) e imobiliária (+8,0%). No último trimestre, o saldo do crédito de desenvolvimento registrou decremento de 4,5%, influenciado por operações na carteira de financiamentos (-16,2%) e crédito rural (-10,2%).

A carteira de Títulos e Créditos a Receber com Características de Concessão de Crédito apresentou crescimento na ordem de R\$ 4,6 milhões em 12 meses e de R\$ 6,7 milhões no último trimestre, motivado pela maior utilização do limite rotativo de cartão de crédito no período.

## Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ mi	ilhões			% Ca	% Carteira		
	4T22	4T21		Variação	4T22	4T21		Variação
AA	1.619,4	1.371,8		+18,0%	45,9%	41,1%	<b>A</b>	+4,8 pp.
A	1.161,2	1.098,9		+5,7%	32,9%	32,9%	•	ND
В	339,0	467,6	•	-27,5%	9,6%	14,0%	•	-4,4 pp.
C	148,8	192,0	•	-22,5%	4,2%	5,8%	•	-1,6 pp.
D - H	259,8	205,5		+26,4%	7,4%	6,2%	<b>A</b>	+1,2 pp.
Total	3.528,2	3.335,8	<b>A</b>	+5,8%	100,0%	100,0%	<b>•</b>	ND

Em termos relativos, as operações de crédito classificadas entre as faixas de risco "AA" a "C" representaram 92,6% do total da carteira do Banese (-1,2 pp. em comparação aos 93,8% do 4T21). Os créditos classificados nas faixas de risco "D" a "H", que concentram as operações de maior risco de crédito, representaram 7,4% da carteira de crédito do Banese (+1,2 pp. em relação aos 6,2% verificados no 4T21).

# Qualidade do Crédito por Carteira 4T22- R\$ milhões

	Total	Crédito Comercial	Financia- mentos	Rural	Imobiliário	Outros
AA	1.619,4	1.619,4	0	0	0	0
A	1.161,2	273,6	11,9	154,0	452,5	269,2
В	338,9	266,6	32,5	25,1	12,0	2,7
C	148,8	102,7	25,4	14,9	4,8	1,0
D - H	259,9	219,5	12,7	24,4	2,2	1,1
Total	3.528,2	2.481,8	82,5	218,4	471,5	274,0

Em relação à segmentação do crédito por níveis de risco, os produtos da carteira de financiamentos apresentam os créditos com qualidade inferior, onde aqueles classificados como "D — H" representam 15,4% da carteira.

# **Aplicações Financeiras**

# Aplicações Financeiras – R\$ milhões

	4T22	4T21		V12M	3T22		V3M
Interfinanceiras de Liquidez	1.367,8	1.514,7	▼	-9,7%	1.755,7	▼	-22,1%
Títulos e Valores Mobiliários (TVM)	1.532,7	1.398,0	<b>A</b>	+9,6%	1.572,9	▼	-2,6%
Cotas de Fundos	3,7	3,4		+8,8%	3,6		+2,8%
Renda Fixa	1.529,0	1.394,6	<b>A</b>	+9,6%	1.569,3	▼	-2,6%
Compromissadas + Prest. Garantia	49,8	13,6		+266,2%	54,1	▼	-7,9%
Depósitos Compulsórios Remunerados	500,3	402,4	<b>A</b>	+24,3%	359,5	<b>A</b>	+39,2%
Total	3.450,6	3.328,7	▲	+3,7%	3.742,2	▼	-7,8%

As aplicações interfinanceiras de liquidez registraram decréscimo de 9,7% em 12 meses (R\$ -146,9 milhões) e de 22,1% no último trimestre (R\$ -387,9 milhões), decorrente de vencimentos não renovados em DI e DPGE e menor volume disponível para as aplicações em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, tendo em vista a evolução da carteira de crédito e aumento do recolhimento compulsório sobre recursos de depósitos de poupança, resultante do término da dedução de exigibilidade de saldo de aplicações em DPGE.

Os Títulos e Valores Mobiliários apresentaram crescimento de 9,6% em relação ao 4T21 (R\$ +134,7 milhões) impactado pela aquisição de Letras Financeiras do Tesouro – LFT e rentabilidade do estoque. Quando comparado ao 3T22 houve redução de 2,6% (R\$ -40,2 milhões), decorrente de vencimentos não renovados em Letras Financeiras.

O Banese encontra-se enquadrado às regras da Circular Bacen nº 3.068/2001, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários. As aplicações feitas em instrumentos de liquidez, denominadas em moeda nacional, são marcadas a mercado para mitigação de riscos relacionados à variação de valor e volatilidade de instrumentos financeiros.

### Rentabilidade da Carteira

A estratégia da carteira de ativos da tesouraria é manter a alocação em ativos de baixo risco e conservar níveis confortáveis de liquidez e capital, tendo como meta de rentabilidade superar a taxa de juros do país.

A rentabilidade acumulada da carteira no 4T22 foi 105,76% do CDI, inferior à de 106,45% do CDI no 3T22, em decorrência da não renovação de posições em títulos privados. Em 12 meses, a rentabilidade atual foi inferior à de 109,34% do CDI no 4T21, decorrente, além do motivo supracitado, da renovação de alocações com taxas de remuneração inferiores diante do aumento absoluto da taxa de juros do país.

### **≈** ANÁLISE DOS RESULTADOS

### Receitas

Abertura das Receitas - R\$ milhões

	2022	2021		V12M	4T22	3T22		V3M
Receitas de Crédito	652,4	548,9		+18,9%	170,3	165,9		+2,7%
Receitas de Aplicações Financeiras	406,3	139,1		+192,1%	103,4	118,2		-12,5%
Receitas de Prestação de Serviços	125,4	128,9	•	-2,7%	31,9	32,5	▼	-1,8%
Receitas de Participações	2,8	9,1		-69,2%	0,5	0,0	▼	+100,0%
Outras Receitas Operacionais	198,0	174,0	▼	+13,8%	73,4	44,8	▼	+63,8%
Total	1.384,9	1.000,0		+38,5%	379,5	361,4	lack	+5,0%

As receitas do Banese totalizaram R\$ 1.384,9 milhões em 2022, 38,5% acima das receitas totais de 2021. As maiores variações observadas ocorreram nas receitas de aplicações financeiras (R\$ +267,2 milhões), consequente, sobretudo, do aumento da taxa básica de juros no país; e nas receitas de crédito, crescimento na ordem de R\$ 103,5 milhões, diretamente influenciado pelo aumento da carteira. As outras receitas operacionais apresentaram incremento de R\$ 28,6 milhões e de R\$ 24,0 milhões no 4T22 e no exercício 2022, respectivamente, diretamente influenciadas pelas rendas oriundas de reversões e registros de contratos de créditos do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, reversão de passivo atuarial em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) — Benefícios a Empregados, reversão de provisão referente à Lei do Bem de 2019, reversão de provisão de passivo fiscal de processos transitados em julgado favoráveis ao Banese e atualização de precatórios.

As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 31,9 milhões ao final do 4T22 e acumularam R\$ 125,4 milhões no ano. No comparativo com o último trimestre observamos um decremento de 1,8%, ocasionado pela queda nas receitas com convênios; e em 12 meses a queda registrada foi de 2,7%, impactada principalmente pela redução nas tarifas de empréstimo comercial.

No sentido de criar novas fontes de receitas para se manter competitivo no mercado bancário, o Banese vem desenvolvendo ferramentas necessárias para disponibilizar aos clientes os serviços vinculados aos pagamentos instantâneos - Pix, cuja tarifação é permitida (Pix Cobrança, Pix Saque, Pix Troco e Pix Arrecadação).

# Custos e Despesas

# Custos Diretos das Operações – R\$ milhões

	2022	2021	V12M	4T22	3T22		V3M
Despesas de Captação	541,4	199,9	<b>▲</b> +170,8%	137,7	154,1	•	-10,6%
Resultado de TVM	1,0	3,6	▼ -69,4%	0,1	0,0	•	ND
Desp. Obrigações p/Empréstimos	10,6	11,9	▼ -10,9%	2,5	2,4		+4,2%
Total	553,1	215,4	<b>▲</b> +156,8%	140,3	156,5	▼	-10,4%

Os custos totais diretos das operações apresentaram crescimento de 156,8% (R\$ +337,7 milhões) entre os anos de 2022 e 2021, diretamente relacionado à elevação da taxa básica de juros da economia — Selic e ao incremento do volume médio captado no período. No trimestre apresentaram decréscimo de 10,4% (R\$ -16,2 milhões) impactado pela redução do volume médio da captação em depósito a prazo.

As despesas de captação apresentaram redução 10,6% (R\$ -16,4 milhões) no trimestre, decorrente do motivo supracitado. Na variação ano, crescimento de 170,8% (R\$ 341,5 milhões) diretamente relacionado à elevação da taxa básica de juros da economia — Selic Meta, destacando-se a elevação dos custos associados aos Depósitos a Prazo, de Poupança e Judiciais.

# Receita Líquida de Juros (NII)

As Receitas Líquidas de Juros (Receitas de Empréstimos mais Receitas de Aplicações Financeiras menos os Custos Diretos de Captação) apresentaram crescimento de 6,1% na variação do trimestre e de 3,6% na variação em 12 meses. O resultado é uma combinação dos fatores já apresentados nos itens anteriormente mencionados neste relatório. No trimestre o resultado foi influenciado. principalmente, pela redução nas despesas com captação.

### Receita Líguida de Juros (NII) 485,9 468,9 128,6 121,4 117,5 118,6 121,2 4T21 1T22 2T22 3T22 4T22 2021 2022

# Despesas com Pessoal/Folha – R\$ milhões

2022	2021		V12M	4T22	3T22		V3M
110,4	105,9		+4,2%	28,2	26,5		+6,4%
25,6	22,5		+13,8%	8,2	5,7		+43,9%
48,4	45,4		+6,6%	12,9	12,0		+7,5%
1,2	0,5		+140,0%	0,4	0,3		+33,3%
185,6	174,3	<b>A</b>	+6,5%	49,7	44,5	<b>A</b>	+11,7%
	110,4 25,6 48,4 1,2	110,4 105,9 25,6 22,5 48,4 45,4 1,2 0,5	110,4 105,9 <b>A</b> 25,6 22,5 <b>A</b> 48,4 45,4 <b>A</b> 1,2 0,5 <b>A</b>	110,4 105,9 ▲ +4,2% 25,6 22,5 ▲ +13,8% 48,4 45,4 ▲ +6,6% 1,2 0,5 ▲ +140,0%	110,4     105,9     ▲ +4,2%     28,2       25,6     22,5     ▲ +13,8%     8,2       48,4     45,4     ▲ +6,6%     12,9       1,2     0,5     ▲ +140,0%     0,4	110,4     105,9     ▲ +4,2%     28,2     26,5       25,6     22,5     ▲ +13,8%     8,2     5,7       48,4     45,4     ▲ +6,6%     12,9     12,0       1,2     0,5     ▲ +140,0%     0,4     0,3	110,4     105,9     ▲ +4,2%     28,2     26,5     ▲       25,6     22,5     ▲ +13,8%     8,2     5,7     ▲       48,4     45,4     ▲ +6,6%     12,9     12,0     ▲       1,2     0,5     ▲ +140,0%     0,4     0,3     ▲

As despesas com pessoal apresentaram crescimento de 6,5% em 12 meses (R\$ +11,3 milhões) e de 11,7% (R\$ +5,2 milhões) nos últimos três meses. Em 2022, ocorreu a contratação de 183 funcionários aprovados em concursos públicos realizados em 2021 e 2022 (157 Técnicos Bancário I e 26 Técnicos Bancário III) e de 06 novas pessoas admitidas no 4T2O22, como contrapartida houve 149 desligamentos, principalmente, decorrente do Programa de Estímulo à Aposentadoria – PEA. Houve também reajuste salarial e pagamento de abono firmados em Convenção Coletiva Nacional e Acordo Coletivo específico do Banese, respectivamente.

O índice de cobertura de folha registrado em 2022 foi de 67,6%, 6,4 pp. abaixo do índice registrado em 2021. No trimestre houve redução de 8,9 pp.. Para a cobertura das despesas administrativas foi registrado um índice de 31,6% em 2022, variando em -3,4 pp. no ano, e no 4T22 foi registrado índice de 30,1%, -2,5 pp. em relação ao 3T22.

Outras Despesas Administrativas – R\$ milhões

	2022	2021		V12M	4T22	3T22		V3M
Serviços de Terceiros	109,9	91,8		+19,7%	29,0	31,4	•	-7,6%
Consumo, Manutenção e Materiais	21,4	21,5	▼	-0,5%	5,1	5,0		+2,0%
Serviços Financeiros e Processamento de Dados	43,3	39,5		+9,6%	14,0	11,2		+25,0%
Seguros	3,5	4,0	▼	-12,5%	0,6	0,7	▼	-14,3%
Transportes de Numerário	9,9	10,6	•	-6,6%	1,5	2,2	•	-31,8%
Tributárias	1,9	1,1		+72,7%	0,2	0,3	▼	-33,3%
Despesas Outras	22,0	25,4	•	-13,4%	6,0	4,5		+33,3%
Total	211,9	193,9		+9,3%	56,4	55,3	lack	+2,0%

As outras despesas administrativas apresentaram incremento de 9,3% em 12 meses (R\$ +18,0 milhões), destacando-se os grupos de Serviços de Terceiros (com Assessorias Técnicas) e Serviços Financeiros e Processamento de Dados (com custos com manutenção de softwares e execução de serviços de tecnologia). No último trimestre o incremento foi de 2,0% (R\$ +1,1 milhão), com destaque para os grupos de Serviços Financeiros e Processamento de Dados (custos com numerário BB e manutenção de softwares) e Despesas Outras (com Promoções e Relações Públicas – patrocínios e doações).

Outras Despesas Operacionais – R\$ milhões

	2022	2021		V12M	4T22	3T22		V3M
Amortização e Depreciação	11,3	14,0	•	-19,3%	2,9	2,8		+3,6%
Provisões p/ Operações de Crédito	205,2	147,5		+39,1%	41,8	59,1	▼	-29,3%
Desvalorização de Créditos	12,0	3,2		+275,0%	6,1	0,5		+1120,0%
Provisões Passivas	19,8	28,0	▼	-29,3%	6,0	5,5		+9,1%
Convênio com Tribunal de Justiça	17,1	17,2	•	ND	4,6	4,4		+4,5%
ISS/PIS/COFINS	38,6	36,0		+7,2%	10,4	9,6		+8,3%
Descontos Concedidos	0,4	4,5	•	-92,0%	0,1	0,1	▼	-40,0%
Participação nos Lucros e Resultados	11,6	12,4	▼	-6,5%	6,8	2,1		+223,8%
Despesas de Participações	19,7	3,8		+418,4%	4,7	6,4	▼	-26,6%
Outras Operacionais Diversas	19,8	18,2		+8,8%	2,7	4,2	▼	-35,7%
Total	355,6	284,8		+24,9%	86,1	94,7	$\blacksquare$	-9,1%

O grupo das Outras Despesas Operacionais apresentou incremento de R\$ 70,9 milhões no comparativo de 12 meses, com destaque para as despesas com provisões para operações de crédito (R\$ +57,7 milhões); Provisão para Desvalorização de Créditos relativos ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS (R\$ +8,8 milhões); e Despesas de Participações (R\$ +15,9 milhões) decorrente do resultado de equivalência patrimonial da MULVI — Instituições de Pagamento S.A., afetado, em especial, pelo aumento da inadimplência do cartão de crédito.

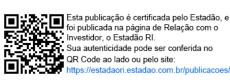
A diminuição nas despesas com Provisões para Operações de Crédito no trimestre foi decorrente da redução da exposição em carteiras que vinham apresentando deterioração da qualidade creditícia. Na variação anual, o incremento na despesa de provisão é decorrente, principalmente, da piora de ratings de operações de crédito da carteira comercial.

# Lucro Líquido

O lucro líquido apresentado pelo Banese em 2022 foi de R\$ 75,5 milhões, 9,8% inferior ao resultado de 2021, impactado pelo aumento do custo de captação, da inadimplência e das despesas com Provisões para Operações de Crédito no cenário econômico adverso marcado pela escalada da taxa Selic e pela forte pressão inflacionária. No 4T22, o lucro líquido foi R\$ 55,9 milhões, R\$ 52,9 milhões acima do resultado do 3T22 e R\$ 44,8 milhões superior ao resultado registrado no 4T21.

A evolução do resultado de 2022 é reflexo positivo do crescimento das receitas de operações de crédito, em especial da carteira comercial, e das receitas de aplicações financeiras, destacando-se ainda: (i) as contenções do orçamento financeiro das despesas administrativas, a fim de buscar neutralizar o aumento do custo operacional decorrente do citado cenário econômico adverso; (ii) as estratégias de inovação que, além de propiciarem ao Banese melhoria de eficiência dos seus negócios e expansão geográfica e digital, permitem retorno dos projetos de inovação através da Lei do Bem, que é um incentivo fiscal que concede redução de IRPJ e CSLL; (iii) atualização das estimativas razoáveis para mensuração das provisões do FCVS; (iv) superávit atuarial em conformidade com o Pronunciamen to Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, o qual não se enquadra para reconhecimento de ativo; (v) de reversão de provisão de passivo fiscal de processos transitados em julgado favoráveis ao Banese; e (vi) economia tributária oriunda da distribuição de Juros sobre Capital Próprio.







### Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do Banese variou positivamente em 6,1% no período de 12 meses e em 2,3% no último trimestre. As variações observadas são consequência da incorporação à reserva de lucros do resultado do período e da distribuição de Juros sobre Capital Próprio - JCP.



### Índices de Rentabilidade e Lucratividade

Em 12 meses, a Margem Líquida apresentou aumento, enquanto o Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) e o Retorno sobre Ativos Médios (ROAA) apresentaram redução.

No último trimestre, observa-se melhoria nos índices registrados, consequência dos resultados apresentados neste relatório.

### ÍNDICES DE RENTABILIDADE E LUCRATIVIDADE (%)



## Capitalização e Basileia — R\$ milhões

indices e Capitalização	4122	4121		VIZM	3122		V3M
Patrimônio de Referência	648,6	613,2		+5,77%	633,3		+2,42%
PR Nível I	524,6	499,9	<b>A</b>	+4,94%	511,8	•	+2,50%
PR Nível II	124,0	113,3		+9,45%	121,5		+2,06%
Índice de Basileia	13,57%	13,15%	<b>A</b>	+0,42 pp.	12,73%	•	+0,84 pp.
Índice de Capital Principal	10,97%	10,72%		+0,25 pp.	10,29%		+0,68 pp.
Índice de Capital Nível I	10,97%	10,72%	<b>A</b>	+0,25 pp.	10,29%	<b>A</b>	+0,68 pp.
Índice Basileia Mínimo + ACP	10,50%	10,00%		+0,50 pp.	10,50%	•	ND
Margem sobre o PR considerando a capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP	69,6	119,8	•	-41,92%	33,6	•	+107,08%

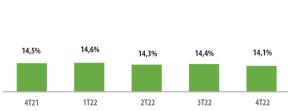
O Índice de Basileia do Conglomerado Banese totalizou 13,57% ao final do 4T de 2022, o que representa um incremento de 0,84 pp. quando comparado ao trimestre anterior, devido principalmente ao resultado acumulado do exercício, seguido pela redução dos Ativos Ponderados pelo Risco de Crédito em 4,31% (R\$ 191,6 milhões).

# Índice de Imobilização

O índice de imobilização encerrou o 4T22 em 14,1%, apresentando uma involução de 0,23 pp., quando comparado ao índice observado no 3T22, em virtude do aumento do Patrimônio de Referência.

O resultado foi substancialmente abaixo do requerimento máximo de imobilização estabelecido pelo Banco Central do Brasil, que é de 50,0%. Vale ressaltar que esse índice é tão melhor quanto menor ele for.

# ÍNDICE DE IMOBILIZAÇÃO (%)



# Ratinas

50%

A Fitch Ratings afirmou, em 13 de junho de 2022, o Rating Nacional de Longo Prazo do Banese em 'AA-(bra)', com Perspectiva Estável; e o Rating Nacional de Curto Prazo em 'F1+(bra)'. Os ratings nacionais do Banese refletem a opinião da Fitch de que, caso necessário, o banco receberia o suporte de seu acionista controlador, o estado de Sergipe, cujo perfil de crédito é avaliado internamente pela agência. A *Fitch* acredita que o Banese é estrategicamente importante para Sergipe, por ser o principal agente financeiro do governo local e ter significativa participação de mercado em créditos e depósitos no estado. Para a agência, o porte da instituição em relação à capacidade financeira de Sergipe exerce alta influência nos ratings. Ainda segundo à agência, o banco apresenta modelo de negócios estável e indicadores econômico-financeiros adequados.

Já a Moody's Local BR Agência de Classificação de Risco Ltda. ("Moody's Local") rebaixou, em 08 de julho de 2022, o rating de emissor para A+.br de AA-.br, o rating de depósito de longo prazo para A+.br de AA-.br, e afirmou o rating de depósito de curto prazo de ML A-1.br. A perspectiva é estável. O rebaixamento reflete, dentre outros fatores, a persistência das pressões geradas pelo aumento da inadimplência da carteira de crédito do Banco, bem como a manutenção dos níveis de capital relativamente baixos quando comparado ao praticado pelo

Agência	Escala	Longo Prazo	Curto Prazo	Perspectiva
Fitch Ratings	Nacional	AA- (bra)	F1+ (bra)	Estável
Moody's Local	Nacional — Depósitos	A+.br	ML A-1.br	Estável

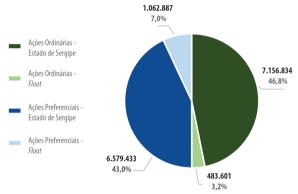
### **■ INFORMAÇÕES ADICIONAIS**

### Banese na B3

A estrutura acionária do Banese no 4T22 correspondia a 89,8% de ações do Governo do Estado de Sergipe e 10,2% de *Free Float*. As ações em circulação são constituídas por 31,3% ON e 68,7% PN.

A composição societária equivale a 15,2 milhões de ações, que consistem em 7,6 milhões de ações ordinárias (BGIP3) e 7,6 milhões de ações preferenciais

As ações do Banese fazem parte do Índice ITAG da B3, que concentra as ações com diretos diferenciados de Tag Along.



### Clientes e Canais de Atendimento

A base de clientes do Banese atingiu um total de 843.104 correntistas e poupadores ao final do ano de 2022, compreendendo 817.674 clientes PF e 25.430 clientes PI

As movimentações financeiras totais registraram uma evolução de 10,6% em relação a 2021, reflexo da retomada total das atividades econômicas. Nos 12 meses do ano de 2022 houve um incremento de 18,5% na quantidade de transações realizadas no Internet e Mobile Banking, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Nos caixas eletrônicos (ATMs) tivemos queda de 15%, já nos Pontos Banese a queda foi de 10% e nos caixas das agências não houve mudanças na comparação anual.

## Dados de Canais

2022	2021		VSM	4122	3T22		VIZM
63	63	•	ND	63	63	▶	ND
09	09	•	ND	09	09	▶	ND
458	476	▼	-18	458	460	▼	-2
216	218	▼	-2	216	210		+6
30,9 Mi	34,9 Mi	•	-11,5%	7,5 Mi	7,7 Mi	▼	-2,6%
R\$ 40,6 Bi	R\$ 41,6 Bi	▼	-2,4%	R\$ 10,1 Bi	R\$ 10,2 Bi	▼	-1,0%
144,8 Mi	122,2 Mi		+18,5%	39,4 Mi	35,6 Mi		+10,7%
R\$ 47,3 Bi	R\$ 41,2 Bi		+15,0%	R\$ 14,0 Bi	R\$ 11,4 Bi		+22,8%
	63 09 458 216 30,9 Mi R\$ 40,6 Bi 144,8 Mi	63 63 09 09 458 476 216 218 30,9 Mi 34,9 Mi R\$ 40,6 Bi R\$ 41,6 Bi 144,8 Mi 122,2 Mi	63 63 ► 09 09 ► 458 476 ▼ 216 218 ▼ 30,9 Mi 34,9 Mi ▼ R\$ 40,6 Bi R\$ 41,6 Bi ▼ 144,8 Mi 122,2 Mi ▲	63 63 ► ND 09 09 ► ND 458 476 ▼ -18 216 218 ▼ -2 30,9 Mi 34,9 Mi ▼ -11,5% R\$ 40,6 Bi R\$ 41,6 Bi ▼ -2,4% 144,8 Mi 122,2 Mi ▲ +18,5%	63 63	63 63 ► ND 63 63 09 09 ► ND 09 09 458 476 ▼ -18 458 460 216 218 ▼ -2 216 210 30,9 Mi 34,9 Mi ▼ -11,5% 7,5 Mi 7,7 Mi R\$ 40,6 Bi R\$ 41,6 Bi ▼ -2,4% R\$ 10,1 Bi R\$ 10,2 Bi 144,8 Mi 122,2 Mi ▲ +18,5% 39,4 Mi 35,6 Mi	63 63 ► ND 63 63 ►  09 09 ► ND 09 09 ►  458 476 ▼ -18 458 460 ▼  216 218 ▼ -2 216 210 ▲  30,9 Mi 34,9 Mi ▼ -11,5% 7,5 Mi 7,7 Mi ▼  R\$ 40,6 Bi R\$ 41,6 Bi ▼ -2,4% R\$ 10,1 Bi R\$ 10,2 Bi ▼  144,8 Mi 122,2 Mi ▲ +18,5% 39,4 Mi 35,6 Mi ▲

O Banco manteve as diretrizes referentes à readequação da sua rede de atendimento, objetivando garantir aderência ao Planejamento Estratégico da Companhia. Dessa forma, o Banco encerrou o ano de 2022 com 63 agências, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

# **Servicos Bancários**

50%

Durante o ano de 2022 o Banese continuou desenvolvendo serviços vinculados ao Pix - Pix Saque, Pix Troco, Pix Cobrança e Arrecadação PIX, os quais possibilitam a oferta de novos negócios e a oportunidade de ampliação de receitas de serviços bancários. O Banese também participou das fases previstas pelo Banco Central do Brasil inerentes ao seu perfil para a implantação do *Open Finance*. Tais evoluções permitirão ao Banese aprimorar a oferta de crédito e serviços bancários/financeiros, de acordo com o perfil de cada cliente.

O Banese através da bandeira ELO disponibiliza também Cashback para os clientes que efetuarem compras no débito em parceiros nacionais ou locais que participarem das campanhas promovidas pela ELO Cartões.

# **Investimentos em Capital Humano**

O Banese tem investido no desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos seus empregados, através de diversas iniciativas, como o Programa de Formação Profissional e o Programa de Certificação Continuada, que têm por objetivos estimular a aplicabilidade de novos saberes às dinâmicas institucionais, e a concessão de bolsas de estudo e obtenção de novas certificações.

A Universidade Corporativa Banese possui uma série de cursos associados a áreas de conhecimento que vão ao encontro das dinâmicas e exigências do mundo do trabalho sob vieses situacionais e estratégicos, a exemplo dos cursos de Privacidade de Dados – LGPD, Pix – Pagamentos Instantâneos, Banese em Teletrabalho, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento de Terrorismo (PLDET), dentre outros

Durante o ano de 2022 foi dada continuidade nos processos de *onboarding*, por meio da execução das estratégias de acolhimento, desenvolvimento e treinamento dos novos empregados, tendo participado desse processo 183 novos empregados. Já os treinamentos e capacitações foram maiores quando comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 470 cursos concluídos no 4T22, e ao todo 184 empregados participaram de pelo menos uma capacitação neste período pelo programa de aprendizagem, o que representou 21,1% do quadro total.

### **≈** CONGLOMERADO BANESE

O conglomerado econômico do Banese é composto pelo Banese S.A. e pela Mulvi Instituição de Pagamentos S.A. (MULVI). Adicionalmente fazem parte do grupo Banese: a Banese Corretora e Administradora de Seguros, o Instituto Banese de Seguridade Social (SERGUS), a Caixa de Assistência dos Empregados do Banese (CASSE) e o Instituto Banese.

A MULVI oferta soluções de meios de pagamento e serviços correlatos, com foco no mercado de cartões de crédito, vouchers e soluções de adquirência.

A quantidade de portadores aptos a comprar apresentou um total de 633.829 mil clientes em 2022. O volume transacionado pelos produtos geridos pela MULVI alcançou um total de R\$ 3,2 bilhões, um crescimento de 14,4% em relação ao ano de 2021, no 4T2022 o volume transacionado foi de R\$ 830,7 milhões.

A MULVI também apresentou crescimento anual nos indicadores de Volume Financeiro Transacionado no E-commerce, que alcançou o montante de R\$ 295,2 milhões (aumento de 20,7%), de Estabelecimentos Ativos, que chegaram a 24.972 (crescimento de 8,2%), e de Compra Média que atingiu R\$ 1.218,09 (elevação de 13.2%). Observando o volume de transações processadas e autorizadas na rede TKS, o montante foi de R\$ 3,9 bilhões no ano e de R\$ 986,4 milhões no último trimestre.

Convém informar que, em 10 de outubro de 2022, foi deliberado e aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da razão social da empresa SEAC - Sergipe Administradora de Cartões e Serviços S.A. para Mulvi Instituição de Pagamentos S.A.

A marca institucional Mulvi foi criada sob a inspiração das palavras multiplicar e viabilizar, e faz parte do projeto de revisão e estruturação da arquitetura de marcas institucional e comercial. A estratégia levou em consideração as premissas de expansão para fora do Estado de Sergipe e a conexão estratégica com produtos atuais e novos produtos.

. Alinhado ao plano estratégico da MULVI, em especial a expansão e a remodelagem de seus negócios, foi lançada a MULVI PAY, o mais novo conjunto de soluções de pagamentos da empresa. Ofertando para os clientes uma melhor experiência no segmento de Adquirência, apresenta uma força de vendas totalmente reestruturada, além de novos processos de onboarding, agora disponíveis também de forma online, o produto segue com uma estratégia comercial por todos os Estados do Nordeste.

### Banese Corretora de Seguros

Com o objetivo de aprimorar o atendimento aos clientes, a Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. tem consolidado sua parceria com as principais seguradoras do Brasil, buscando novos produtos para atender o maior número de clientes.

Com mais de 40 anos de atuação, a Banese Corretora de Seguros apresentou no quarto trimestre de 2022 um volume de R\$ 64,7 milhões em seguros contratados, correspondendo a um incremento de 47,7% em relação ao 4T21, e perfazendo um total anual de R\$ 199,8 milhões, 46,9% superior ao realizado no mesmo período de 2021. Tal desempenho foi ocasionado principalmente pelo aumento das vendas dos produtos de Previdência e Consórcio.

No que tange à receita auferida acumulada, o ano de 2022 representou um crescimento de 1,7% quando comparado ao ano anterior.

# Instituto Banese e Museu da Gente Sergipana

O Instituto Banese vem buscando ser reconhecido como fonte de conhecimento, inspiração e cultivo de expressões artísticas e culturais, além de ser um agente de transformação social.

Durante o 4T22, o Instituto Banese gerou benefícios sociais a 9.922 pessoas diretamente ligadas aos projetos estratégicos das 11 entidades apoiadas financeiramente, e um público de 23.391 pessoas foi beneficiado por ações realizadas pelo próprio Instituto, o que possibilitou a realização de atividades que promoveram transformação e desenvolvimento sustentável, através de programas educacionais, esportivos, artísticos e culturais, cursos profissionalizantes, de atenção à saúde, psicopedagógicos e de inclusão social. Durante o ano de 2022 foram beneficiadas no total pelo Instituto Banese cerca de 116.858 pessoas. Além das instituições atualmente apoiadas, inclui-se também a Orquestra Jovem de Sergipe, que se constitui em um projeto do próprio Instituto e que beneficia 280 criancas e jovens.

O Museu da Gente Sergipana Governador Marcelo Déda trata-se de um centro cultural dinâmico, núcleo interpretativo da cultura de Sergipe e portal de aproximação com o meio artístico local, nacional e internacional, através do intercâmbio de exposições e da realização de eventos culturais. Por meio deste espaço, valoriza-se a identidade cultural sergipana, através de imagens, sons e signos. A cada ano de funcionamento, o Museu se consolida cada vez mais como um importante celeiro das artes e da cultura, não só para os sergipanos, mas para visitantes de todas as regiões do Brasil e de países diversos. No 4T22 o Museu recebeu a visita de 22.617 pessoas dos mais variados lugares e com diversas finalidades (turismo, educação, assistência social e lazer), e um total de 72.471 visitas em 2022.

O Centro de Memória Digital Professora Enedina Chagas foi inaugurado na cidade de Simão Dias, em dezembro de 2022, uma edificação arquitetônica secular que foi restaurada e revitalizada, e que se transformou em um complexo cultural, constituindo-se em uma parceria entre o Governo do Estado e o Banco do Estado de Sergipe S/A, sob a responsabilidade do

Outra ação social patrocinada pelo Grupo Banese e operacionalizada através do Instituto Banese, o Projetar.SE tem se consolidado como um importante núcleo de apoio ao suporte técnico às gestões de municípios sergipanos. A iniciativa tem por propósito orientar os municípios na captação de recursos para obras de diversas modalidades, desenvolvimento de projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia e fortalecimento da capacidade institucional das Prefeituras. Em 2022 foram contatadas 44 cidades e 33 visitadas, sendo que dessas 20 já foram atendidas. Existem 10 projetos em desenvolvimento com estudos de viabilidade aprovados e entregues, além de 10 projetos executivos entregues que envolveram cada um, em média, 05 disciplinas de arquitetura e urbanismo, e outros 07 projetos específicos de engenharia.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode s Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

2022



### **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

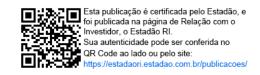
	BANESE 31.12.2022			31.12.2021		BANESE / 31.12.2022		BANESE CO 31.12.2022	ONSOLIDADO 31 12 202
ATIVO	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	PASSIVO	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.202
CIRCULANTE	3.988.138	3.826.479	4.484.432	4.267.190	CIRCULANTE	5.312.490	4.919.782	5.840.907	5.347.53
DISPONIBILIDADE (Nota 4)	63.973 4.012.866	59.766 3.828.838	67.012 4.584.500	59.949 4.318.810	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	5.138.285	4.775.622	5.120.564	4.758.96
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ ( <b>Nota 5</b> )	1.367.835	1.379.799	1.367.835	1.379.799	DEPÓSITOS ( <b>Nota 14</b> )	5.069.400	4.676.763	5.046.244	4.654.98
Aplicações no mercado aberto	599.985	253.285	599.985	253.285	Depósitos à Vista	1.185.161	1.158.353	1.170.362	1.142.76
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	767.850 <b>818.519</b>	1.126.514 <b>862.423</b>	767.850 <b>821.083</b>	1.126.514 <b>877.706</b>	Depósitos de Poupança	2.034.501	1.937.941	2.034.501	1.937.94
Carteira Própria	768.741	815.417	771.305	830.700	Depósitos Interfinanceiros	146.509	152.007	146.509	152.00
Vinculados a Compromissos de Recompra Vinculados à Prestação de Garantias	15.422 732	12.989 650	15.422 732	12.989 650	Depósitos a Prazo	1.702.998	1.427.978	1.692.378	1.419.43
Vinculados a Prestação de Garantas	33.624	33.367	33.624	33.367	Depósitos Outros	231	484	2.494	2.83
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS ( <b>Nota 7</b> )	613.258	407.639	689.463	500.869	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO ( <b>Nota 14</b> )	10.914		3.301	
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	137 613.121	121 407.518	76.342 613.121	93.351 407.518	Carteira Própria	10.914	-	3.301	
- Depósitos no Banco Central	613.121	407.518	613.121	407.518	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS ( <b>Nota 14</b> )	1.821	1.577	14.869	6.69
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	888.460	850.501	888.460	850.501	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.821	1.577	14.869	6.69
Operações de Crédito:	888.460 888.460	850.501 850.501	888.460 888.460	850.501 850.501	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DETÍTULOS ( <b>Nota 14</b> )	21.114	40.364	21.114	40.36
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	324.794	328.476	817.659	709.935	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	21.114	40.364	21.114	40.364
Rendas a Receber	2.822 321.972	3.235 325.241	12.281 805.474	12.220 697.879	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS ( <b>Nota 14</b> )	35.036	56.918	35.036	56.918
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito	321.972	323.241	(96)	(164)	BNDES	2.471	2.925	2.471	2.92
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 8 f)	(90.078)	(64.683)	(172.792)	(116.336)	FINAME	207	382	207	382
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(88.205) (1.873)	(62.913) (1.770)	(88.205) (1.873)	(62.913) (1.770)	Outras Instituições	32.358	53.611	32.358	53.61
Provisão para Valores a receber relativos a transações de pagamento	(1.073)	(1.770)	(82.714)	(51.653)	OUTROS PASSIVOS (Nota 15)	174.205	144.160	720.343	588.575
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.377	2.558	5.712	4.767	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	1.989	2.607	2.497	2.948
Outros Valores e Bens	1.163 214	929 1.629	2.262 3.450	2.258 2.509	Sociais e Estatutárias	35.803	16.182	35.803	17.457
NÃO CIRCULANTE	3.772.768	3.493.053	3.854.908	3.538.154	Fiscais e Previdenciárias	12.680	11.043	15.942	14.510
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.607.750	3.315.409	3.713.357	3.423.550	Recursos em Trânsito de Terceiros	260	298	260	298
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	3.386.605	3.125.515 134.932	3.425.956	3.188.066 134.932	Diversas	123.473	114.030	665.841	553.362
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	134.932	-	134.932	NÃO CIRCULANTE	1.852.860	1.838.428	1.863.444	1.850.376
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS ( <b>Nota 6</b> )	<b>763.944</b> 763.944	<b>582.520</b> 582.520	<b>763.944</b> 763.944	<b>582.520</b> 582.520	DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	1.563.188	1.548.514	1.561.995	1.539.73
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS ( <b>Nota 7</b> )	<b>80.234</b>	<b>64.074</b>	80.234	<b>64.074</b>	DEPÓSITOS ( <b>Nota 14</b> )	1.480.132	1.427.559	1.480.132	1.427.559
Créditos Vinculados:	80.234	64.074	80.234	64.074	Depósitos a Prazo	1.480.132	1.427.559	1.480.132	1.427.559
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação	80.234 <b>2.365.804</b>	64.074 <b>2.215.956</b>	80.234 <b>2.365.804</b>	64.074 <b>2.215.956</b>	CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO ( <b>Nota 14</b> )	4.450	12.954	3.257	4.177
Operações de Crédito:	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956	Carteira Própria	4.450	12.954	3.257	4.17
- Setor Privado	2.365.804	2.215.956	2.365.804	2.215.956	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS ( <b>Nota 14</b> )	4.964	20.369	4.964	20.369
OUTROS CRÉDITOS ( <b>Nota 9</b> )	176.623	128.033	<b>215.974</b> 20	<b>190.584</b> 20	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	4.964	20.369	4.964	20.369
Diversos	188.350	135.072	227.681	197.603	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS ( <b>Nota 14</b> )	73.642	87.632	73.642	87.632
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa sem Característica de Concessão de Crédito  PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 8 f)	(11.727) ( <b>63.174</b> )	(7.039)	(11.727) ( <b>63.174)</b>	(7.039) ( <b>63.943</b> )	BNDES	4.424	7.897	4.424	7.897
Provisão para Perdas de Operações de Crédito	(63.174)	( <b>63.943</b> ) ( <b>63.943</b> )	(63.174)	(63.943)	FINAME	179	415	179	415
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	215.529	176.706	281.785	222.296	Outras Instituições	69.039	79.320	69.039	79.320
Créditos Tributários sobre diferenças temporárias (Nota 22)	151.824	151.801	189.851 8.476	180.434 1.573	OUTROS PASSIVOS (Nota 15)	140.565	130.424	141.166	131.013
Créditos Tributários sobre impostos e contribuições a compensar ( <b>Nota 9.2</b> )	63.705	24.905	83.458	40.289	Fiscais e Previdenciárias	140.505	4.318	141.100	4.318
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	68.790	77.131	68.790	77.131	Dívidas Subordinadas	140.564	126.105	140.564	126.10
Outros Valores e Bens Provisões para Desvalorizações	72.747 (7.255)	77.818 (7.207)	72.747 (7.255)	77.818 (7.207)	Diversas	140.504	120.103	602	590
Despesas Antecipadas	3.298	6.520	3.298	6.520	PROVISÕES	149.107	149.657	160.283	169.793
INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÃO DE COLIGADAS E CONTROLADAS (Nota 11)	99.808	116.703			Provisão para contingências ( <b>Nota 16b</b> )	149.107	149.657	160.283	169.793
Participação em Coligadas e Controladas	99.808 <b>6</b>	116.703 <b>6</b>	6	6	RECEITAS DIFERIDAS (Nota 17)	145.107	9.833	100.203	9.833
Outros Investimentos	454	454	454	454					
Provisões para Perdas	(448)	(448)	(448)	(448)	Resultados de Exercícios Futuros	-	9.833	-	9.833
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12) Imóveis de Uso.	<b>184.059</b> 55.995	<b>181.659</b> 56.085	<b>266.838</b> 74.110	<b>252.534</b> 74.103	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	595.556	561.322	634.989	607.430
Outras Imobilizações de Uso	128.064	125.574	192.728	178.431	Capital Social - De Domiciliados no País	513.000	426.000	513.000	426.00
INTANGIVEL (Nota 13)	<b>86.279</b> 86.279	<b>75.250</b> 75.250	<b>117.081</b> 117.081	<b>88.975</b> 88.975	Reservas de Lucros	82.556	130.044	82.556	130.04
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(205.134)	(195.974)	(242.374)	(226.911)	Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	5.278	-	5.278
Depreciações Acumuladas - Imobilizado de Uso (Nota 12)	(142.313)	(136.377)	(174.896)	(163.418)	Participação de Não Controladores ( <b>Nota 18</b> )	-	-	39.433	46.108
Amortização Acumulada - Ativos Intangiveis (Nota 13)	(62.821)	(59.597)	(67.478)	(63.493)					
TOTAL		7.319.532	8.339.340	7.805.344	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.760.906	7.319.532	8.339.340	7.805.344

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.

# DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM REAIS MIL

	CAPITAL	L	RESERVAS [	E LUCROS	AJUSTE DE	LUCROS			
EVENTOS	REALIZADO  CAPITAL SOCIAL	AUMENTO DE CAPITAL	LEGAL	ESTATUTÁRIA	AVALIAÇÃO PATRIMONIAL Reapresentado	(PREJUIZOS) ACUMULADOS Reapresentado	TOTAL BANESE MÚLTIPLO	PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES	TOTAL BANESE CONSOLIDADO
SALDOS EM 31.12.2020 Reapresentado	348.000	78.000	38.455	28.850	(8.177)		485.128	45.928	531.05
UCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-			83.739	83.739		83.73
- Aumento de Capital	78.000	(78.000)	-	-	-	-			
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	13.455	-	13.455		13.45
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-		-	(21.000)	(21.000)		(21.00
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-		-	-		180	18
DESTINAÇÕES:									
- Reservas Legal	-	-	4.186		-	(4.186)			
- Reservas para Margem Operacional	-	-	-	58.553		(58.553)			
ALDOS EM 31.12.2021	426.000	-	42.641	87.403	5.278	-	561.322	46.108	607.43
AUTAÇÕESDOPERÍODO	78.000	(78.000)	4.186	58.553	13.455	-	76.194	180	76.37
ALDOS EM 31.12.2021	426.000	-	42.641	87.403	5.278	-	561.322	46.108	607.43
UCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	75.512	75.512		75.51
- Aumento de Capital	87.000	-	-	(87.000)	-	-	-		
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	(5.278)	-	(5.278)		(5.278
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)		(36.00
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	(6.675)	(6.67
DESTINAÇÕES:							-		
- Reservas	-	-	3.775	35.737	-	(39.512)	-		
ALDOS EM 31.12.2022	513.000	-	46.416	36.140	-	-	595.556	39.433	634.98
NUTAÇÕES DO PERÍODO	87.000	-	3.775	(51.263)	(5.278)	-	34.234	(6.675)	27.55
ALDOS EM 30.06.2022	426.000	-	43.468	87.403	6.714	15.703	579.288	43.629	622.91
UCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	58.982	58.982	-	58.98
- Aumento de Capital	87.000	-	-	(87.000)	-	-	-		
- Ganhos/(Perdas) Atuariais	-	-	-	-	(6.714)	-	(6.714)		(6.71
- Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(36.000)	(36.000)	-	(36.00
- Variação na Participação de Não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	(4.196)	(4.19
DESTINAÇÕES:							-		
- Reservas	-	-	2.948	35.737	-	(38.685)	-	-	
ALDOS EM 31.12.2022	513.000	-	46.416	36.140	-	-	595.556	39.433	634.98
IUTAÇÕES DO PERÍODO	87.000		2.948	(51.263)	(6.714)	(15.703)	16,268	(4.196)	12.0

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.



2022



		BANESE N	AÚLTIPLO 💮			BANESE CO	NSOLIDADO		
	202	22	202	21	202	22	202	1	
	2º Semestre	Exercício							
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	570.212	1.074.465	396.256	710.872	563.276	1.061.590	396.528	719.587	FLUXO DE CAI Lucro Líquido
Operações de Crédito ( <b>Nota 8 h.</b> )	328.238	636.930	291.047	561.177	321.669	624.924	289.198	558.526	Lucro Líquio
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários ( <b>Nota 6 b.</b> )	221.510	405.308	96.698	135.584	221.143	404.439	98.819	146.950	Ajuste ao Lu
Resultado das Aplicações Compulsórias ( <b>Nota 7 b.</b> )	20.464	32.227	8.511	14.111	20.464	32.227	8.511	14.111	Provisão pa
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(360.717)	(688.783)	(192.588)	(283.756)	(411.665)	(782.142)	(222.975)	(331.338)	Provisão/(R Depreciaçõe
Operações de Captações no Mercado ( <b>Nota 14 d</b> )	(291.804)	(541.445)	(134.620)	(199.902)	(290.573)	(539.224)	(133.567)	(197.394)	Crédito de F
Operações de Empréstimos e Repasses ( <b>Nota 14 d</b> )	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)	Ajuste de P
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito									Outras Prov
(Nota 8 f)	(63.968)	(136.688)	(50.801)	(71.910)	(63.968)	(136.688)	(50.801)	(71.910)	Despesa cor
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito ( <b>Nota 8 f</b> )	-	-	-	-	(52.179)	(95.580)	(31.440)	(50.090)	TVM Ajuste
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	209.495	385.682	203.668	427.116	151.611	279.448	173.553	388.249	Ativo Fiscal Perda de Ca
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(131.839)	(275.940)	(132.848)	(255.485)	(88.465)	(191.169)	(101.313)	(202.736)	Reversão de
Receitas de Prestação de Serviços ( <b>Nota 20 a</b> )	30.093	57.470	33.387	61.534	75.927	159.867	89.331	163.098	Atualização
Receitas de Tarifas Bancárias (Nota 20 b)	34.353	68.030	33.647	67.525	34.353	68.030	33.647	67.525	Outras Rece
Despesas de Pessoal (Nota 20 c)	(96.885)	(190.645)	(93.996)	(178.631)	(118.611)	(232.480)	(113.673)	(215.925)	Resultado d
Outras Despesas Administrativas (Nota 20 d)	(114.178)	(216.369)	(106.859)	(202.542)	(149.469)	(286.240)	(140.488)	(267.787)	Ganhos/(Pe
Despesas Tributárias ( <b>Nota 20 e</b> )	(20.489)	(40.360)	(19.080)	(36.995)	(33.526)	(67.021)	(32.951)	(62.677)	Provisão pa
Resultado de Participações em Coligadas e Controlada ( <b>Nota 11</b> ) .	(10.620)	(16.895)	(2.293)	5.277	-	-	-	-	Variacão do
Outras Receitas Operacionais (Nota 20 f)	62.145	100.614	41.191	68.612	136.368	240.902	98.200	180.677	Variação de
Outras Despesas Operacionais ( <b>Nota 20 g</b> )	(16.258)	(37.785)	(18.845)	(40.265)	(33.507)	(74.227)	(35.379)	(67.647)	(Aumento) (Aumento) F
DESPESAS PROVISÕES	(11.608)	(19.933)	(12.103)	(27.987)	(13.677)	(23.651)	(15,696)	(33.149)	(Aumento)
Despesa com Provisões Judiciais ( <b>Nota 20 h</b> )	(11.608)	(19.933)	(12.103)		(13.677)	(23.651)	(15.696)		(Aumento)
									(Aumento)
RESULTADO OPERACIONAL	66.048	89.809	58.717	143.644	49.469	64.628	56.544	152.364	(Aumento)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	66.048	89.809	58.717	143.644	49.469	64.628	56.544	152.364	Aumento (F de Crédito
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.838	(2.758)	(21.013)	(47.465)	14.221	15.748	(18.246)	(52.600)	(Aumento)
Despesa com Imposto de Renda ( <b>Nota 22</b> )	4.104	(4.636)	(14.299)	(23.588)	4.104	(3.433)	(16.425)	(29.192)	Aumento (F
Despesa com Contribuição Social ( <b>Nota 22</b> )	3.256	(3.211)	(15.258)	, ,	3.256	(2.204)	(17.242)	(26.968)	Aumento (F
IR e CSLL Diferidos	(5.522)	5.089	8.544		6.861	21.385	15.421	3.560	Aumento (F
									Aumento (F
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO	(8.904)	(11.539)	(4.758)	(12.440)	(8.904)	(11.539)	(4.758)	(12.440)	Aumento (R Aumento (R
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTRO- LADORES	58.982	75.512	32.946	83.739	54.786	68.837	33.540	87.324	CAIXA LÍQUI
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES (Nota 18)					4.196	6.675	(594)	(3.585)	FLUXO DE CA
LUCRO LÍQUIDO	58.982	75.512	32.946	83.739	58.982	75.512	32.946	83.739	Transferênc
									Aquisição d
Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R\$)		4,71		5,22					Crédito Tribu
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R\$)		5,18		5,74					Baixa de Im Baixa de De
As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Fir	nanceiras.								Aplicações r
									Aplicações i Transferênc

DEMONSTRAÇÂ	O DO RESULTADO ABRANGENTE - EM REA	IS MIL

	l	BANESE MÚLTIPLO	E CONSOLIDADO	
	2022		2021	
	2º Semestre	Exercício	2° Semestre	Exercício
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	58.982	75.512	32.946	83.739
Itens que serão reclassificados para o resultado				
Itens que não serão reclassificados para o resultado - Passivo Atuarial	(6.714)	(5.278)	9.234	13.455
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	52.268	70.234	42.180	97.194
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA CONTROLADOR	48.072	63.559	42.774	100.779
RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AO ACIONISTA NÃO CONTROLADOR	4.196	6.675	(594)	(3.585)
As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.				

Caixa e equivalente de caixa no fim do período

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRA	ÇAO DE FLUXO DI	E CAIXA - EN	A REAIS MIL

	BANESE MÚLTIPLO				BANESE CONSOLIDADO			
	202	2	202	1	202	2	202	1
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2° Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
Lucro Líquido Ajustado	126.030	225.456	92.521	186.074	164.097	295.302	26.721	153.869
Lucro Líquido	58.982	75.512	32.946	83.739	58.982	75.512	32.946	83.739
Ajuste ao Lucro Líquido	67.048	149.944	59.575	102.335	105.115	219.790	(6.225)	70.130
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	63.968	136.688	50.801	71.910	63.968	136.688	50.801	71.910
Provisão/(Reversão) para Créditos Vinculados-FCVS	6.599	12.001	1.467	3.245	6.599	12.001	1.467	3.245
Depreciações e Amortizações	5.660	11.325	6.578	14.007	9.086	17.695	9.163	18.949
Crédito de Pis e Cofins sobre Depreciações na coligada	-	-	-	-	(316)	(587)	(239)	(455
Ajuste de Provisões Passivas	11.608	19.933	12.103	27.987	13.677	23.651	15.696	33.14
Outras Provisões Operacionais	4.562	13.857	4.684	7.116	11.030	26.603	10.660	15.39
Despesa com prêmio de fidelização	235	531	171	411	789	1.362	371	83.
TVM Ajuste ao Valor de Mercado	(521)	(936)	(1.658)	(998)	(521)	(936)	(1.658)	(998
Ativo Fiscal Diferido	5.522	(5.089)	(8.544)	1.038	(6.861)	(21.385)	(15.421)	(3.560
Perda de Capital	1.705	3.621	3.241	4.490	3.342	6.188	4.213	5.92
Reversão de Outras Provisões Operacionais	(27.993)	(33.456)	(18.136)	(27.597)	(30.534)	(47.293)	(18.860)	(29.024
Atualização Monetária	(7.534)	(15.314)	(2.659)	(7.452)	(9.181)	(18.267)	(2.912)	(8.608
Outras Receitas Operacionais	(669)	(4.834)	-	-	(1.428)	(6.232)	-	
Resultado de Participação em controladas	10.620	16.895	2.293	(5.277)	-	-	-	
Ganhos/(Perdas) Outros Resultados Abrangentes	(6.714)	(5.278)	9.234	13.455	(6.714)	(5.278)	9.234	13.45
Provisão para Empréstimo Rotativo Cartão de Crédito	-	-	-	-	52.179	95.580	(68.740)	(50.090
Variação de Ativos e Obrigações	(183,743)	197,241	(114.084)	(565.914)	(201.047)	165.387	(34.136)	(511.438
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	528.115	493.596		(164.466)	528.115	493.596		(164.466
(Aumento) Redução em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos		(136.584)		(197.668)		(123.865)		(102.588
(Aumento) Redução em Rel. Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(246.175)	(233.536)	(33.123)	(50.259)	(214.012)	(208.581)		(111.711
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(9.787)	(187.807)		(523.375)	(9.787)	(187.807)	(242.987)	
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	4.560	9.522	3.950	(5.523)	3.135	7.396	3.425	(6.603
(Aumento) Redução em Outros Créditos	23.988	10.164	26.916	28.961	(16.172)	(46.125)	(47.607)	(60.939
Aumento (Redução) em Provisões para Perdas Associadas ao Risco								
de Crédito	(60.344)	(112.062)	(22.606)	(45.993)	(97.931)	(176.581)	63.735	21.28
(Aumento) Redução em Créditos Tributários	(17.069)	(38.823)	(13.023)	5.090	(30.579)	(59.489)	(20.835)	(5.380
Aumento (Redução) em Depósitos	(382.388)	445.210	116.397	485.495	(394.125)	443.831	164.757	610.10
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto	(29)	2.410	1.686	5.140	(776)	2.381	979	(3.637
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(25.032)	(35.872)	3.224	14.101	(25.032)	(35.872)	3.224	14.10
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	-	(9.833)	(303)	(518)	-	(9.833)	(303)	(518
Aumento (Redução) em Outros Passivos	23.867	11.339	(31.699)	(80.746)	81.009	99.497	(57.711)	(140.236
Aumento (Redução) em Provisões	(15.738)	(20.483)	(20.821)	(36.153)	(17.548)	(33.161)	(21.485)	(37.474
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS	(57.713)	422.697	(21.563)	(379.840)	(36.950)	460.689	(7.415)	(357.569
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO								
Transferência de Imobilizado de Uso p/Comodato		-		-		-	(109)	(109
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.051)	(5.175)	(2.168)	(7.583)	(7.077)	(17.232)	(7.901)	(17.498
Crédito Tributário sobre Aquisição de Imobilizado de Uso e Intangível .					286	528	239	45
Baixa de Imobilizado de Uso	52	372	1.006	1.006	60	389	1.006	1.01
Baixa de Depreciação		-	(1.199)	(1.199)		-	(1.199)	(1.199
Aplicações no Intangível	(6.132)	(11.029)	(3.619)	(6.400)	(15.165)	(28.046)	(11.427)	(14.612
Transferência para Bens não de uso	(1)	238	243	236	67	306	312	23
Dividendo recebido de controlada	-	-	-	4.821	-	-	-	
CAIXA LÍQUDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE	(8.132)	(15.594)	(5.737)	(9.119)	(21.829)	(44.055)	(19.079)	(31.717
INVESTIMENTOS								
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO								
Participação de não controladores	-	-	-	-	(4.196)	(6.675)	(906)	180
Juros Sobre o Capital Próprio	(36.000)	(36.000)	(16.000)	(21.000)	(36.000)	(36.000)	(16.000)	(21.000
Aumento (Redução) em Recursos de Letras Imobiliárias	(12.682)	(34.655)	(2.500)	(21.840)	(12.682)	(34.655)	(2.500)	(21.840
Dívidas Subordinadas	4.211	14.459	9.576	17.691	4.211	14.459	9.576	17.69
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(44.471)	(56.196)	(8.924)	(25.149)	(48.667)	(62.871)	(9.830)	(24.969)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(110.316)	350.907	(36.224)	(414.108)	(107.446)	353.763	(36.324)	(414.255)
Caixa e equivalente de caixa no ínicio do período	774.274	313.051	349.275	727.159	774.443	313.234	349.558	727.489

663.958 663.958

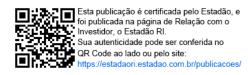
313.051 313.051

666.997 666.997

313.234 313.234

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES	ADICIONADO	S - EM REAIS	MIL					
		DANECE	MÚLTIPLO			BANESE CO	NSOLIDADO	
	202		2021	1	202		2021	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Receita da intermediação financeira	570.212	1.074.465	396,256	710.872	563.276	1.061.590	396.528	719.587
Despesa da intermediacão financeira	(360,717)	(688,783)	(192,588)	(283,756)	(411.665)	(782.142)	(222.975)	(331,338)
Outras receitas/ despesas operacionais/ despesas provisões	34.279	42.896	10.243	360	89.183	143.023	47.125	79.881
Receita da prestação de serviços	64.446	125.500	67.034	129.059	110.280	227.897	122.978	230.623
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(106.950)	(201.975)	(98.260)	(184.648)	(137.392)	(262.475)	(127.801)	(241.699)
Valor Adicionado Bruto	201.270	352.103	182.685	371.887	213.682	387.893	215.855	457.054
Retenções	(5.660)	(11.325)	(6.578)	(14.007)	(8.770)	(17.108)	(8.924)	(18.494)
Amortização	(1,771)	(3.224)	(1.795)	(4.005)	(2.179)	(3.907)	(2.013)	(4,411)
Depredação	(3.889)	(8.101)	(4.783)	(10.002)	(6.591)	(13.201)	(6.911)	(14.083)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	195.610	340.778	176.107	357.880	204.912	370.785	206.931	438.560
Valor Adicionado Recebido em Transferência	(10.620)	(16.895)	(2.293)	5.277				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(10.620)	(16.895)	(2.293)	5.277	-	-	-	-
Valor Adicionado a Distribuir	184.990	323.883	173.814	363.157	204.912	370.785	206.931	438.560
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Governo	18.651	43.118	40.093	84.460	19.305	51.273	51.197	115.277
Despesas Tributárias	26.011	35.271	10.536	38.033	26.665	45.636	17.530	59.117
Imposto de renda e contribuição social	(7.360)	7.847	29.557	46.427	(7.360)	5.637	33.667	56.160
Empregados	105.789	202.184	98.754	191.071	127.514	244.018	118.431	228.365
Salários e honorários	57.336	115.334	57.968	110.207	71.236	142.094	70.608	133.735
Encargos sociais	21.280	41.772	20.657	39.909	25.927	50.450	24.431	47.173
Previdência privada	3.657	6.660	3.049	5.548	3.657	6.660	3.049	5.548
Beneficios e treinamentos	14.612	26.879	12.322	22.967	17.790	33.275	15.585	29.469
Participação nos resultados	8.904	11.539	4.758	12.440	8.904	11.539	4.758	12.440
Aluguéis	1.568	3.069	1.474	3.340	1.762	3.436	1.651	3.678
Taxas e Contribuições	-		547	547	1.545	3.221	2.112	3.916
Acionistas	36.000	36.000	21.000	21.000	-		21.000	21.000
Juros sobre o capital próprio	36.000	36.000	21.000	21.000		-	21.000	21.000
Participação não Controladores	-				(4.196)	(6.675)	594	3.585
(Prejuízo)/Lucro Retido	22.982	39.512	11.946	62.739	58.982	75.512	11.946	62.739
Valor Adicionado Distribuído	184.990	323.883	173.814	363.157	204.912	370.785	206.931	438.560

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Financeiras.







NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese, ("Instituição" ou "Banco") é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe, com sede na Rua Olímpio de Souza Campos Júnior, 31 — Aracaju/SE. Opera na forma de banco múltiplo e disponibiliza produtos e serviços bancários, por meio das carteiras de crédito comercial, desenvolvimento e imobiliário, além de contar com 63 agências no Estado de Sergipe, sendo 54 unidades físicas (12 na capital e 42 no interior).

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta.

### 1.1 Indicações para a diretoria executiva

Conforme Comunicados ao Mercado, o Banese recebeu, por meio de ofícios do Gabinete do Governador do Estado de Sergipe, as indicações abaixo para a composição da Diretoria Executiva:

- Em 27 de dezembro de 2022, a indicação do Sr. Marco Antônio Queiroz para assumir o cargo de Presidente da Companhia, em substituição ao Sr. Helom Oliveira da Silva;
- Em 05 de janeiro de 2023, a indicação do Sr. Marcos Venicius Nascimento para assumir o cargo de Diretor Administrativo, em substituição à Sra. Lea Selmara Almeida Matos; e
- Em 06 de fevereiro de 2023 a indicação do Sr. Wesley Teixeira Cabral para assumir o cargo de Diretor de Crédito e Serviços, em substituição ao Sr. Ademario Alves de Jesus, e a indicação do Sr. Kleber Teles Dantas para assumir o cargo de Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia, em substituição ao Sr. Luciano Cerqueira Passos.

Foram adotadas as providências necessárias para a efetivação dos mesmos, com análise pelo Conselho de Administração e demais órgãos de governança do Banco, bem como com posterior encaminhamento para homologação por parte do Banco Central do Brasil – BACEN.

### 1.2 Potencial parceria estratégica

Em continuidade ao fato relevante publicado em 17 de agosto de 2022, que dispõe sobre as tratativas confidenciais de possível parceria estratégica com o BRB -Banco de Brasília S.A. oriunda de proposta não vinculante para eventual realização de operação de aumento de capital por meio de subscrição, houve a divulgação de novo fato relevante, em 30 de setembro de 2022, que versa acerca do recebimento de proposta vinculante apresentada pelo BRB ao acionista controlador do Banese para eventual subscrição de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia, através da realização de operação de aumento de capital.

O anúncio dos termos e condições finais da Operação ocorrerá mediante a conclusão bem-sucedida das tratativas com o acionista controlador e das aprovações dos órgãos de governança da Companhia, que, se concretizada, não alterará o controle societário do Banese.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS **E CONSOLIDADAS**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições reguladas pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no que for aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

- CPC 00(R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.924/2021; CPC 01(R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN nº
- 4.924/2021;
- CPC 02(R2) Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras - Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03(R2) Demonstrações dos fluxos de caixa Resolução CMN nº
- 4.818/2020:
- CPC 04 (R1) Ativo Intangível Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05(R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN nº

4.818/2020;

- CPC 10(R1) Pagamento baseado em ações Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro -Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 Eventos subsequentes Resolução CMN nº 4.818/2020; CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução
- CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 Ativo Imobilizado Resolução CMN nº 4.535/2016; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 Resultado por Ação Resolução CMN nº 4.818/2020; e CPC 46 - Mensuração do Valor Justo - Resolução CMN nº 4.924/2021.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outras provisões, crédito tributário e passivo atuarial. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

# 2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na legislação em vigor, abrangendo as demonstrações financeiras do Banco do Estado de Sergipe S.A. - Banese e de sua controlada MULVI Instituição de Pagamentos S.A., conforme Resolução CMN

A Resolução BCB nº 02 e a Resolução CMN nº 4.818/2020 dispõem sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras com vigência a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com os do final do exercício social imediatamente anterior

e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente e a divulgação dos resultados não recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido, incluindo a Demonstração de Resultado Abrangente. As presentes demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as referidas normas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- Das participações no capital, reservas e resultados acumulados;
- Dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- Dos efeitos decorrentes das transações realizadas entre essas instituições. Para melhor entendimento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, segue de forma resumida o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2021
ATIVO CIRCULANTE	3.988.138	612.005	(115.711)	4.484.432	4.267.190
Disponibilidade	63.973	17.838	(14.799)	67.012	59.949
Instrumentos Financeiros	4.012.866	672.546	(100.912)	4.584.500	4.318.810
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.367.835	8.806	(8.806)	1.367.835	1.379.799
Títulos e valores mobiliários	818.519	13.184	(10.620)	821.083	877.706
Relações interfinanceiras	613.258	76.205		689.463	500.869
Operações de crédito	888.460 324.794	574.351	(01.406)	888.460	850.501
Outros créditos  Provisão para Perda Esperada	324.794	3/4.331	(81.486)	817.659	709.935
Associada ao Risco de Crédito	(90.078)	(82.714)	-	(172.792)	(116.336)
Outros valores e bens	1.377	4.335		5.712	4.767
ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.772.768	181.948	(99.808)	3.854.908	3.538.154
Realizável a longo prazo	3.607.750	105.607	-	3.713.357	3.423.550
Instrumentos Financeiros	3.386.605	39.351	-	3.425.956	3.188.066
Aplicações interfinanceiras de liquidez	742.044		-	762.044	134.932
Títulos e valores mobiliários	763.944		-	763.944	582.520
Relações interfinanceiras Operações de crédito	80.234 2.365.804	-	-	80.234 2.365.804	64.074 2.215.956
Outros créditos	176.623	39.351	_	215.974	190.584
Provisão para Perda Esperada	(63.174)	37.331		(63.174)	(63.943)
Associada ao Risco de Crédito Créditos Tributários	215.529	66.256		281.785	222.296
Outros valores e bens	68.790			68.790	77.131
Investimentos em Participação de Coligadas e Controladas	99.808		(99.808)		
Outros Investimentos	6			6	6
Imobilizado de Uso	184.059	82.779		266.838	252.534
Intangível	86.279	30.802		117.081	88.975
Depreciações e Amortizações	(205.134)	(37.240)	-	(242.374)	(226.911)
Total do ativo	7.760.906	793.953	(215.519)	8.339.340	7.805.344
PASSIVO CIRCULANTE	5.312.490	642.935	(114.518)	5.840.907	5.347.538
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	5.138.285	96.797	(114.518)	5.120.564	4.758.963
<b>Depósitos e Demais Instrumentos</b> <b>Financeiros</b> Depósitos	<b>5.138.285</b> 5.069.400	<b>96.797</b> 2.263	<b>(114.518)</b> (25.419)	<b>5.120.564</b> 5.046.244	<b>4.758.963</b> 4.654.986
<b>Depósitos e Demais Instrumentos</b> <b>Financeiros</b> Depósitos Relações interfinanceiras	<b>5.138.285</b> 5.069.400 1.821	96.797	(114.518) (25.419) (81.486)	<b>5.120.564</b> 5.046.244 14.869	4.758.963
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto	<b>5.138.285</b> 5.069.400	<b>96.797</b> 2.263	<b>(114.518)</b> (25.419)	<b>5.120.564</b> 5.046.244	<b>4.758.963</b> 4.654.986
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos	<b>5.138.285</b> 5.069.400 1.821	<b>96.797</b> 2.263	(114.518) (25.419) (81.486)	<b>5.120.564</b> 5.046.244 14.869	<b>4.758.963</b> 4.654.986
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914	<b>96.797</b> 2.263	(114.518) (25.419) (81.486)	<b>5.120.564</b> 5.046.244 14.869 3.301	<b>4.758.963</b> 4.654.986 6.695
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114	<b>96.797</b> 2.263	(114.518) (25.419) (81.486)	<b>5.120.564</b> 5.046.244 14.869 3.301 21.114	<b>4.758.963</b> 4.654.986 6.695 - 40.364
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036	96.797 2.263 94.534 - -	(114.518) (25.419) (81.486)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205	96.797 2.263 94.534 - - - 546.138	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918 588.575
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132	96.797 2.263 94.534 - - - 546.138	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) - - (1.193) (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539.737 1.427.559
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e Demais Os Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Os PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos (aptações no mercado aberto	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450	96.797 2.263 94.534 - - - 546.138	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) - - (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539.737 1.427.559 4.177
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos (Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132	96.797 2.263 94.534 - - - 546.138	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) - - (1.193) (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539.737 1.427.559
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e Demais Os Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Os PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos (aptações no mercado aberto	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) - - (1.193) (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539.737 1.427.559 4.177
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos (Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) - - (1.193) (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166	4.758,963 4.654,986 6.695 - 40.364 56,918 588,575 1.850,376 1.539,737 1.427,559 4.177 20.369 87.632 131.013
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) (1.193) (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642	4.758,963 4.654,986 6.695 40.364 56,918 588,575 1.850,376 1.539,737 1.427,559 4.177 20.369 87,632 131,013 169,793
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos (Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) (1.193) (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166	4.758,963 4.654,986 6.695 - 40.364 56,918 588,575 1.850,376 1.539,737 1.427,559 4.177 20.369 87.632 131.013
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) (1.193) (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166	4.758,963 4.654,986 6.695 40.364 56,918 588,575 1.850,376 1.539,737 1.427,559 4.177 20.369 87,632 131,013 169,793
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos Provisões Receitas Diferidas	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642 140.565 149.107	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777 601 11.176	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) - (1.193) (1.193) - (1.193)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166 160.283	4.758,963 4.654,986 6.695 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539.737 1.427,559 4.177 20.369 87.632 131.013 169.793 9.833
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Pedesidos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos Provisões Receitas Diferidas Patrimônio líquido	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642 140.565 149.107 595.556	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) - (1.193) (1.193) - (1.193) - (1.93) - (1.93) - (1.93)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166 160.283	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539.737 1.427.559 4.177 20.369 87.632 131.013 169.793 9.833 607.430
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Pedações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos Provisões Receitas Diferidas Patrimônio líquido Capital Social	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642 140.565 149.107 595.556	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777 601 11.176 133.241	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) (1.193) (1.193) - (1.193) - (1.193) - (1.33.827)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166 160.283	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539.737 1.427.559 4.177 20.369 87.632 131.013 169.793 9.833 607.430
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de titulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos  PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de titulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos Provisões Receitas Diferidas  Patrimônio líquido Capital Social Reserva de Capital Reserva de Capital Reserva de Capital Reserva de Avaliação Patrimonial	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642 140.565 149.107 595.556 513.000	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777 601 11.176 133.241	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) (1.193) (1.193) - (1.193) - (1.193) - (1.33.827)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166 160.283 634.989 513.000	4.758,963 4.654,986 6.695 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539,737 1.427,559 4.177 20.369 87.632 131.013 169.793 9.833 607.430 426.000
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Pedición Se de Accites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos  PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos e mercado aberto Recursos de aceites e emissão de títulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos Provisões Receitas Diferidas Patrimônio líquido Capital Social Reserva de Capital Reserva de Capital Reserva de Lucro Ajuste de Navilação Patrimonial Lucros ou Prejuízos Acumulados	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642 140.565 149.107 595.556 513.000	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777 601 11.176 133.241	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613)  (1.193) (1.193)  (1.193)  (1.193)  (1.3827) (5.414)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166 160.283 634.989 513.000 - 82.556	4.758,963 4.654,986 6.695 - 40.364 56.918 588.575 1.850,376 1.539,737 1.427,559 4.177 20.369 87.632 131,013 169,793 9.833 607,430 426,000 - 130,044 5.278
Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos Depósitos Relações interfinanceiras Captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de titulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos  PASSIVO NÃO CIRCULANTE Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros Depósitos captações no mercado aberto Recursos de aceites e emissão de titulos Obrigações por empréstimos e repasses Outros Passivos Provisões Receitas Diferidas  Patrimônio líquido Capital Social Reserva de Capital Reserva de Capital Reserva de Capital Reserva de Avaliação Patrimonial	5.138.285 5.069.400 1.821 10.914 21.114 35.036 174.205 1.852.860 1.563.188 1.480.132 4.450 4.964 73.642 140.565 149.107 595.556 513.000	96.797 2.263 94.534 546.138 11.777 601 11.176 133.241	(114.518) (25.419) (81.486) (7.613) (1.193) (1.193) - (1.193) - (1.193) - (1.33.827)	5.120.564 5.046.244 14.869 3.301 21.114 35.036 720.343 1.863.444 1.561.995 1.480.132 3.257 4.964 73.642 141.166 160.283 634.989 513.000	4.758.963 4.654.986 6.695 - 40.364 56.918 588.575 1.850.376 1.539.737 1.427.559 4.177 20.369 87.632 111.013 169.793 9.833 607.430 426.000 - 130.044

Segue de forma resumida a demonstração do resultado consolidada em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Banese	MULVI	Eliminações	Dallese Co	nsonaauo
	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022	31.12.2022 3	31.12.2021
Receitas de intermediação financeira	1.074.465	1.352	(14.227)	1.061.590	719.587
Despesas de intermediação financeira	(688.783)	(95.580)	2.221	(782.142)	(331.338)
Resultado bruto da intermediação financeira	385.682	(94.228)	(12.006)	279.448	388.249
Outras receitas/despesas operacionais	(275.940)	55.869	28.902	(191.169)	(202.736)
Despesas de provisões	(19.933)	(3.718)	-	(23.651)	(33.149)
Resultado operacional	89.809	(42.077)	16.896	64.628	152.364
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	89.809	(42.077)	16.896	64.628	152.364
Imposto de renda e contribuição social	(2.758)	18.506	-	15.748	(52.600)
Participações estatutárias no lucro	(11.539)	-	-	(11.539)	(12.440)
Lucro líquido antes da participação de não controladores	75.512	(23.571)	16.896	68.837	87.324
Participação de não controladores	-		6.675	6.675	(3.585)
Lucro líquido	75.512	(23.571)	23.571	75.512	83.739

# 2.2 Reconciliação entre BRGAAP e IFRS

a. Conciliações entre BRGAAP e IFRS relativas ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 e ao lucro líquido do 4º trimestre de 2022.

Patrimônio líquido e resultado atribuíveis ao conglomerado (BRGAAP)	Patrimônio Líquido 31.12.2022 634.989	Resultado do Exercício 31.12.2022 68.837
Provisão para perdas de crédito esperadas	10.479	27.632
Provisão para limites de crédito	(20.119)	4.652
Ajustes de mensuração de ativos financeiros - IFRS 9	(4.992)	(938)
Ajuste de depreciação	4.807	45
Ajustes de mensuração de arrendamento mercantil - IFRS16	(590)	(40)
IR e CS diferidos sobre as diferenças	5.300	(14.149)
Patrimônio líquido e resultado atribuíveis ao conglomerado (IFRS)	629.874	86.039

# Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS

Estão apresentadas abaixo as práticas contábeis aplicáveis ao Banese em conformidade com o BRGAAP que diferem do IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima.

### a. Perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

Refere-se ao ajuste decorrente da estimativa de perdas sobre a carteira de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA), que foi apurada considerando os requerimentos da IFRS 9 para cálculo de provisões para perdas esperadas. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen. Nas Demonstrações Financeiras em IFRS, esse efeito considera o impacto referente às provisões de determinados instrumentos de dívida e limites concedidos e não utilizados.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de perdas esperadas por redução ao valor recuperável e em consequência o ajuste foi reconhecido.

### b. Diferença de mensuração de ativos financeiros:

Segundo o BRGAAP, o Banese classificou alguns ativos financeiros como "ativos para negociação", que são mensurados ao valor justo através do resultado. Observando os requerimentos de classificação e mensuração da IFRS 9, para fins de elaboração das demonstrações financeiras em IFRS, alguns desses ativos foram classificados e mensurados ao custo amortizado. Dessa maneira, as variações no valor justo desses ativos, que no BRGAAP foram registrados no resultado, foram revertidas nas demonstrações financeiras em IFRS.

Além disso, no BRGAAP, a apropriação de receita de juros relacionada a operações de crédito cessa quando as operações atingem 60 dias de atraso. De acordo com a IFRS, a receita de juros não é mais reconhecida no resultado a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento dessa receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro. Assim, o ajuste divulgado refere-se também à apropriação no resultado, nas demonstrações financeiras em IFRS, da receita de juros de operações com atraso superior a 90 dias de atraso.

### Diferença de taxa de depreciação — Imóveis de uso:

De acordo com o IAS 16.51, o valor residual e a vida útil de um ativo deverão ser revisados pelo menos ao final de cada exercício social e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, eventuais mudanças deverão ser registradas como uma "mudança de estimativa", segundo os termos do IAS 8 -"Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas Contábeis e Erros".

Para fins de IFRS, em 31 de dezembro de 2010, especificamente para os imóveis, o Banese adotou como prática alterar a vida útil remanescente dos ativos em conformidade com o prazo remanescente apontado nos laudos de avaliação dos imóveis, permanecendo esse critério para os anos posteriores. Para BRGAAP a depreciação é calculada pelo método linear, observando-se as

seguintes taxas anuais: 10% para Móveis e Equipamentos de Uso, Sistemas de Comunicação e de Segurança; 20% para Sistemas de Processamento de Dados e Transportes e 4% para Imóveis de Uso - Edificações.

A aplicação prospectiva da apropriação da nova curva de depreciação para fins de IFRS gerou ajuste de critério contábil.

# d. Mensuração de Arrendamento Mercantil

Para fins de IFRS, foi registrado como arrendamento mercantil os contratos de aluquel firmados pelo Banese, registrando-se um ativo de arrendamento, que corresponde ao direito de uso dos ativos subjacentes ao contrato, e de um passivo de arrendamento, que corresponde aos compromissos de pagamento das contraprestações.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre os ajustes IFRS: A IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

### Plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. Referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 30 de junho de 2022.

# Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

- Fase 1 Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados;
- Fase 2 Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;
- Fase 3 Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis;
- Fase 4 Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;
- Fase 5 Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;
- Fase 6 Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolucão CMN nº 4.966/2021.

Durante a execução da Fase 1 do plano de implantação foram mapeados os seguintes principais impactos que foram considerados na definição das atividades que serão executadas nas demais fases da implantação.

Requerimentos de classificação: determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:



- Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais: reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de originação.
- Mensuração subsequente: novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- Perdas esperadas: a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito.

OBanese adotar'a o modelo completo de Perdas Esperadas. O desenvolvimentodestes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e clusterização da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes

Disposições transitórias: serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Resolução CMN nº 4.966/2021, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banese e sua controlada.

### b. Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério pro rata die. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. As rendas das operações de crédito vencidas até o 59º dia são contabilizadas em receitas de operações de crédito. As rendas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

### c. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução – CMN n° 4.818/2020 e CPC 03(R2), caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis.

### d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável. Representam os recursos aplicados no mercado interbancário.

# e. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- Títulos para negociação incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento;
- Títulos Disponíveis para Venda são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade ativa e frequente de negociação. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido:
- Títulos mantidos até o vencimento incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira do Banese para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço

O Banese não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

# f. Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/2002 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge).

O Banese não opera com instrumentos financeiros derivativos, e os fundos exclusivos não possuem posição ativa em sua carteira nessa categoria de ativos na data base.

# g. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são atualizados ao seu valor justo mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro em condições semelhantes às da posição detida na data-base. Na impossibilidade ou inexistência de cotações para os ativos em carteira, observam-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas.

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível I — São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado mediante cotação junto a instituições participantes do Mercado Financeiro; Nível II — São os instrumentos financeiros cujo valor justo é realizado atra-

vés de outras metodologias não contempladas no nível I; observa-se a curva de rentabilidade ou a precificação com desconto em fluxo de caixa com as condições negociais estabelecidas:

Nível III - São instrumentos financeiros cujo valor justo é mensurado utilizando dados não observáveis no mercado. Ó Banesé não possui instrumentos financeiros neste nível em 31.12.2022.

# h Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data base e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS, conforme

O Banco constituiu provisão de 50% para os contratos em validação que ainda não apresentam valor na Administradora do FCVS. Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas. Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito

As operações de crédito, bem como as respectivas provisões constituídas são registradas no ativo circulante ou não circulante obedecendo aos prazos contratuais

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que determina:

- A classificação das operações de crédito em nove níveis de risco AA (risco mínimo) até H (risco máximo), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- As operações de crédito em atraso classificadas em "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial;
- As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco;
- Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, admite-se a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do artigo 4º (prazo dobrado):
- Com base no artigo 5º, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com pessoas físicas da carteira comercial, com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50 mil, considerando informações pessoais, financeiras, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, financiamento e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H), conforme a Resolução CMN nº 2.682/1999. A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682/1999. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco.

### j. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica do Cosif "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 20% até julho de 2022 e de 21% de agosto de 2022 a dezembro de 2022. Em 28 de ábril de 2022, foi publicada a MP nº 1.115, convertida na Lei nº

14.446/2022 que elevou a alíquota da CSLL das instituições financeiras de 20% para 21% do lucro tributável, entre 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de . 2022, retornando para 20% a partir de 01 de janeiro de 2023.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

# k. Outros valores e bens

Os bens imóveis não de uso próprio são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

# I. Investimentos, Imobilizado de Uso e Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, considerando os seguintes

- Avaliação dos investimentos em controlada pelo método da equivalência patrimonial, tomando por base as informações mensais individuais levantadas, observando as mesmas práticas contábeis do controlador, ou seja, práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras. Os outros investimentos são registrados pelos seus valores
- de custo e, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas; Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Equipamentos de uso 10% Sistemas de processamento de dados 20% 10% a 20%

· Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de licença de software, que são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

m. Redução do valor recuperável de ativos financeiros - (impairment) É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

n. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data base, reconhecidos de forma pro rata die.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Para os processos judiciais em que o Banese e sua controlada figuram como réus, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável e para os casos em que se discute a constitucionalidade da Lei, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banese e sua controlada, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhantes, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Resolução CVM nº 72/2022.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Para os ativos reconhecidos em períodos anteriores, que estão em fase de cálculo pericial, e gerem expectativa de ganho de valor inferior aos reconhecidos, foram constituídas provisões.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

### p. Dívidas subordinadas

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas diariamente pela taxa de emissão da operação.

### q. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em base pro rata die).

### r. Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é apresentada pela divisão do lucro líquido do período pela quantidade total de ações e considerando os benefícios conferidos aos seus titulares.

### s. Benefício a empreaados

O Banese mantém dois planos previdenciários administrados pelo Instituto Banese de Seguridade Social — SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes e seus beneficiários, benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social: (a) O Plano de Benefícios SERGUS Saldado (PBSS), na modalidade Benefício Definido, que em Novembro/2018, teve seu processo de saldamento universal aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, em que houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Conforme o regulamento do plano, os benefícios ofertados aos participantes e beneficiários do plano são: (i) suplementação de aposentadoria por invalidez, (ii) suplementação de aposentadoria por idade, (iii) suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, (iv) suplementação de pensão, (v) pecúlio por morte e (vi) suplementação de abono anual; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos. De acordo com o regulamento do plano, são assegurados os seguintes benefícios: (i) aposentadoria, (ii) aposentadoria por invalidez e (iii) pensão por morte.

# t. JCP e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. O Banco por deliberação do Conselho de Administração pode declarar dividendos adicionais.

A distribuição de dividendos aos acionistas do Banco é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banese no período em que os dividendos são aprovados.

De acordo com o Estatuto os juros sobre capital próprio deverão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

# 4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Banese Múltiplo		Banese Cor	nsolidado
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	63.973	59.766	67.012	59.949
Disponibilidade em moeda nacional	63.973	59.766	66.738	59.828
Disponibilidade em moeda estrangeira	-	-	274	121
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	599.985	253.285	599.985	253.285
Aplicações no Mercado Aberto	599.985	253.285	599.985	253.285
Total de caixa e equivalente de caixa	663.958	313.051	666.997	313.234

# 5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a. Contas patrimoniais – composição

a. Contas patrinioniais Composiço	10	
	Banese Múltiplo e Co	nsolidado
	31.12.2022	31.12.2021
Aplicações no Mercado Aberto	599.985	253.285
Letras Financeiras do Tesouro Nacional — LFT	169.991	169.989
Letras do Tesouro Nacional — LTN	149.999	3.299
Notas do Tesouro Nacional — NTN	279.995	79.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	767.850	1.261.446
Depósitos Interfinanceiros — Pós	703.883	1.170.673
Depósitos Interfinanceiros — Pré Fixado	63.967	90.773
Total	1.367.835	1.514.731
Ativo Circulante	1.367.835	1.379.799
Ativo Realizável a Longo Prazo		134.932

# h Valor justo nor nívois

o. valor justo por	mveis						
	31.12	.2022		31.12.2021			
	Valor Contábil (1)	alor Contábil (1) Valor Justo (2)		Valor Contábil (1)	Valor Justo (2)		
		Nível 1	Nível 2		Nível 1	Nível 2	
Depósitos Interfinanceiros — Pós	703.883	-	703.942	1.170.673	-	1.170.927	
Depósitos Interfinanceiros — Pré fixado	63.967	-	63.967	90.773	-	90.773	
Total	767.850	-	767.909	1.261.446	-	1.261.700	

- (1) Títulos registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, consi-
- derando a intenção de manter os títulos até o seu vencimento. (2) O valor justo nível 2 é apurado utilizando a metodologia de rentabilidade da curva do título e atualização ao

# 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários tem a seguinte composição:

a. Títulos e valores mobiliários

a. 1 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza e faixas de vencimentos:



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o foi publicada na pagina de κειαξασ como
Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no
QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicac

2022



Banese Múltiplo

	Sem	Até	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15			
	Vencimento	3 Meses	Meses	anos	anos	anos	31.12.2022	31.12.2021	
Para negociação	3.691	431.723	138.847	244.258	-		818.519	730.327	
Letras Financeiras do Tesouro	-	426.087	138.847	244.258	-	-	809.192	721.698	
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	5.636	-	-	-	-	5.636	5.262	
Fundos abertos multimercado	5	-	-	-	-	-	5	4	
Fundos exclusivos multimercado ( <b>Nota a.4</b> )	3.685		-	-	-	-	3.685	3.353	
Fundos abertos de renda fixa	1				-	-	1	10	
Mantidos até o vencimento	-			-	695.865	68.079	763.944	714.616	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	682.224	68.079	750.303	619.371	
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	79.875	
CVS - Títulos do FCVS ( <b>2</b> )	-	-	-	-	13.641	-	13.641	15.370	
Total de TVM	3.691	431.723	138.847	244.258	695.865	68.079	1.582.463	1.444.943	
Ativo circulante							818.519	862.423	
Ativo realizável a longo prazo							763.944	582.520	

(1) Títulos emitidos pelo Banco Industrial do Brasil S.A. (2) Título emitido pelo Tesouro Nacional.

Banese Consolidado

Dunese Consone	auuo							
	Sem Vencimento	Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	31.12.2022	31.12.2021
Para negociação	6.255	431.723	138.847	244.258	-	-	821.083	745.610
Letras Financeiras do Tesouro		426.087	138.847	244.258	-	-	809.192	721.698
Certificado de Depósito Bancário (1)	-	5.636	-	-	-	-	5.636	5.262
Fundos abertos multimercado	5	-	-	-	-		5	4
Fundos exclusivos multimercado (Nota a.4)	3.685	-	-	-	-	-	3.685	3.353
Fundos exclusivos de direito creditório ( <b>Nota a.4</b> )	2.564	-	-	-	-	-	2.564	15.283
Fundos abertos de renda fixa	1	-	-	-	-	-	1	10
Mantidos até o vencimento			-	-	695.865	68.079	763.944	714.616
Letras Financeiras do Tesouro	-		-	-	682.224	68.079	750.303	619.371
Letras Financeiras	-	-	-	-	-	-		79.875
CVS - Títulos do FCVS ( <b>2</b> )		-	-	-	13.641	-	13.641	15.370
Total de TVM	6.255	431.723	138.847	244.258	695.865	68.079	1.585.027	1.460.226
Ativo circulante							821.083	877.706
Ativo realizável a longo prazo							763.944	582.520
(4) T(4) (4) -1	I - D I	and control of a	D! I C A					

a.2 Carteira do Banese Múltiplo e Banese Consolidado por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados: Banese Múltiplo

		31.12.	2022		31.12.2021			
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil
Títulos para negociação	818.464	818.519	55	818.519	731.211	730.327	(884)	730.327
Letras Financeiras do Tesouro Letras Financeiras	793.715	793.770	55	793.770	709.577	708.710	(867)	708.710
do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	15.422	15.422	-	15.422	13.005	12.988	(17)	12.988
Certificado de Depósito Bancário	5.636	5.636		5.636	5.262	5.262		5.262
Fundos exclusivos multimercado ( <b>Nota a.4</b> )	3.685	3.685		3.685	3.353	3.353		3.353
Fundos abertos multimercado	5	5	-	5	4	4		4
Fundos abertos de renda fixa	1	1	-	1	10	10	-	10
Títulos mantidos até o vencimento (2)	763.944	764.033	89	763.944	714.616	712.394	(2.222)	714.616
Letras Financeiras do Tesouro — carteira própria	750.303	751.397	1.094	750.303	619.371	617.846	(1.525)	619.371
Letra Financeira	-	-	-	-	79.875	79.875	-	79.875
CVS - Títulos do FCVS ( <b>3</b> )	13.641	12.636	(1.005)	13.641	15.370	14.673	(697)	15.370
Total	1.582.408	4 500 550		1.582.463	1.445.827	1 442 724	(2.104)	1.444.943

- O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulga-dos pela ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
   Para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, o ajuste a valor de mercado é meramente infor-mativo, ou seja, não há registro desse ajuste na contabilidade;
   Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. Brasil, Bolsa, Balcão, através de meto-dologia de cálculo definida no seu caderno de fórmulas.

Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Banese Consolidado

		31.12.	2022		31.12.2021				
	Custo Atualizado	Valor de Mercado	Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	Custo Atualizado		Ajuste a valor de Mercado	Valor contábil	
Títulos para negociação	821.028	821.083	55	821.083	746.494	745.610	(884)	745.610	
Letras Financeiras do Tesouro Letras Financeiras	793.715	793.770	55	793.770	709.577	708.710	(867)	708.710	
do Tesouro - Vinculado a compromissos de recompra (1)	15.422	15.422	-	15.422	13.005	12.988	(17)	12.988	
Certificado de Depósito Bancário	5.636	5.636	-	5.636	5.262	5.262	-	5.262	
Fundos exclusivos multimercado ( <b>Nota a.4</b> )	3.685	3.685	-	3.685	3.353	3.353	-	3.353	
Fundos abertos multimercado Fundos exclusivos	5	5	-	5	4	4	-	4	
de direito creditório ( <b>Nota a.4</b> )	2.564	2.564	-	2.564	15.283	15.283	-	15.283	
Fundos de renda fixa	1	1	-	1	10	10	-	10	
Títulos mantidos até o vencimento (2)	763.944	764.033	89	763.944	714.616	712.394	(2.222)	714.616	
Letras Financeiras do Tesouro — carteira própria	750.303	751.397	1.094	750.303	619.371	617.846	(1.525)	619.371	
Letra Financeira	-	-	-	-	79.875	79.875	-	79.875	
CVS - Títulos do FCVS ( <b>3</b> )	13.641	12.636	(1.005)	13.641	15.370	14.673	(697)	15.370	
Total	1.584.972	1.585.116	144	1.585.027	1.461.110	1.458.004	(3.106)	1.460.226	

- O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulga-dos pela ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais;
   Para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, o ajuste a valor de mercado é meramente infor-mativo, ou esja, não há reigoto desse ajuste na contabilidade;
   Os CVS são apurados a partir do preço unitário divulgado pela B3 SA. Brasil, Bolsa, Balcão, através de meto-dologia de cálculo definida no seu cademo de fórmulas.

O Banese declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento. Para os títulos nesta categoria, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não está registrado na contabilidade.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos durante o período.

### a.3 Valor justo por níveis Banese Múltiplo

	Nível 1	Nível 2
818.519	809.192	9.327
763.944	751.397	12.636
1.582.463	1.560.589	21.963
Contábil	Valor Jus	to
CONTADII	Nível 1	Nível 2
821.083	809.192	11.891
763.944	751.397	12.636
1.585.027	1.560.589	24,527
	763.944 <b>1.582.463</b> <b>Contábil</b> 821.083 763.944	818.519 809.192 763.944 751.397 <b>1.582.463 1.560.589</b> Contábil Valor Jus Nível 1 821.083 809.192

Valor Contábil

Valor Justo

TOTAL

### a.4 Banese Múltiplo e Banese Consolidado - Composição dos fundos exclusivos:

Banese Múltiplo

	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 Anos	5 a 15 anos	31.12.2022	31.12.2021
Títulos públicos			1.477			1.477	1.312
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	1.477	-	-	1.477	1.312
Títulos privados	2.160		-			2.160	1.978
Cota de fundo de renda fixa	2.160	-	-	-	-	2.160	1.978
Caixa	56		-			56	74
Outras Obrigações	-	(2)	-	(5)	(1)	(8)	(11)
Valores a pagar/receber	-	(2)	-	(5)	(1)	(8)	(11)
Total	2.216	(2)	1.477	(5)	(1)	3.685	3.353

Banese Consolidado

Sem Vencimento	Até 3 meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos		31.12.2022	31.12.2021
-	-	1.477		188	1.665	2.865
-	-	1.477	-	188	1.665	2.865
6.001	-	-			6.001	16.481
3.841	-	-	-	-	3.841	7.444
2.160	-	-	-	-	2.160	1.978
-	-	-				7.059
63		-			63	175
	(1.474)		(5)	(1)	(1.480)	(885)
-	(1.474)	-	(5)	(1)	(1.480)	(885)
6.064	(1.474)	1.477	(5)	187	6.249	18.636
	6.001 3.841 2.160 - 63	Nescale	New Column	Vencimento         messes         Meses         Anos           -         1.477         -           6.001         -         1.477         -           3.841         -         -         -           2.160         -         -         -           63         -         -         -           -         (1.474)         -         (5)           -         (1.474)         -         (5)	Nencimento   Meses   Meses   Anos   188   188	Vencimento         meses         Meses         Anos         anos         31.12.2022           -         1.477         -         188         1.665           6.001         -         1.477         -         188         1.665           6.001         -         -         -         -         6.001           3.841         -         -         -         -         3.841           2.160         -         -         -         -         2.160           -         -         -         -         -         -         -           63         -         -         -         -         -         63           -         (1.474)         -         (5)         (1)         (1.480)

As aplicações em cotas de fundos de investimento multimercado classificadas como títulos para negociação, estão sendo apresentadas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras por vencimento.

# b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

		вап	ese muiti	pio	Banese Consolidado				
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021	
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	
Rendas de aplicações em operações compromissadas	47.018	82.993	9.740	13.961	47.018	82.993	9.740	13.961	
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	69.341	136.785	38.761	54.150	69.341	136.785	38.761	54.150	
Rendas de títulos de renda fixa	104.436	184.262	45.619	65.711	104.436	184.262	45.619	65.711	
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	208	360	949	987	208	509	3.070	12.353	
Prejuízo de aplicações em fundos de investimentos	-	-	-	-	(367)	(1.018)	-	-	
Prejuízo com títulos de renda fixa	(14)	(28)	(29)	(223)	(14)	(28)	(29)	(223)	
Ajuste positivo ao valor de mercado	561	1.848	3.463	4.329	561	1.848	3.463	4.329	
Ajuste negativo ao valor de mercado	(40)	(912)	(1.805)	(3.331)	(40)	(912)	(1.805)	(3.331)	
Total	221.510	405,308	96,698	135,584	221.143	404.439	98,819	146,950	

# 7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Estão compostas por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação, por créditos vinculados representados por cumprimentos das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros recursos, por créditos junto ao Sistema Financeiro da Habitação - SFH (FCVS) e por correspondentes, conforme demonstrados a seguir:

# a. Relações interfinanceiras

	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Conta de pagamento instantâneo	61.666	31.006	61.666	31.006
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	149.207	107.769	149.207	107.769
Compulsório sobre depósitos de poupança (2)	401.185	268.511	401.185	268.511
Créditos junto ao FCVS (3) (Nota 3h)	98.784	100.477	98.784	100.477
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS (Nota 3h)	(18.550)	(36.403)	(18.550)	(36.403)
BACEN - outros depósitos	358	-	358	-
Bancos oficiais	705	232	705	232
Direitos junto participação sistema de liquidação	137	121	76.342	93.351
Relações com Correspondentes	-	-		-
Total	693.492	471.713	769.697	564.943
Ativo circulante	613.258	407.639	689.463	500.869
Ativo realizável a longo prazo	80.234	64.074	80.234	64.074
(1) Não remunerado;	forma Docalue	ão DCD nº 100 a	ovigibilidado d	lo rocolhimonto

- nao remunerado;
   Remunerado pela mesma taxa da poupança. Conforme Resolução BCB nº 188 a exigibilidade do recolhimento compulsório para cada modalidade de poupança é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo;
   Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% a.a para poupança e TR + 3,12% a.a para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço. O saldo corresponde a RS 22.535 (RS 27.671 31.12.2021) contratos validados pelo FCVS, RS 76.249 (RS 72.806 31.12.2021) contratos em processo de validação.

Em dezembro de 2022, o Banese passou a registrar 53 contratos de FCVS com status em validação pela Administradora do FCVS, de acordo com a mensuração de cada contrato em observância à regra do FCVS e à Lei nº 10.150/2000. Para esses contratos, foi constituída provisão de 50% do saldo atualizado.

Após atualização das estimativas razoáveis para mensuração das provisões do FCVS em dezembro de 2022, os contratos com status em validação e registrados pelo valor da Administradora do FCVS passaram a não ter provisão constituída. Na avaliação da Administração, a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas.

### b. Resultado das aplicações compulsórias

	Banes	e Múltiplo e	Banese Co	nsolidado
	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Receita sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS)	14.636	22.178	3.572	7.550
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	12.427	22.050	6.406	9.806
Provisão sobre créditos vinculados ao SFH (FCVS)	(6.599)	(12.001)	(1.467)	(3.245)
Total	20.464	32.227	8.511	14.111

### 8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

### a. Composição por tipo de operação

	Banes	e Múltiplo
	31.12.2022	31.12.2021
Adiantamentos a depositantes	366	368
Empréstimos	2.514.937	2.358.080
Títulos Descontados	763	829
Financiamentos	69.145	94.475
Financiamentos rurais e agroindustriais	196.131	174.854
Financiamentos imobiliários	472.922	437.851
Subtotal de Operações de Crédito	3.254.264	3.066.457
Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	273.982	269.383
Total Geral	3.528.246	3.335.840
Ativo circulante	1.162.442	1.119.884
Ativo realizável a longo prazo	2.365.804	2.215.956
	Banese	Consolidado
	Banese 31.12.2022	Consolidado 31.12.2021
Adiantamentos a depositantes		
Empréstimos	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos Títulos Descontados	<b>31.12.2022</b> 366	31.12.2021 368 2.358.080 829
Empréstimos	31.12.2022 366 2.514.937 763 69.145	31.12.2021 368 2.358.080 829 94.475
Empréstimos Títulos Descontados Financiamentos Financiamentos rurais e agroindustriais	31.12.2022 366 2.514.937 763 69.145 196.131	31.12.2021 368 2.358.080 829 94.475 174.854
Empréstimos Títulos Descontados Financiamentos Financiamentos rurais e agroindustriais Financiamentos imobiliários	31.12.2022 366 2.514.937 763 69.145 196.131 472.922	31.12.2021 368 2.358.080 829 94.475 174.854 437.851
Empréstimos Títulos Descontados Financiamentos Financiamentos rurais e agroindustriais	31.12.2022 366 2.514.937 763 69.145 196.131	31.12.2021 368 2.358.080 829 94.475 174.854
Empréstimos Títulos Descontados Financiamentos Financiamentos rurais e agroindustriais Financiamentos imobiliários	31.12.2022 366 2.514.937 763 69.145 196.131 472.922	31.12.2021 368 2.358.080 829 94.475 174.854 437.851
Empréstimos Títulos Descontados Financiamentos Financiamentos rurais e agroindustriais Financiamentos imobiliários  Subtotal de Operações de Crédito  Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)  Valores a receber por transações de pagamento (Nota 9)	31.12.2022 366 2.514.937 763 69.145 196.131 472.922 3.254.264	31.12.2021 368 2.358.080 829 94.475 174.854 437.851 3.066.457 269.383 395.860
Empréstimos Títulos Descontados Financiamentos Financiamentos rurais e agroindustriais Financiamentos imobiliários Subtotal de Operações de Crédito Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)	31.12.2022 366 2.514.937 763 69.145 196.131 472.922 3.254.264 273.982	31.12.2021 368 2.358.080 829 94.475 174.854 437.851 3.066.457 269.383
Empréstimos Títulos Descontados Financiamentos Financiamentos rurais e agroindustriais Financiamentos imobiliários  Subtotal de Operações de Crédito  Outros títulos com característica de concessão de crédito (Nota 9)  Valores a receber por transações de pagamento (Nota 9)	31.12.2022 366 2.514.937 763 69.145 196.131 472.922 3.254.264 273.982 463.673	31.12.2021 368 2.358.080 829 94.475 174.854 437.851 3.066.457 269.383 395.860

### b. Composição por nível de risco e prazo de vencimentos

**Subtotal Normal** 

Parcelas Até 14 dias

**Subtotal Normal** 

or compos	Banese Múltiplo – 31.12.2022												
Operações em Curso Normal													
Parcelas Vincendas	AA	A	В	c	D	E	F	G	н	TOTAL			
01 a 30 dias	23.943	9.690	10.236	3.206	1.913	291	403	32	430	50.144			
31 a 60 dias	31.291	410.312	16.636	5.091	2.036	625	607	601	624	467.823			
61 a 90 dias	27.124	12.697	13.281	3.161	1.600	300	193	59	345	58.760			
91 a 180 dias	96.640	22.014	34.341	12.004	5.032	1.180	554	166	923	172.854			
181 a 360 dias	144.845	51.787	55.165	16.483	7.827	1.736	2.853	419	1.839	282.954			
Acima de 360 dias	1.294.153	652.409	155.498	80.893	45.599	6.356	16.302	2.149	9.874	2.263.233			
Parcelas Vencidas													
Atá 14 diac	1 /11/	2 2 2 1	977	367	515	206	90	42	228	6.060			

1.619.410 1.161.230 286.034 121.205 64.522 10.694 21.002 3.468 14.263 3.301.828

		0	peraçõe	s em Cu	rso Anor	mal (1)				
Parcelas Vincendas	AA	A	В	C	D	E	F	G	Н	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	1.595	691	412	464	632	265	1.840	5.899
31 a 60 dias	-	-	5.019	3.481	2.433	2.694	2.764	2.176	14.458	33.025
61 a 90 dias	-	-	1.097	569	400	445	480	257	1.656	4.904
91 a 180 dias	-	-	3.438	2.029	1.421	1.486	993	728	4.700	14.795
181 a 360 dias	-	-	5.645	3.019	2.515	2.626	2.228	1.450	9.038	26.521
Acima de 360 dias	-	-	33.294	13.937	10.072	7.954	7.344	4.522	25.675	102.798
Parcelas Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	363	254	308	247	171	199	618	2.160
15 a 30 dias	-	-	2.159	656	376	403	563	209	1.456	5.822
31 a 60 dias	-	-	299	2.765	591	798	444	315	1.954	7.166
61 a 90 dias	-	-	-	150	917	601	385	314	2.226	4.593
91 a 180 dias	-	-	-	71	115	1.229	1.265	1.366	6.215	10.261
181 a 360 dias	-	-	-	-		53	86	86	7.985	8.210
Acima de 360 dias	-	-	-	-					264	264
Subtotal Anormal			52,909	27.622	19,560	19.000	17.355	11.887	78,085	226,418

Total – 31.12.2022 1.619.410 1.161.230 338.943 148.827 84.082 29.694 38.357 15.355 92.348 3.528.246 Total - 31.12.2021 1.371.831 1.098.896 467.634 192.004 58.423 25.236 37.166 13.171 71.479 3.335.840

(1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal. Range Consolidado - 31 12 2022

		вап	ese cons	onaaao	-31.12.	2022					
	Operações em Curso Normal										
Parcelas Vincendas	AA	А	В	C	D	E	F	G	н	TOTAL	
01 a 30 dias	23.943	346.930	6.329	3.206	1.913	291	403	32	430	383.477	
31 a 60 dias	31.291	410.312	16.636	5.091	2.036	625	607	601	624	467.823	
61 a 90 dias	27.124	12.697	13.281	3.161	1.600	300	193	59	345	58.760	
91 a 180 dias	96.640	22.014	34.341	12.004	5.032	1.180	554	166	923	172.854	
181 a 360 dias	144.845	51.787	55.165	16.483	7.827	1.736	2.853	419	1.839	282.954	
Acima de 360 dias	1.294.153	652.409	155.498	80.893	45.599	6.356	16.302	2.149	9.874	2.263.233	
Parcelas Vencidas											

1.619.410 1.526.956 294.305 121.205 64.522 10.694 21.002 3.468 14.263 3.675.825

90 42 228 46.724

		Оре	erações e	m Curso	Anorma	ıl (1)				
Parcelas Vincendas	AA	A	В	C	D	E	F	G	Н	TOTAL
01 a 30 dias	-	-	3.674	892	412	464	632	265	1.840	8.179
31 a 60 dias	-	-	5.019	3.740	2.433	2.694	2.764	2.176	14.458	33.284
61 a 90 dias	-	-	1.097	569	400	445	480	257	1.656	4.904
91 a 180 dias	-	-	3.438	2.029	1.421	1.486	993	728	4.700	14.795
181 a 360 dias	-	-	5.645	3.019	2.515	2.626	2.228	1.450	9.038	26.521
Acima de 360 dias	-	-	33.294	13.937	10.072	7.954	7.344	4.522	25.675	102.798
Parcelas										
Vencidas										
01 a 14 dias	-	-	363	254	308	247	171	199	618	2.160
15 a 30 dias	-	-	5.330	1.238	376	403	563	209	2.322	10.441
31 a 60 dias	-	-	299	8.576	591	798	444	315	3.781	14.804
61 a 90 dias	-	-	-	150	6.538	601	385	314	3.516	11.504
91 a 180 dias	-	-	-	71	115	7.563	8.021	7.999	9.688	33.457
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	53	86	86	52.758	52.983
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	264	264
Subtotal Anormal		-	58.159	34.475	25.181	25.334	24.111	18.520	130.314	316.094
Total – 31.12.2022	1.619.410	1.526.956	352.464	155.680	89.703	36.028	45.113	21.988	144.577	3.991.919

1.414 30.807 13.055 367 515 206

Total - 31.12.2021 1.371.831 1.406.412 501.487 196.472 63.573 29.812 41.500 17.183 103.430 3.731.700 (1) Carteira em Curso Anormal é composta por operações de crédito que apresentam parcelas vencidas há mais de 14 dias, as demais operações são consideradas de Curso Normal.



2022



# c. Composição da carteira classificada Banese Múltiplo 31.12.2022

Nível de Risco	Total	Comercial	Financiamento	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	1.619.410	1.619.410	-	-	-	-	-
Α	1.161.230	273.623	11.941	153.967	452.515	269.184	5.806
В	338.943	266.556	32.530	25.118	12.049	2.690	3.390
C	148.827	102.718	25.378	14.947	4.806	978	4.465
D	84.082	69.343	9.583	4.181	634	341	8.408
E	29.694	26.772	218	2.243	147	314	8.908
F	38.357	24.392	697	12.149	912	207	19.179
G	15.355	14.778	69	301	109	98	10.749
Н	92.348	84.224	2.053	5.546	355	170	92.347
Total	3.528.246	2.481.816	82.469	218.452	471.527	273.982	153.252

### Banese Múltiplo 31.12.2021

Nível de Risco	Total	Comercial	Financiamento	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	3.335.840	2.359.276	94.475	174.855	437.851	269.383	128.626

### Banese Consolidado - 31.12.2022

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão (1)
AA	1.619.410	1.619.410	-	-	-	-	
A	1.526.956	639.349	11.941	153.967	452.515	269.184	7.758
В	352.464	280.077	32.530	25.118	12.049	2.690	3.675
C	155.680	109.571	25.378	14.947	4.806	978	5.030
D	89.703	74.964	9.583	4.181	634	341	9.614
E	36.028	33.106	218	2.243	147	314	12.421
F	45.113	31.148	697	12.149	912	207	24.619
G	21.988	21.411	69	301	109	98	17.944
Н	144.577	136.453	2.053	5.546	355	170	154.905
Total	3.991.919	2.945.489	82.469	218.452	471.527	273.982	235.966

Ao consolidar, há provisões registradas apenas na controlada, por ela ser a responsável pelo risco do cliento em operações de empréstimo vinculadas ao rotativo de cartão de crédito. Banese Consolidado - 31.12.2021

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
Total	3.731.700	2.359.276	94.475	174.855	437.851	665.243	180.279

### d. Composição da carteira por setor de atividade econômica

31.12.2022		31.12.2021				
Valor	%	Valor	%			
2.780.857	78,82	2.470.970	74,07			
223.188	6,33	332.555	9,97			
26.954	0,76	46.863	1,40			
196.234	5,56	285.692	8,57			
196.134	5,56	174.854	5,24			
93.145	2,64	85.954	2,58			
234.922	6,66	271.507	8,14			
3.528.246	100,00	3.335.840	100,00			
	Valor 2.780.857 223.188 26.954 196.234 196.134 93.145 234.922	31.12.2022           Valor         %           2.780.857         78,82           223.188         6,33           26.954         0,76           196.234         5,56           196.134         5,56           93.145         2,64           234.922         6,66	31.12.2022         31.12.2021           Valor         %         Valor           2.780.857         78,82         2.470.970           223.188         6,33         332.555           26.954         0,76         46,863           196.234         5,56         285.692           196.134         5,56         174.854           93.145         2,64         85.954           234.922         6,66         271.507			

_		Banese Consol	idado	
_	31.12.2022		31.12.2021	
Descrição	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	3.244.530	81,28	2.866.830	76,82
Pessoas jurídicas	223.188	5,59	332.555	8,91
Indústria	26.954	0,68	46.863	1,26
Comércio	196.234	4,92	285.692	7,65
Rural	196.134	4,91	174.854	4,69
Habitação	93.145	2,33	85.954	2,30
Outros serviços	234.922	5,88	271.507	7,28
Total	3.991.919	100.00	3.731.700	100.00

# e. Concentração de crédito

		Banese Múltiplo					
	3	31.12.2022			31.12.2021		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão	
10 maiores devedores	141.990	4,02	9.093	150.840	4,52	20.473	
11 a 60 maiores devedores	201.246	5,70	8.900	208.130	6,24	7.531	
61 a 160 maiores devedores	111.295	3,15	11.851	119.759	3,59	9.985	
Demais clientes	3.073.715	87,12	123.408	2.857.111	85,65	90.637	
Total	3.528.246	100,00	153.252	3.335.840	100,00	128.626	

		Banese Consolidado						
	3	1.12.2022		31.12.2021				
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão		
10 maiores devedores	141.990	3,56	9.093	150.840	4,04	20.473		
11 a 60 maiores devedores	201.246	5,04	8.900	208.130	5,58	7.531		
61 a 160 maiores devedores	111.295	2,79	11.851	119.759	3,21	9.985		
Demais clientes	3.537.388	88,62	206.122	3.252.971	87,17	142.290		
Total	3.991.919	100,00	235.966	3.731.700	100,00	180.279		

# Movimentação da provisão para operações de créditos de

iiquiaaçao auviaosa				
	Banese A	Núltiplo	Banese Co	nsolidado
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	126.856	101.192	126.856	101.192
(+) Constituição de provisão líquida no período	130.938	67.846	130.938	67.846
(-) Baixas de operações de crédito no período	(106.415)	(42.182)	(106.415)	(42.182)
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	151.379	126.856	151.379	126.856
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.770	1.517	1.770	1.517
<ul><li>(+) Constituição de provisão líquida no período</li></ul>	5.948	4.064	5.948	4.064
(-) Baixas de operações de crédito no período	(5.845)	(3.811)	(5.845)	(3.811)
Saldo final da provisão de outros créditos com característica de concessão	1.873	1.770	1.873	1.770
Saldo em dezembro do exercício anterior - da provisão sobre transações de pagamento			51.653	38.030
(+) Constituição de provisão líquida no período	-	-	97.369	50.090
(-) Baixas de operações de crédito no período	-	-	(66.308)	(36.467)
Saldo final da provisão sobre transações de pagamento	-	-	82.714	51.653
Saldo final da provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa, outros créditos com característica de concessão e transações de pagamento	153.252	128.626	235.966	180.279
Ativo circulante	90.078	64.683	172.792	116.336
Ativo realizável a longo prazo	63.174	63.943	63.174	63.943

### g. Montante de operações renegociadas e recuperadas

Banese Múltiplo		Banese Conso	iiuuuo
31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
34.840	40.947	146.906	122.060
21.835	23.588	39.594	39.960
56.675	64.535	186.500	162.020
	<b>31.12.2022</b> 34.840 21.835	<b>31.12.2022 31.12.2021</b> 34.840 40.947 21.835 23.588	<b>31.12.2022 31.12.2021 31.12.2022</b> 34.840 40.947 146.906 21.835 23.588 39.594

### h. Rendas de operações de crédito

_	Banese Múltiplo			Banese Consolidado				
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Empréstimos	281.882	543.804	249.246	479.470	275.313	531.798	247.397	476.819
Títulos descontados	103	178	108	108	103	178	108	108
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	9.828	21.835	10.523	23.588	9.828	21.835	10.523	23.588
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	27.052	53.102	24.358	45.588	27.052	53.102	24.358	45.588
Financiamentos rurais	9.163	17.580	6.626	12.121	9.163	17.580	6.626	12.121
Outros financiamentos	210	431	186	302	210	431	186	302
Total	328.238	636.930	291.047	561.177	321.669	624.924	289.198	558.526

### 9. OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Rendas a receber	2.822	3,235	12.301	12,240
Serviços prestados a receber	2.822	2.319	10.347	9.632
Dividendos e Bonificações a receber		914		914
Outras rendas a receber	-	2	1.954	1.694
Diversos	510.322	460.313	1.033.155	895.482
Devedores por depósitos em garantia ( <b>Nota 9.1</b> )	158.902	140.954	198.233	176.759
Adiantamentos e antecipações	1.358	1.503	1.517	1.700
Pagamentos a ressarcir	594	2.255	594	2.255
Devedores diversos	17.419	10.776	36.595	13.784
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	28.619	17.733	29.112	18.032
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito ( <b>Nota 8a</b> )	273.982	269.383	273.982	269.383
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito (1)	29.448	17.709	29.448	17.709
/alores a receber relativo a transações de pagamento ( <b>Nota 8a</b> )	-		463.674	395.860
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa				
sem característica de concessão de crédito (2)	(11.727)	(7.039)		(7.203)
[otal	501.417	456.509		900.519
Ativo circulante	324.794	328.476	817.659	709.935
Ativo realizável a longo prazo	176.623	128.033	215.974	190.584

(1) Créditos decorrentes de precatórios;
 (2) Provisão sobre precatório para Banese Múltiplo.

# 9.1 Devedores por depósito em garantia

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
nterposição de recursos previdenciários (1)	23.728	21.603	23.728	21.603
nterposição de recursos fiscais - Receita Federal (2)	50.902	48.453	87.618	82.653
nterposição de recursos municipais (3)	17.070	18.644	17.070	18.644
nterposição de recursos trabalhistas (4)	60.549	46.043	63.150	47.602
nterposição de recursos cíveis	6.653	6.211	6.667	6.257
otal	158.902	140.954	198.233	176.759

- (1) Depósitos para interposição de recursos previdenciários o quais pretendem a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição.
   (2) Depósitos para interposição de recursos fiscais decorrentes do alargamento da base de cálculo do Pis e Cofins Lei nº 9.718/98; Autuação multa isolada e compensações não homologadas;
   (3) Depósitos para interposição de recursos fiscais municipais, onde alguns municípios pretendem o alargamento da base de cálculo do ISS, incluindo todas as receitas operacionais;
   (4) Depósitos para interposição de recursos trabalhistas decorrente de ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais.

# 9.2 Créditos Tributários e Impostos e contribuições a compensar

	Banese Multiplo		Banese Cor	isolidado
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
COFINS - Lei nº 9.718/1998 (1)	3.213	3.213	3.213	3.213
CSLL (repetição de indébito ano 1989) (2)	8.779	8.779	8.779	8.779
PIS - Decretos nºs 2.445/1988 e 2.449/1988 (2)	13.070	13.070	13.070	13.070
Provisão PIS — Decretos / CSLL / COFINS (-) (3)	(17.095)	(17.292)	(17.095)	(17.292)
IRRF	-	-	730	382
IRPJ	25.760	7.127	42.246	20.144
CSLL	22.127	5.088	24.659	6.609
Outros impostos	7.851	4.920	7.856	5.384
Total	63.705	24.905	83.458	40.289

- (1) COFINS crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/1998, art. 3°, pará-
- (1) Curnos Crediu de cuerrente do dargamento da dase de catciulo introduzida peta Let 9.7.16 (1996, art. 5°, paragrafo 1°), declarado inconstitucional pelo STF.

  (2) CSLL e PIS Processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco, aguardando execução de sentença.

  (3) Provisão constituída para créditos fiscais do PIS Decretos, CSLL e COFINS referente as parcelas em discussão sobre os cálculos periciais e julgamento de recurso de apelação em andamento.

# **10. OUTROS VALORES E BENS**

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Bens não de uso (1)	69.768	74.914	69.768	74.914
Material em estoque	1.163	929	2.262	2.258
Outros bens (2)	2.979	2.904	2.979	2.904
Despesas antecipadas	3.513	8.149	6.749	9.029
Provisão para desvalorização	(7.256)	(7.207)	(7.256)	(7.207)
Total	70.167	79.689	74.502	81.898
Ativo circulante	1.377	2.558	5.712	4.767
Ativo realizável a longo prazo	68.790	77.131	68.790	77.131

- (1) Os bens não alienados ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes. Para este grupo de contas a provisão no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2022 R\$ 4.121 (R\$ 4.303 31.12.2021).

  (2) Para os bens dados em comodató e constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil residual do bem no Banese Múltiplo e Consolidado em 31.12.2022 R\$ 2.979 (R\$ 2.904 31.12.2021).

# 11. INVESTIMENTOS

	Banese Múltiplo		Banese Co	nsolidado
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	332	332	332	332
Provisão para perdas investimentos p/incentivos fiscais	(423)	(423)	(423)	(423)
Títulos patrimoniais — Anbima	6	6	6	6
Participação em coligadas e controladas	99.808	116.703	-	-
Outros investimentos	25	25	25	25
Provisão para perdas em outros investimentos	(25)	(25)	(25)	(25)
Total	99.814	116.709	6	6

	Partici- pação %	PL em 31.12.2021	Saldo do Investimento 31.12.2021	Dividendo Distribuído Pela MULVI ao Banese de 01.01. 2022 a 31.12. 2022	Dividendo total Distribuído pela MULVI de 01.01. 2022 a 31.12. 2022	Resultado de 01.01. 2022 a 31.12. 2022	PL em 31.12. 2022	Equivalência patrimonial 01.01.2022 a 31.12.2022	Saldo do Investimento 31.12. 2022
MULVI	71,68%	162.811	116.703	-	-	(23.570)	139.241	(16.895)	99.808

# **12 IMOBILIZADO DE USO**

a) Composição dos saldos

	Banese N	lúltiplo	Banese Consolidado		
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	
Edificações e terrenos	6.900	7.223	21.267	21.655	
Móveis, máquinas e equipamentos	11.274	11.495	43.361	38.261	
Outras imobilizações (1)	23.572	26.564	27.314	29.200	
Total	41.746	45.282	91.942	89.116	

(1) Representado principalmente por imobilização em curso, equipamentos de comunicação, processamento de dados, segurança, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros.

### b) Demonstração do custo de aquisição

### Banese Múltiplo

	Valor líquido					Valor líquido	Taxa
	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.12.2022	anual
Imóveis de uso:							
- Imobilização em curso	6.718	2.548	-	-	-	9.266	
- Terrenos	5.000	-	-	(32)	-	4.968	
- Edificações	2.108	115	-	(58)	(270)	1.895	4%
- Instalação e adaptação de dependências	356	-	(70)	-	(121)	165	20%
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	418	-	-		(212)	206	20%
Móveis e equipamentos em estoque	3.253	1.946	-	(1.601)	-	3.598	
Móveis e equipamentos de uso	8.241	-	(804)	843	(1.150)	7.130	10%
Sistema de comunicação	73	354	(84)	-	(248)	95	20%
Sistema de processamento de dados	18.173	212	(1.074)	590	(4.323)	13.578	20%
Sistema de segurança	942	-	(9)	20	(108)	845	20%
Total	45.282	5.175	(2.041)	(238)	(6.432)	41.746	

Total	45.282	5.175	(2.041)	(238)	(6.432)	41.746	
Banese Consolidado							
	Valor					Valor	
	líquido					líquido	Tax
	31.12.2021	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31.12.2022	anua
Imóveis de uso:							
<ul> <li>Imobilização em curso</li> </ul>	9.939	2.548	-	(3.221)	-	9.266	
- Terrenos	13.933	-	-	(32)		13.901	
- Edificações	4.386	115	-	3.260	(433)	7.328	49
- Instalação e adaptação de dependências	356	-	(70)	-	(121)	165	209
- Benfeitorias em imóveis de terceiros	576	-	-	-	(304)	272	209
Móveis e equipamentos em estoque	4.439	14.003	-	(14.120)	-	4.322	
Móveis e equipamentos de uso	9.736	-	(871)	3.146	(2.475)	9.536	109
Móveis e equipamentos de uso em comodato	71	-	(10)	17	(16)	62	109
Equipamentos arrendados	24.047	-	(7)	10.021	(3.934)	30.127	
Sistema de comunicação	73	354	(84)	-	(248)	95	209
Sistema de processamento de dados	20.595	212	(1.074)	590	(4.323)	16.000	209
Sistema de segurança	965	-	(9)	33	(121)	868	209
Total	89.116	17.232	(2.125)	(306)	(11.975)	91.942	

# 13. INTANGÍVEL

	Banese	Múltiplo	Banese Co	onsolidado
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Outros ativos intangíveis (1)	86.279	75.250	117.081	88.975
Amortização acumulada	(62.821)	(59.597)	(67.478)	(63.493)
Total	23.458	15.653	49.603	25.482

(1) São compostos por softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas. São amortizados pelo prazo estimado de benefício econômico à taxa de 20% a.a.

# b. Demonstração do custo de aquisição

Banese Múltiplo

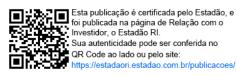
			valui residuai	laxa
31.12.2021	Aplicação	Amortização	31.12.2022	anual
15.653	11.029	(3.224)	23.458	20%
15.653	11.029	(3.224)	23.458	
			Valor residual	Taxa
31.12.2021	Aplicação	Amortização	31.12.2022	anual
31.12.2021	Aplicação	Amortização	31.12.2022	
<b>31.12.2021</b> 25.482	Aplicação 28.106	Amortização (3.985)	<b>31.12.2022</b> 49.603	
		15.653 11.029	15.653 11.029 (3.224)	15.653 11.029 (3.224) 23.458 15.653 11.029 (3.224) 23.458

# 14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição por modalidade

a) Composição por modana	uue				
	Banese	Múltiplo	Banese Consolidado		
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	
Depósitos à vista (Nota 14b)	1.185.161	1.158.353	1.170.362	1.142.761	
Depósitos pessoas físicas	488.232	468.602	488.232	468.602	
Depósitos pessoas jurídicas	444.621	392.832	429.822	377.240	
Depósitos de governos	220.125	259.016	220.125	259.016	
Depósitos vinculados	11.378	16.657	11.378	16.657	
Depósitos de instituições do sistema financeiro	12.419	12.367	12.419	12.367	
Contas encerradas	8.386	8.879	8.386	8.879	
Depósitos de poupança (Nota 14b)	2.034.501	1.937.941	2.034.501	1.937.941	
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	1.934.651	1.842.387	1.934.651	1.842.387	
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	86.745	82.426	86.745	82.426	
Depósitos de poupança de ligadas	511	514	511	514	
Contas encerradas	12.594	12.614	12.594	12.614	
Depósitos interfinanceiros (Nota 14b)	146.509	152.007	146.509	152.007	
Depósitos judiciais (Nota 14b)	1.546.017	1.287.274	1.546.017	1.287.274	
Depósitos a prazo (Nota 14b)	1.637.113	1.568.263	1.626.493	1.559.724	
Depósitos especiais com remuneração (Nota 14b)	231	484	231	484	
Depósitos outros (Nota 14b)			2.263	2.354	
Captações no mercado aberto	15.364	12.954	6.558	4.177	
Recursos de aceites e emissão de títulos	26.078	60.733	26.078	60.733	
Letras financeiras (Nota 14 a.1)	5.830	31.211	5.830	31.211	
Letras de crédito imobiliário	20.248	29.522	20.248	29.522	
Obrigações por repasses do país	108.678	144.550	108.678	144.550	
BNDES (Nota 14c)	6.895	10.822	6.895	10.822	
FINAME (Nota 14c)	386	797	386	797	
BNB (Nota 14c)	88.343	99.404	88.343	99.404	
FUNGETUR (Nota 14c)	13.054	33.527	13.054	33.527	
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	1.821	1.577	14.869	6.695	
Total	6.701.473	6.324.136	6.682.559	6.298.700	
Passivo circulante	5.138.285	4.775.622	5.120.564	4.758.963	
Passivo exigível a longo prazo	1.563.188	1.548.514	1.561.995	1.539.737	
a 1) Latras Einansoiras					

a. I) Letras Final	iceiras					
		Banese A	Múltiplo e Cons	olidado		
Papel	Valor de			Data de	Data de	
	Emissão			Emissão	Vencimento	
		31.12.2022	31.12.2021			
Letra Financeira	11.000	-	11.621	22.06.2020	22.06.2022	
Letra Financeira	19.000	20.249	19.590	11.01.2021	11.01.2023	
Total	30.000	20.249	31.211			



2022

**Economia & Negócios** 



# b) Composição de depósitos por prazos

Banese Múltiplo

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à vista	1.185.161	-	-	-	1.185.161	1.158.353
Depósitos de poupança	2.034.501	-	-	-	2.034.501	1.937.941
Depósitos interfinanceiros (1)	-	51.894	94.615	-	146.509	152.007
Depósitos judiciais	1.546.017	-	-	-	1.546.017	1.287.274
Depósitos a prazo (1)	-	50.146	106.835	1.480.132	1.637.113	1.568.263
Depósitos especiais com remuneração	-	231	-	-	231	484
Total	A 765 670	102 271	201 450	1 400 133	6 540 533	6 104 222

tal 4.765.679 102.271 201.450 1.480.132 6.549.532 6.104.322 (1) Considera os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

Banese Consolidado

	Sem vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à vista	1.170.362	-	-	-	1.170.362	1.142.761
Depósitos de poupança	2.034.501	-	-	-	2.034.501	1.937.941
Depósitos interfinanceiros (1)		51.894	94.615	-	146.509	152.007
Depósitos judiciais	1.546.017	-	-	-	1.546.017	1.287.274
Depósitos a prazo (1)	-	39.526	106.835	1.480.132	1.626.493	1.559.724
Depósitos especiais com remuneração	-	231	-	-	231	484
Outros depósitos	-	2.263	-	-	2.263	2.354
Total	4.750.880	93.914	201.450	1.480.132	6.526.376	6.082.545
<ol><li>Considera os vencimentos es</li></ol>	stabelecidos nas	aplicaçõe	s.			

### c) Composição de obrigações por repasses por prazos

Banese Múltiplo e Consolidado

	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31.12.2022	31.12.2021
BNDES	444	2.027	4.424	6.895	10.822
FINAME	12	195	179	386	797
BNB	2.248	17.056	69.039	88.343	99.404
FUNGETUR	13.054	-	-	13.054	33.527
Total	15.758	19.278	73.642	108.678	144.550

As captações em depósitos a prazo são realizadas com clientes da instituição, predominantemente na modalidade de encargos pós-fixados, tendo uma operação na modalidade pré-fixada, correspondente a menos 0,01% da carteira. A taxa média de captação acumulada até dezembro/2022 para os depósitos pósfixados corresponde a 94,86% da variação do CDI (95,12% até dezembro/2021) e os pré-fixados a 98,61% da variação do CDI ou 12,20% a.a. (96,66% ou 4,25% a.a. até dezembro/2021).

As captações através de operações compromissadas - carteira própria - no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100,00% da variação do CDI.

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNB, BNDES e Ministério do Turismo/FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, trimestrais, semestrais ou anuais até dezembro de 2031. Os encargos financeiros para as operações não-rurais pósfixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2022 variam de IPCA + 1,4363% a.a. e IPCA + 8,0753% a.a. (31.12.2021 IPCA + 1,2178% a.a. e IPCA + 5,9535% a.a.), já o encargo financeiro anual para as operações rurais de investimento pré-fixadas com recursos oriundos do BNB até 31.12.2022 foi de 7,79 % a.a. (31.12.2021 foi de 5,75 % a.a.). Os encargos financeiros para as operações com recursos oriundos do BNDES (FINAME/Automático/PROGEREN) até 31.12.2022 é uma composição de encargos pós-fixados TLP + 3,95% a TLP + 4,15% a.a. (31.12.2021 - TLP + 3.95% a TLP + 4.15% a.a.). O encargo financeiro anual para as operações pós-fixadas com recursos oriundos do Ministério do Turismo/FUNGETUR até 31.12.2022 foi de SELIC + 5,0% a.a. (31.12.2021 - SELIC + 5,0% a.a.) para todas as finalidades disponíveis para contratação com esta fonte de recurso.

# d) Despesas de captação

•	•	Banese Múltiplo				Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021	
	2º Sem.	Exercício	2° Sem.	Exercício	2° Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	
Depósitos judiciais	(60.935)	(109.230)	(25.826)	(36.388)	(60.935)	(109.230)	(25.826)	(36.388)	
Depósitos de poupança	(76.191)	(140.774)	(39.535)	(59.943)	(76.191)	(140.774)	(39.535)	(59.943)	
Depósitos a prazo	(134.958)	(246.943)	(49.745)	(69.912)	(134.418)	(246.003)	(48.767)	(67.565)	
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	(1.092)	(2.019)	(349)	(500)	(401)	(738)	(274)	(339)	
Fundo Garantidor de Créditos — FGC	(3.188)	(6.307)	(2.864)	(5.645)	(3.188)	(6.307)	(2.864)	(5.645)	
Letras financeiras subordinadas — LFS	(5.379)	(16.328)	(9.871)	(18.179)	(5.379)	(16.328)	(9.871)	(18.179)	
Letras financeiras – LF	(1.321)	(3.009)	(974)	(1.578)	(1.321)	(3.009)	(974)	(1.578)	
Letras de crédito imobiliária - LCI	(834)	(1.947)	(868)	(1.270)	(834)	(1.947)	(868)	(1.270)	
Depósitos interfinanceiros	(7.897)	(14.867)	(4.576)	(6.468)	(7.897)	(14.867)	(4.576)	(6.468)	
Depósitos especiais com remuneração	(9)	(21)	(12)	(19)	(9)	(21)	(12)	(19)	
Despesas com	(222 224)	/ ·\	(40.4.400)	(400 000)	(200	/=== == ·	(400 040)	/aa= aa a	
captações no mercado	(291.804)	(541.445)	(134.620)	(199.902)	(290.573)	(539.224)	(133.567)	(197.394)	
Despesas de repasses BNDES	(539)	(1.362)	(1.722)	(2.504)	(539)	(1.362)	(1.722)	(2.504)	
Despesas de repasses FINAME	(15)	(31)	(20)	(40)	(15)	(31)	(20)	(40)	
Despesas de repasses BNB	(2.591)	(6.300)	(5.425)	(9.400)	(2.591)	(6.300)	(5.425)	(9.400)	
Despesas de repasses FUNGETUR	(1.800)	(2.957)	-	-	(1.800)	(2.957)	-	-	
Despesas com empréstimos e repasses	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)	(4.945)	(10.650)	(7.167)	(11.944)	
Total das despesas de captação	(296.749)	(552.095)	(141.787)	(211.846)	(295.518)	(549.874)	(140.734)	(209.338)	

# 15. OUTROS PASSIVOS

	Banese	Banese Múltiplo		nsolidado
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.989	2.607	2.497	2.948
Outros tributos e assemelhados	1.989	2.607	2.497	2.948
Sociais e estatutárias - Dividendos e bonificações a pagar	35.803	16.182	35.803	17.457
Impostos e contribuições a recolher	12.680	11.043	15.942	14.510
Provisão para Impostos e contribuições diferidos (1)		4.318		4.318
Dívidas subordinadas (Nota 15 a)	140.564	126.105	140.564	126.105
Recursos em Trânsito de Terceiros	260	298	260	298
Diversas	123.474	114.031	666.443	553.952
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	34	28	34	28
Provisão para pagamentos - Despesas de pessoal	34.831	52.232	38.981	56.192
Provisão para pagamentos — Fornecedores	27.346	22.568	32.075	25.953
Passivo Atuarial (Nota 25) (2)	-	2.931	-	2.931
Credores diversos – País (3)	32.827	11.263	59.220	26.781
Recursos do FGTS para Amortizações	199	197	199	197
Credores por recursos a liberar	1.920	6.514	1.920	6.514
Obrigações por convênios oficiais	2.692	1.306	2.692	1.306
Outros valores	23.625	16.992	23.625	16.992
Obrigações por transações de pagamentos (4)	-	-	507.697	417.058
Total	314.770	274.584	861.509	719.588
Passivo circulante	174.205	144.160	720.343	588.575
Passivo exigível a longo prazo	140.565	130.424	141.166	131.013

- (1) Impostos e contribuições diferidos sobre resultado positivo de Outros Resultados Abrangentes-ORA do cálculo atuarial.
- (a) Lacididi.

  20 Em 30.06.2021 o Banco passou a reconhecer, em suas demonstrações financeiras, a obrigação de passivo atuarial de acordo com a paridade e proporção contributivas.

  (3) A Resolução BCB nº 92, excluiu o cosif de Resultados de Exercícios Futuros a partir de Janeiro/2022. O valor de
- R\$9.568 foi transferido para o cosif de credores diversos.
- (4) Obrigações a lojistas por transações de pagamentos.

### a) Dívidas Subordinadas

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução CMN nº 4.955/2021, são

	Banese Múltiplo e Consolidado								
Papel	Valor de Emissão			Data de Emissão	Data de Vencimento				
		31.12.2022	31.12.2021						
Letras Financeiras Subordinadas (1)	15.445	16.552	15.993	30.07.2015	31.07.2023				
Letras Financeiras Subordinadas (2)	98.420	124.012	110.112	16.04.2021	26.04.2029				
Total _	113.865	140,564	126.105						

- (1) Remunerado pelo CDI com pagamento de juros semestral. (2) Remunerada pelo IPCA + Taxa Pré com pagamento de juros apenas no vencimento.

### 16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES **LEGAIS**

### a. Continaências ativas

O Banese possui registrado contingências ativas transitadas em julgado pelo Supremo Tribunal Federal, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros e estão sob análise de peritos para conclusão dos montantes envolvidos a receber, conforme Nota 9.2.

### b. Contingências passivas

O Banese e sua controlada figuram como réus em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de súas atividades.

- Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicato com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 31 de dezembro de 2022, o montante provisionado a título de contingências trabalhistas é de R\$ 48.980 (R\$ 45.885 — 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R\$ 54.913 (R\$ 51.092 - 31.12.2021) no Banese Consolidado.
- Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de ressarcimento e indenização por dano moral e patrimonial - R\$ 7.355 e correção dos saldos de poupança referente aos planos econômicos - Bresser, Verão e Collor I e II – R\$ 3.155 sendo o montante provisionado em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 10.510 (R\$ 9.804 - 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R\$ 13.996 (R\$ 14.820 - 31.12.2021) no Banese Consolidado.
- Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo na esfera administrativa e judicial, tais como: autuações fiscais previdenciárias as quais pretende a inclusão de algumas verbas pagas pelo banco à funcionários, autônomos e prestadores de serviços no salário de contribuição, compensações não homologadas pela Receita Federal do Brasil, tributos com exigibilidade suspensa como PIS Lei nº 9.718/98 e o ISSQN, onde alguns municípios incluíram, através de Decretos Municipais, todas as receitas operacionais em sua base de cálculo. O montante provisionado em 30 de dezembro de 2022 R\$ 89.617 (R\$ 93.968 - 31.12.2021) no Banese Múltiplo e R\$ 91.374 no Banese Consolidado (R\$ 103.881 -31.12.2021)

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e pela Resolução CVM nº 72/2022. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes, são provisionados os processos classificados como probabilidade de perda provável e as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade da Lei.

A movimentação da provisão está assim demonstrada:

Ва	anese Múltiplo						
				Total			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2022	31.12.2021		
Saldo inicial - dezembro do exercício anterior	45.885	9.804	93.968	149.657	157.823		
Atualização monetária	4.333	208	4.427	8.968	5.586		
Constituição de provisão	7.338	2.519	1.560	11.417	20.818		
Reversão de provisão			(10.338)	(10.338)	(24.529)		
Pagamentos	(8.576)	(2.021)	-	(10.597)	(10.041)		
Saldo final do período	48.980	10.510	89.617	149.107	149.657		

nese Consolidad	0								
Total									
Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	31.12.2022	31.12.2021					
r 51.092	14.820	103.881	169.793	174.118					
4.333	208	4.427	8.968	5.586					
8.249	5.295	1.683	15.227	26.093					
-		(18.617)	(18.617)	(24.529)					
(8.761)	(6.327)	-	(15.088)	(11.475)					
54.913	13.996	91.374	160.283	169.793					
	Trabalhistas r 51.092 4.333 8.249 - (8.761)	7 51.092 14.820 4.333 208 8.249 5.295 - (8.761) (6.327)	Trabalhistas         Cíveis         Fiscais           r         51.092         14.820         103.881           4.333         208         4.427           8.249         5.295         1.683           -         -         (18.617)           (8.761)         (6.327)         -	Trabalhistas         Cíveis         Fiscais         To           r         51.092         14.820         103.881         169.793           4.333         208         4.427         8.968           8.249         5.295         1.683         15.227           (8.761)         (6.327)         -         (18.617)           (8.761)         (6.327)         -         (15.088)					

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São acões para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda. As estimativas de perda para os processos assim classificados, de possível mensuração, montam os seguintes valores em 31 de dezembro de 2022: trabalhista - R\$ 34.683 (R\$ 39.061 - 31.12.2021), cíveis - R\$ 31.160 (R\$ 23.985 - 31.12.2021) e fiscais R\$ 56.468 (R\$ 53.828 – 31.12.2021). Nestes grupos encontram-se causas de naturezas diversas, principalmente: indenização por danos morais, além de reclamações de natureza trabalhista, tais como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER, e processos previdenciários, PIS, COFINS e compensações de tributos não homologados pela Secretaria da Receita Federal.

# c. Outros Assuntos

O Banese possui Processo Administrativo Sancionador PE nº 204590 - Processo que tramita no BACEN, para apurar suposta irregularidade praticada pela instituição e Diretores Luciano Cerqueira Passos e Aléssio de Oliveira Rezende, por deixar de implantar e implementar estruturas de controles internos efetivas e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações realizadas pela instituição financeira, especificamente no que se refere a sua atuação como participante do arranjo de pagamentos Pix.

### 17. RECEITAS DIFERIDAS (1)

	Banese Múltiplo e Consolidado				
	31.12.2022	31.12.2021			
Rendas Antecipadas	-	113			
Rendas Antecipadas — Icatu ( <b>2</b> )	-	9.720			
<b>Total</b>	-	9.833			

- (1) A Resolução BCB nº 92, excluiu o cosif de Resultados de Exercícios Futuros a partir de Janeiro/2022. O valor foi
- transferido para o cosí de credores diversos, conforme Nota 15.

  (2) Refere-se à receita em decorrência do convênio, celebrado em dezembro de 2017, pelo Banese com a Icatu Capitalização, em caráter de exclusividade, pelo prazo de 20 anos, para distribuição de produtos de capitaliza-

### 18. PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

	31.12.2022	31.12.2021
Participação de 71,68% na MULVI Instituição de Pagamentos S.A	(99.808)	(116.703)
Patrimônio Líquido da MULVI Instituição de Pagamentos S.A	139.241	162.811
Total de participação de não controladores	39.433	46.108

O Banese possui preponderância nas deliberações sociais, poder de eleger ou destituir seus administradores e controle operacional efetivo.

### 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 7.642.545 ações ordinárias e 7.642.545 ações preferenciais sem valor nominal, todas em circulação. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das preferenciais.

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: I - Prioridade no reembolso do Capital Social, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Sociedade; II - Receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores que os atribuídos às ações ordinárias; III - Inclusão em oferta pública decorrente de eventual alienação do controle da Sociedade. IV - Participação nos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações são indivisíveis em relação à Sociedade e cada ação ordinária, sem limitação, corresponderá a um voto nas deliberações da Assembleia Geral, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de membro do Conselho de Administração.

Em 09 de setembro de 2022, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social de R\$ 426.000.000,00 (quatrocentos e vinte e seis milhões de reais), para R\$ 513.000.000,00 (quinhentos e treze milhões de reais), mediante a capitalização de reservas estatutárias e sem a modificação do número de ações, no valor de R\$ 87.000.000,00 (oitenta e sete milhões de reais).

A tabela a seguir demonstra o lucro por ação com base nas ações ordinárias e preferenciais em circulação:

	01.01.2022 a	01.01.2021 a	
	31.12.2022	31.12.2021	
Lucro líquido atribuível aos acionistas - R\$ Mil	75.512	83.739	
Ações Ordinárias	35.958	33.496	
Ações Preferenciais	39.554	50.243	
Total de ações	15.285.090	15.285.090	
Ações ordinárias	7.642.545	7.642.545	
Ações preferenciais	7.642.545	7.642.545	
Lucro líquido atribuível a não controladores - R\$ Mil	(6.675)	3.585	
Lucro básico e diluído por ação:			
Lucro líquido por Ação Ordinária do Capital Social (em R\$)	4,71	5,22	
Lucro líquido por Ação Preferencial do Capital Social (em R\$)	5,18	5,74	

# b. Reservas de Lucros

O Lucro Líquido do Exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá as seguintes destinações:

**b.1 Reserva Legal** - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. b.2 Reservas Estatutárias - são constituídas do lucro líquido do

exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por: Reserva estatutária para margem operacional - com a finalida-

- de de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social. Reserva estatutária para equalização de dividendos - com a
- finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social.
- Reserva especial de lucro com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos adicionais, propostos pela Administração.

	Banese Múltiplo e Consolidado			
	31.12.2022	31.12.2021		
Reserva Legal	46.417	42.641		
Reserva Estatutária para Margem Operacional	36.139	78.877		
Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos		8.526		
Reserva de Lucro	82.556	130.044		

# c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

- c.1 Dividendos o estatuto social confere direitos a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado do exercício social.
- c.2 Juros sobre o capital próprio conforme estatuto social, poderão ser pagos aos acionistas, Juros sobre o Capital Próprio, mediante proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária.
- A Administração do Banese provisionou, durante o exercício JCP no montante de R\$ 36.000 (R\$ 21.000 - 31.12.2021), o JCP reduziu o impacto tributário no exercício na ordem de R\$ 16.200 (R\$ 10.500 – 31.12.2021).
- c.3 Dividendos obrigatórios de acordo com o estatuto social do Banco, art. 44, parágrafo único, os juros sobre capital próprio pagos ou creditados aos acionistas, deverão ser imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório.
- Os JCP serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do imposto de renda de acordo com a Resolução CVM nº 143/2022.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

https://estadaori.estadao.com/l/d/

Fator F

521.062

13.57%

3,07%

2,47%

69.580

# Relatório de Desempenho

2022



# 20. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

### a. Receitas de Prestações de Serviços

bunese murupro			banese consonada				
2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2° Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
7.891	16.598	10.169	20.663	53.725	118.995	66.113	122.227
19.948	36.335	20.930	36.412	19.948	36.335	20.930	36.412
2.179	4.418	2.192	4.268	2.179	4.418	2.192	4.268
75	119	96	191	75	119	96	191
30.093	57.470	33.387	61.534	75.927	159.867	89.331	163.098
	2° Sem. 7.891 19.948 2.179 75	2° Sem. Exercicio 7.891 16.598 19.948 36.335 2.179 4.418 75 119	2° Sem.         Exercicle         2° Sem.           7.891         16.598         10.169           19.948         36.335         20.930           2.179         4.418         2.192           75         119         96	2° Sem.         Exerciclo         2° Sem.         Exerciclo           7.891         16.598         10.169         20.663           19.948         36.335         20.930         36.412           2.179         4.418         2.192         4.268           75         119         96         191	2° Sem.         Exerciclo         2° Sem.         Exerciclo         2° Sem.           7.891         16.598         10.169         20.663         53.725           19.948         36.335         20.930         36.412         19.948           2.179         4.418         2.192         4.268         2.179           75         119         96         191         75	2° Sem.         Exercido         2° Sem.         Exercido         2° Sem.         Exercido           7.891         16.598         10.169         20.663         53.725         118.995           19.948         36.335         20.930         36.412         19.948         36.335           2.179         4.418         2.192         4.268         2.179         4.418           75         119         96         191         75         119	2° Sem.         Exerciclo         2° Sem.         66.113         30.113         20.930         66.113         30.930         20.930

### b. Receitas de Tarifas Bancárias

		Banese Múltiplo			Banese Consolidado				
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021	
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	
Devoluções de cheques	398	802	367	658	398	802	367	658	
Transações com cheques	278	586	313	608	278	586	313	608	
Tarifa de saques	1.043	2.108	1.226	2.447	1.043	2.108	1.226	2.447	
Tarifas de Manutenção de conta	20.296	39.937	18.699	37.068	20.296	39.937	18.699	37.068	
Tarifa de convênio — pagamento de salário	801	1.513	839	1.514	801	1.513	839	1.514	
Tarifa de confecção de cartões	122	237	106	154	122	237	106	154	
Tarifa com pacote de serviços	8.146	16.327	8.369	17.155	8.146	16.327	8.369	17.155	
Outras tarifas bancárias	3.269	6.520	3.728	7.921	3.269	6.520	3.728	7.921	
Total	34.353	68.030	33.647	67.525	34.353	68.030	33.647	67.525	
	Banese Múltiplo					Banese C	onsolidad	lo	

			Danese W	iuitipio		Da	nese co	isoliuauo	
		2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	rocoita	2º Sem.	Exercício	2º Sem. I	Exercício	2º Sem. E	cercício	2º Sem. E	xercício

prestação de serviços + 64.446 125.500 67.034 129.059 110.280 227.897 122.978 230.623

### c. Despesas de Pessoal

		Banese N	Multiplo			Banese	Consolida	do
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	30.09	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Salários	(54.653)	(110.325)	(55.716)	(105.895)	(67.030)	(134.147)	(66.907)	(127.027)
Encargos sociais	(9.785)	(19.051)	(9.067)	(17.514)	(11.202)	(21.494)	(10.028)	(19.527)
INSS sobre salários	(15.152)	(29.381)	(14.640)	(27.943)	(18.383)	(35.617)	(17.452)	(33.194)
Remuneração dos Administradores	(2.500)	(4.655)	(2.070)	(3.939)	(3.934)	(7.420)	(3.450)	(6.184)
Benefícios	(13.883)	(25.575)	(11.978)	(22.466)	(16.974)	(31.789)	(15.065)	(28.625)
Treinamento	(729)	(1.304)	(343)	(501)	(816)	(1.486)	(520)	(844)
Estagiários	(183)	(354)	(182)	(373)	(272)	(527)	(251)	(524)
Total	(96.885)	(190.645)	(93.996)	(178.631)	(118.611)	(232.480)	(113.673)	(215.925)

Banese Consolidado

## d. Outras Despesas Administrativas

Banese Múltiplo

	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exerc.	2º Sem.	Exerc.	2º Sem.	Exerc.	2º Sem.	Exerc.
Processamento de dados	(18.207)	(32.128)	(12.205)	(25.381)	(20.698)	(37.609)	(14.742)	(30.986)
Serviços do sistema financeiro	(6.968)	(11.183)	(6.096)	(14.149)	(7.036)	(11.321)	(6.168)	(14.282)
Depreciações e amortizações	(5.660)	(11.325)	(6.578)	(14.007)	(8.770)	(17.108)	(8.924)	(18.494)
Comunicação	(1.410)	(2.656)	(1.338)	(2.460)	(4.623)	(9.754)	(4.267)	(8.112)
Serviços de vigilância e segurança	(4.919)	(9.843)	(4.501)	(9.312)	(5.362)	(10.758)	(4.934)	(10.183)
Serviços técnicos especializados	(24.683)	(41.686)	(13.569)	(23.940)	(35.738)	(64.433)	(25.820)	(48.815)
Aluguéis	(1.568)	(3.069)	(1.474)	(3.340)	(1.762)	(3.436)	(1.652)	(3.678)
Manutenção e conservação de bens	(4.047)	(8.655)	(4.755)	(8.353)	(5.071)	(10.971)	(5.798)	(10.413)
Propaganda e publicidade	(1.898)	(3.152)	(2.980)	(4.884)	(5.191)	(9.320)	(5.866)	(9.530)
Material	(706)	(1.419)	(614)	(1.193)	(1.464)	(2.864)	(1.502)	(3.027)
Serviços de terceiros	(30.656)	(58.063)	(30.346)	(58.162)	(34.555)	(64.984)	(34.007)	(64.463)
Água, energia e gás	(2.321)	(5.570)	(3.410)	(6.121)	(2.567)	(6.156)	(3.756)	(6.749)
Transporte	(3.705)	(9.909)	(5.449)	(10.599)	(3.850)	(10.225)	(5.782)	(11.211)
Seguro	(1.306)	(3.569)	(1.437)	(4.039)	(1.329)	(3.612)	(1.477)	(4.165)
Promoções e relações públicas	(2.333)	(5.693)	(7.753)	(8.414)	(2.453)	(5.955)	(7.824)	(8.645)
Doações	-	-	-	-	(1.545)	(3.221)	(1.565)	(3.368)
Outras	(3.791)	(8.449)	(4.354)	(8.188)	(7.455)	(14.513)	(6.404)	(11.666)
Total	(114.178)	(216.369)	106.859)	202.542)	(149.469) (	286.240)	(140.488)	(267.787)

# e. Despesas Tributárias

		Banese I	Múltiplo			Banese Co	nsolidado	lidado	
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021	
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	
Contribuição ao Cofins	(14.387)	(27.651)	(13.104)	(25.267)	(22.791)	(44.716)	(21.978)	(41.594)	
Contribuição ao PIS - Pasep	(2.341)	(4.524)	(2.138)	(4.116)	(4.107)	(8.136)	(4.025)	(7.571)	
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	(3.259)	(6.357)	(3.390)	(6.524)	(5.997)	(12.071)	(6.331)	(11.917)	
Tributos federais	(102)	(535)	(84)	(197)	(102)	(535)	(84)	(197)	
Tributos estaduais	(25)	(38)	(14)	(37)	(25)	(38)	(14)	(37)	
Tributos municipais	(14)	(207)	(2)	(153)	(133)	(450)	(2)	(377)	
Outras	(361)	(1.048)	(348)	(701)	(371)	(1.075)	(517)	(984)	
Total	(20.489)	(40.360)	(19.080)	(36.995)	(33.526)	(67.021)	(32.951)	(62.677)	

# f. Outras Receitas Operacionais (\*)

		Banese A	Múltiplo		ı	Banese Co	nsolidado	
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Recuperação de encargos e despesas	391	1.458	706	3.548	391	1.458	706	3.548
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	-	-	-	-	5.665	10.233	4.783	8.302
Reversão de provisões operacionais	27.993	33.456	18.136	27.597	30.534	47.293	18.860	29.024
Atualização monetária Juros, multas e descontos	7.534	15.314	3.042	7.452	9.181	18.267	3.902	8.608
obtidos na operação de cartão	-	-	-	-	58.945	113.376	38.083	94.027
Cessão de crédito — MULVI	17.792	37.349	10.787	11.382	-	-	8.303	8
Descontos financeiros com antecipação de repasse	-	-	-	-	22.455	35.831	13.949	16.487
Ganhos de capital Dividendos e juros sobre	128	489	1.420	1.524	131	498	1.426	1.530
capital próprio recebidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros Passivo Atuarial (1)	7.593	7.593	-	9.583	7.593	7.593	-	9.583
Lucro na alienação de bens e investimentos	45	121	73	73	45	121	30	73
Outras	669	4.834	7.027	7.453	1.428	6.232	8.158	9.487
Total	62.145	100.614	41.191	68.612	136.368	240.902	98.200	180.677

- (\*) Em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, as receitas não operacionais estão incluídas no grupo das re
- (1) Juros reconhecidos pela baixa de obrigação atuarial em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1).

### g. Outras Despesas Operacionais (\*)

		Ballese Martiplo Ballese Consolidado						
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício	2º Sem.	Exercício
Contribuição ao SFH	(89)	(249)	(211)	(498)	(89)	(249)	(211)	(498)
Operações de crédito - descontos concedidos	(154)	(314)	(357)	(4.473)	(8.578)	(20.314)	(9.527)	(18.589)
Variação Monetária INSS	(357)	(679)	(216)	(256)	(357)	(679)	(216)	(256)
Despesas Financeiras	-	-	-	-	(165)	(287)	(210)	(3.113)
Despesa Convênio TJ (1)	(8.947)	(17.099)	(7.658)	(17.209)	(8.947)	(17.099)	(7.658)	(17.209)
Despesa com prêmio de fidelização (2)	(235)	(531)	(171)	(411)	(789)	(1.362)	(371)	(835)
Cessão de crédito — MULVI	-	-	(146)	(2.917)	-	-	(146)	(2.917)
Prejuízo na alienação de valores, bens e investimentos Perdas de capital	(79) (1.834)	(813) (4.111)	(94) (4.661)	(101) (6.014)	(87)	(825)	(94) (5.639)	(108)
Juros Passivo Atuarial	(1.034)	(132)	(647)	(1.270)	(1)	(132)	(647)	
Outras despesas operacionais	(4.562)	(13.857)	(4.684)	(7.116)	(11.030)	(26.603)	(10.660)	
Total	(16.258)	(37.785)	(18.845)	(40.265)	(33.507)	(74.227)	(35.379)	(67.647)

(\*) Em atendimento à Resolução BCB nº 02, as despesas não operacionais estão incluídas no grupo das despesas

operacionais.
(1) Referem-se às despesas decorrentes do convênio firmado com o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.
(2) Referem-se às despesas com fidelização dos clientes oriundos da cessão da carteira de crédito da MULVI.

### h. Despesas Provisões

		Banese	Multiplo		Banese Consolidado			
	2022	2022	2021	2021	2022	2022	2021	2021
	2º Sem.	Exercício	2º Sem	Exercício	2º Sem	Exercício	2º Sem	Exercício
Despesas de provisões								
Passivas – contingências trabalhistas	(6.886)	(11.198)	(4.812)	(15.557)	(7.562)	(12.017)	(5.635)	(16.957)
Despesas de provisões Passivas – contingências cíveis	(1.737)	(2.727)	(1.036)	(2.828)	(3.130)	(5.503)	(3.663)	(6.386)
Despesas de provisões Passivas – contingências fiscais	(2.974)	(5.987)	(6.255)	(9.574)	(2.974)	(6.110)	(6.398)	(9.778)
Despesas de provisões Passiva – Outras	(1)	(1)	-	(13)	(1)	(1)	-	(13)
Despesas de provisões Passiva – Garantia Financeira	(10)	(20)	-	(15)	(10)	(20)		(15)
Total	(11.608)	(19.933)	(12.103)	(27.987)	(13.677)	(23.651)	(15.696)	(33.149)

# 21. EXIGIBILIDADES DE CAPITAL E LIMITES DE IMOBILIZAÇÃO

A Resolução CMN nº 4.955/2021 dispõe sobre os critérios de apuração dos Requerimentos Mínimos de Patrimônio de Referência de Nível I e de Capital Principal, enquanto a Resolução CMN nº 4.958/2021 institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco, foram observados os procedimentos das Circulares BACEN nºs 3.644/2013, 3.652/2013, 3.679/2013 e 3.696/2014 para risco de crédito; das Circulares BACEN nºs 3.634, 3.635, 3.636, 3.637, 3.638, 3.639, 3.641 e 3.645, de 04/03/2013, para risco de mercado; da Circular BACEN nº 3.640/2013 para risco operacional.

Para a parcela de risco operacional, o Banese utiliza a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (APAS). Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.957/2021, o Índice de Imobilização apurado em relação ao Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial foi de 14,18%, estando, portanto, em conformidade com o máximo permitido pelo BACEN, que é de 50%.

Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices, bem como os Ativos Ponderados de Risco, em 31.12.2022, estão demonstrados abaixo:

,,,,	31.12.2022
Patrimônio de Referência	648.649
Patrimônio de referência nível I (Capital Principal + Capital Complementar)	524.637
Capital Principal – CP	524.637
Capital Social +Participação de Não Controladores	552.433
Reservas De Capital, Reavaliação e de Lucros	82.556
Ganhos Não Realizados de Ajustes de Avaliação Patrimonial Exceto de Hedge de Fluxo de Caixa	-
Sobras ou Lucros Acumulados	-
Contas de Resultado Credoras	-
Contas de Resultado Devedoras	-
Perdas ou Prejuízos Acumulados	-
Depósito Para Suficiência de Capital	-
Outros Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	-
Total de Deduções de Ajustes Prudenciais	110.352
Não Realizadas - Avaliação Patrimonial e TVM	-
Ajustes Prudenciais Exceto Participações Não Consolidadas e Crédito Tributário	97.512
Ajuste Prudencial II - Ativos Intangíveis	49.603
Ajuste Prudencial VIII - Demais Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e relacionados à CSLL	8.476
Ajuste Prudencial XIV — Participação de não Controladores em Subsidiárias não Autorizadas	39.433
Pelo BCB	
Ajuste Prudencial XV - Diferença a Menor - Ajustes da Resolução 4.277/13	-
Ajustes Prudenciais V, VII e X - Créditos Tributários e Investimentos Superiores em	12.840
Assemelhadas e Instituições Financeiras	40.040
Ajuste Prudencial - Créditos Tributários de Diferença Temporária - excedente a 10% do CP III	12.840
Capital Complementar	
Patrimônio de referência nível II	124.012
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	124.012
Autorizados em conformidade com a Resolução CMN 4.192/13 - Com redutor	124.012
Redutor 0%	124.012
Redutor 20%	-
Redutor 40%	-
Redutor 60%	-
Redutor 80%	-
Redutor 100%	16.552
Ativos Ponderados de Risco:	4.780.901
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWA CPAD)	4.259.374
a) Por Fator de Ponderação (FPR):	
FPR de 2%	-
FPR de 20%	16.669
FPR de 35%	125.070
FPR de 50%	394.998

# b) Por Tipo: Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWA MPAD)

Prefixadas denominadas em real (RWAJUR1) Cupons de moedas estrangeiras (RWAJUR2) Cunom de índices de precos (RWA IUR3)

FPR de 75%

FPR de 85% FPR de 100%

FPR de 150% FPR de 250%

FPR de 300%

FPR de 909,09% FPR de 1.250%

Cupons de taxas de juros (RWAJUR4) Operações sujeitas à variação do preço de commodities (RWACOM) Operações sujeitas à variação do preço de ações (RWAACS)

Ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas à variação cambial (RWACAM)

### RWA 4.780.901 10,50% 382.472 Fator Mínimo Requerido + Adicionais de Capital Principal Patrimônio de Referência Mínimo Requerido Capital Principal Mínimo requerido para o RWA 215.141 Mínimo Capital Principal + ACP / RWA 77.075

Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD)

Sobra FATOR Nível I / RWA 10,97% Mínimo Nível I + ACP / RWA Folga de Mínimo Nível I / RWA Capital Principal / RWA Mínimo Capital Principal / RWA Folga Capital Principal / RWA Margem sobre o PR Considerando o Capital para cobertura do Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária e o ACP

### 22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa com base em balancete de suspensão / redução. A despesa de imposto de renda registrada no Banese Múltiplo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.809 (R\$ 24.165 - 31.12.2021) e no Consolidado foi de R\$ 9.561 (R\$ 26.798 - 31.12.2021), e a de contribuição social no Banese Múltiplo foi de R\$ 949 (R\$ 23.300 - 31.12.2021) e no consolidado R\$ 6.187 (R\$ 25.802 - 31.12.2021). No período, foi registrado a recuperação de IRPJ e CSLL referente ao exercício de 2021, decorrente do benefício fiscal com os dispêndios em projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico conforme Lei nº 11.196/05 – Lei do Bem, naquele exercício. A conciliação está demonstrada a seguir:

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Mi	íltiplo	Banese Co	nsolidado	Banese Mú	ltiplo	Banese Co	se Consolidado	
		Imposto o	le Renda			Contribui	ção Social		
	30.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	
Resultado antes									
da tributação e	89.809	143.644	64.628	152.364	89.809	143.644	64.628	152.364	
<b>participações</b> Participações									
estatutárias	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)	(11.539)	(12.440)	
Juros sobre Capital	(36,000)	(21.000)		(22.500)	(36.000)	(21.000)		(22.500)	
Próprio	(30.000)	(21.000)		(22.500)	(50.000)	(21.000)		(22.500)	
Equivalência Patrimonial	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)	16.895	(5.277)	
Adições líquidas de					(0.4.4.00)		(0.4.000)		
caráter permanente	(20.845)	1.676	(29.699)	10.336	(21.647)	810	(24.087)	9.470	
Adições líquidas de	3.155	(6.802)	26.372	14.589	3.155	(6.802)	26.372	14.589	
caráter temporário Lucro tributável	51155	(0.002)	201512		51155	(0.002)	201572		
antes das	41.475	99.801	66,657	137.072	40,673	98.935	72,269	136.206	
compensações		,,,,,,,,,					7 = 1 = 0 7		
Compensação									
prejuízo fiscal e base	-	-	-	(11.181)	-	-	-	(11.181)	
negativa CSLL Lucro tributável									
após compensações	41.475	99.801	66.657	125.891	40.674	98.935	72.269	125.025	
Valores devidos pela	(6.221)	(14.970)	(6.221)	(18.325)	(8.135)	(22.839)	(8.135)	(26.968)	
alíquota normal	(0.221)	(14.570)	(0.221)	(10.323)	(0.133)	(22.039)	(0.133)	(20.500)	
Adicional de imposto de renda (10%)	(4.124)	(9.956)	(4.124)	(12.541)	-	-	-	-	
Incentivos fiscais	757	1.338	757	1.674				_	
Tributos devidos	(9.588)	(23.588)	(9.588)	(29.192)	(8.135)	(22.839)	(8.135)	(26.968)	
Crédito tributário	(51500)	(23.300)	(5.500)	(231132)	(0.133)	(22.035)	(0.133)	(20.500)	
sobre as diferenças	2.827	(577)	8.699	4.924	2.262	(461)	5.785	2.326	
temporárias									
Crédito tributário prejuízo fiscal / base			4.295	(2.530)			2.606	(1.160)	
negativa CSLL	-	-	4.295	(2.530)	-	-	2.000	(1.160)	
Despesa efetiva no	(4 =44)	(0.4.4.41)		(24 200)	(= 0==)	(00 000)		(0.0.00)	
período	(6.761)	(24.165)	3.406	(26.798)	(5.873)	(23.300)	256	(25.802)	
Recuperação CSLL e	4.952	_	6.155		4.924	_	5.931	-	
IRPJ 2021 Valor registrado									
efetivamente no	(1.809)	(24.165)	9.561	(26.798)	(949)	(23.300)	6.187	(25.802)	
resultado					,				
% da despesa efetiva	(2.04)	44.000	(4.4.70):	47 500	(4.04)	44.00	(0.53)	44.00	
em relação ao lucro antes do IRPJ e CSLL	(2,01)%	16,82%	(14,79)%	17,59%	(1,06)%	16,22%	(9,57)%	16,93%	
antes do IKPJ e CSLL									

# 

A movimentação dos creditos es	sta a seguir	demonstrad	a:	
	Banese	Múltiplo	Banese C	onsolidado
·	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias	Imposto de Renda Diferenças Temporárias	Contribuição Social Diferenças Temporárias
Saldo em 31.12.2021	84.334	67.467	102.827	79.180
(-) Realização de Créditos Passivo Atuarial	(3.165)	(2.532)	(3.165)	(2.532)
(+) Constituição de Créditos — Outras Adições	16.946	13.855	42.281	29.465
(-) Realização de Créditos — Outras Adições	(13.768)	(11.313)	(33.231)	(23.400)
(+) Constituição de Créditos - Prejuízo Fiscal/ Base Negativa CSLL	-	-	4.296	2.606
Saldo em 31.12.2022	84.347	67.477	113.008	85.319

O crédito tributário de imposto de renda e contribuição social apresenta a

		Banese I	Múltiplo			Banese Co	nsolidado	
	Imposto o	de Renda	Contribui	Contribuição Social		de Renda	Contribuição Socia	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
1. Adições								
Temporárias - base	337.388	337.332	337.388	337.332	434.848	408.912	434.848	408.912
de cálculo								
<ul> <li>Créditos Tributários</li> </ul>	84.347	84.334	67,477	67.467	108.712	102.228	82.713	78.204
adições temporárias	04.347	04.334	07.477	07.407	100.712	102.220	02./13	70.204
- Prejuízo Fiscal/								
Base Negativa IRPJ/					17.184	2.392	17.373	6.507
CSLL								
<ul> <li>Créditos Tributários</li> </ul>								
de Prejuízo Fiscal/Base	-	-	-	-	4.296	598	2.606	976
Negativa IRPJ/CSLL								
Total de Créditos	84.347	84.334	67,477	67.467	113,008	102.826	85,319	79,180
Tributários Ativados	04.547	7.554	07.477	07.407	113.000	102.020	05.517	77.100
Créditos Tributários Não Ativados	1.387	1.259	1.110	1.008	1.387	1.259	1.110	1.008

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/1995.

Os Créditos Tributários não contabilizados correspondem às adições temporárias relativas as provisões constituídas para dar suporte aos créditos provenientes do FCVS.



1.889.556

1.673.873

134,369

2

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o foi publicada na pagina de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

https://estadaori.estadao.com.br/publicac

2022



O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 31 de dezembro de 2022, comparativamente com o valor presente do crédito. calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Período	Realização do (	rédito de IR	Realização do Cre	dito de CSLL	Tot	al
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Previsto	Presente	Previsto	Presente	Previsto	Presente
2023	6.120	5.385	4.896	4.308	11.016	9.693
2024	5.884	4.557	4.707	3.646	10.591	8.203
2025	5.822	4.001	4.658	3.201	10.480	7.202
2026	5.822	3.556	4.658	2.845	10.480	6.401
2027	5.822	3.161	4.658	2.529	10.480	5.690
Acima de 5 anos	54.877	21.167	43.900	16.933	98.777	38.100
Total – 31.12.2022	84.347	41.827	67.477	33.462	151.824	75.289
Total – 31.12.2021	84.334	46.111	67.467	36.889	151.801	83.000

Banese Consolidado

Período	Realização do O	o do Crédito de IR Realização do Crédito de CSLL Total		Realização do Crédito de CSLL		tal
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	Previsto	Presente	Previsto	Presente	Previsto	Presente
2023	8.497	7.476	6.322	5.563	14.819	13.039
2024	9.661	7.483	6.973	5.401	16.634	12.884
2025	10.590	7.278	7.519	5.167	18.109	12.445
2026	9.301	5.681	7.391	4.515	16.692	10.196
2027	8.199	4.451	6.084	3.303	14.283	7.754
Acima de 5 anos	66.760	26.896	51.030	20.370	117.790	47.266
Total – 31.12.2022	113.008	59.265	85.319	44.319	198.327	103.584
Total – 31.12.2021	102.826	57.827	79.180	44.414	182.006	102.241

O total do valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2022, para Banese Múltiplo, é de R\$ 75.289 (R\$ 83.000 – 31.12.2021), e para Banese Consolidado R\$ 103.584 (R\$ 102.241 – 31.12.2021), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias pela taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

A capacidade de realização do crédito tributário da MULVI, no montante de R\$ 28.295, está baseada em projeções de resultados positivos futuros, decorrentes da: i) reestruturação organizacional da MULVI; (ii) redução de custos operacionais e aumento das receitas através de parceria com empresa de recuperação de crédito e empresas de tecnologia na área automação de cartões

# 23. GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E AUDITORIA

A Gestão de Riscos do Banese é supervisionada pela Superintendência de Gestão de Riscos, com unidades específicas para gestão dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e capital, devidamente segregadas das áreas relacionadas aos negócios. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do Banese, ri.banese.com.br.

## Gestão de Capital

Define-se como Gestão de Capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco dispõe de estrutura interna responsável por acompanhar de forma integrada os riscos que podem impactar no capital da Instituição.

# Risco de Crédito

Entende-se por Risco de Crédito a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, assim como o da depreciação da classificação de risco do tomador do contrato de crédito, da redução de ganhos ou remunerações, das vantagens concedidas na renegociação, dos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento das obrigações pela contraparte, pautados nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

## Risco de Mercado

Compreende a possibilidade de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, que inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities), pautada nos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017.

### IRRBB - Risco de Variação das Taxas de Juros em Instrumentos Classificados na Carteira Bancária

É o risco definido como atual ou prospectivo do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária. O risco de variação das taxas de juros na carteira bancária deverá ser apurado, conforme metodologias descritas

I - Valor econômico ou Delta Eve: 0 △ EVE ou variação EVE pode ser definido como o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado sob uma perspectiva de liquidação da instituição e denota "quanto vale o banco em decorrência de choques nas taxas de juros":

II - Margem Financeira ou Delta NII: 0 △NII ou variação de NII pode ser definido como o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos classificados na carteira bancária. É calculado sob uma perspectiva de resultado e denota "quanto o banco vai ganhar ou perder em decorrência de choques nas taxas de juros".

# Risco de Liquidez

Compreende a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de não conseguir negociar uma posição a preço de mercado, por conta de seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado, conforme preceitua a Resolução CMN nº 4.557/2017.

## Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional do Banese está capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais próprios e do Conglomerado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/2017. Essa estrutura, aprovada pelo Conselho de Administração, tem como missão cumprir as estratégias e política de risco operacional, refletir sobre o papel e as responsabilidades das unidades, disseminar a cultura da gestão de risco operacional, bem como promover a capacitação do corpo funcional e a comunicação interna e externa.

### Risco Social, Ambiental e Climático

O Banco Central, a fim de aprimorar e ampliar as regras do risco socioambiental, estabeleceu normas detalhando e instituindo diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático aplicável às instituições financeiras, bem como determinou a obrigatoriedade de uma política voltada ao RSAC com escopo mais abrangente, pautado nas Resoluções CMN nº 4.943 e 4.945/2021, a qual está publicada no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br), e que tem como principais conceitos:

- Risco Social: definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comúm:
- Risco Ambiental: Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- Risco Climático: Define-se o risco climático, em suas vertentes de risco de transição e de risco físico, como:
  - I Risco climático de transição: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
  - II Risco climático físico: possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

### Risco Cibernético

Decorre da possibilidade de perdas decorrentes de ataques cibernéticos contra a infraestrutura de TI ou sistemas corporativos, afetando a integridade, confidencialidade e disponibilidade.

### **GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A atividade de gerenciamento de riscos tem cunho estratégico em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios do Banco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus

O Banese, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente, de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/ retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição.

### Gerenciamento de Capital

O monitoramento do Capital no Conglomerado Banese é realizado por meio do acompanhamento dos valores projetados para um determinado horizonte de tempo, a fim de realizar um planejamento de capital efetivo, possibilitando a realização de ações preventivas e planejamento corretivo dos desvios. As projeções são documentadas no Plano de Capital, sendo monitoradas e reportadas mensalmente à Alta Administração, Comitê de Gerenciamento de Riscos, Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário.

O Gerenciamento de Capital possibilita a monitoração dos limites mínimos exigidos pelo regulador, os indicadores apurados e os limites mínimos definidos na Declaração de Apetite a Riscos e Plano de Capital.

No tocante à exigência mínima de capital, estabelecida pelo órgão regulador, que corresponde aos Índices de Basileia, Nível I e de Capital Principal que mensura a relação entre o capital da instituição e o volume exposto aos riscos de suas operações, o Banese encerrou o 4T/2022 com os índices de 13,57%, 10,97% e 10,97%, respectivamente, acima dos limites 10,5%, 8,5% e 7,0% exigidos pelo regulador, demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos, sem comprometer sua margem operacional. Informações detalhadas sobre a gestão de riscos do Conglomerado Banese podem ser consultadas nos relatórios de gerenciamento de riscos disponíveis no sítio de Banese, disponível em: https://ri.banese.com.br/governancacorporativa/relatorios-de-gestao-de-riscos-e-capital-regulatorio/.

# Risco Operacional

Com base nos preceitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557/2017 e nos princípios do Acordo de Basileia III, a Política de Risco Operacional representa um conjunto de diretrizes globais estabelecidas pela administração do Banco, que delineia o modelo adotado para proporcionar, além do cumprimento da legislação vigente, a adoção de práticas de identificação de riscos e controles mitigatórios, capazes de manter os processos, produtos e serviços oferecidos pelo Banese seguros e competitivos, minimizando perdas relativas aos riscos operacionais. A referida política encontra-se disponível no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br). Com relação à alocação de capital oriunda da apuração da parcela dos Ativos Ponderados para Risco Operacional, o Banese adota o modelo da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada — APAS.

# Risco de Crédito

Visando mitigar as posições expostas a esse tipo de risco na carteira de crédito, o Banese possui metodologias de avaliação de risco de crédito que ponderam aspectos do risco do cliente e da operação, objetivando a mensuração adequada do risco final da operação. Também visam tracar perfis de comportamento dos clientes, notadamente através de informações pessoais, financeiras e históricas, minimizando o risco de perda para a Instituição, Após os devidos processamentos, as pontuações obtidas através dos modelos de risco de crédito da Instituição são convertidas em notas de risco, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999. Os referidos modelos estão em constante monitoramento, objetivando as adequações pertinentes, sempre

Ém referência às regras estabelecidas para a realização de provisões de créditos de liquidação duvidosa, o Banese obedece aos critérios positivados na citada Resolução e utiliza-se da faculdade disposta no parágrafo 1º do art. 4º, a qual permite a contagem em dobro dos prazos elencados no inciso I do mesmo artigo, nas operações cujo o prazo a decorrer seja superior à 36 (trinta e seis) meses.

Além das medidas prudenciais relacionadas, que minimizam o risco de default das operações de crédito, as exposições financeiras do Banese expostas ao risco de crédito são minimizadas devido ao fato de serem realizadas com servidores públicos, com créditos vinculados ou consignados à folha de pagamento, correspondendo a cerca de 77,64% da carteira de crédito pessoa física, representando assim um portfólio de baixo risco.

Destaca-se ainda que cerca de 97,1% do portfólio de Títulos e Valores Mobiliários é aplicado em títulos públicos federais. As posições em caixa ou equivalente de caixa não possuem exposição ao risco de crédito, haia vista se tratar de recursos em espécie ou de aplicação em títulos públicos federais. O volume de contas a receber está representado pelas operações de crédito apresentadas na tabela abaixo:

# Banese Consolidado

	31.12.2022	31.12.2021
- Operações de crédito	3.254.264	3.066.457
- Outros títulos com característica de concessão de crédito	737.656	665.243
- TVM	1.585.027	1.460.226
- Depósitos interfinanceiros	767.850	1.261.446
- Aplicações no mercado aberto	599.985	253.285

### Risco de Liquidez

O Banese mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos assumidos pela Instituição, resultado da alta capilaridade da sua rede de agências, como também da sua ampla e diversificada base de depositantes e da qualidade dos seus ativos. O controle do risco de liquidez do Banese está em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

Este controle é realizado por área responsável distinta à gestão direta da tesouraria do Banco, a qual envia relatório diário contendo informações sobre os cenários de normalidade e estressado da nossa liquidez, bem como faz uma análise econômico-financeira com base na liquidez interna e nos indicadores do mercado, demonstrando que a Instituição apresenta uma situação de liquidez capaz de honrar suas obrigações no curto e longo prazo, tanto em cenário de normalidade quanto de estresse.

### Risco de Mercado

O Conglomerado Prudencial utiliza um sistema integrado para aferição do risco, determinação das exposições e acompanhamento dos limites determinados em suas políticas/normativos internos. Os limites internos são acompanhados diariamente e preveem travas de exposição global aos riscos em moedas estrangeiras, fundos de investimento multimercados, de ações e de renda fixa. Como forma de acompanhar a exposição do Conglomerado às variações de ativos e passivos sujeitos ao risco de mercado, periodicamente são realizadas análises de sensibilidade, objetivando estimar o comportamento de nossa carteira em condições de estresse de mercado, bem como supondo quebras de premissas. O controle do risco de mercado do Banese encontra-se em consonância com suas políticas internas e às exigências da supervisão bancária, em especial à Resolução CMN nº 4.557/2017.

O Banese realizou análise de sensibilidade por fator de riscos de mercado considerados relevantes. Nessa análise, os fatores Pré, CDI e Cupom de TR representam 92,02% do total de exposições ativas e 81,83% passivas, sendo, portanto, as posições predominantes em função da expressividade das operações de crédito pré-fixadas, bem como da captação em poupança e da aplicação em crédito imobiliário no total das exposições da empresa.

A Carteira Trading (livre negociação) consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias detidas com intenção de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

A Carteira Banking (mantida até o vencimento) se refere às operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização. O quadro, a seguir, demonstra a análise de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras Trading e Banking) e não reflete o modo como os riscos de mercado dessas exposições são administrados no dia a dia da Organização.

# Banese Consolidado - 31.12.2022

Dallese consolidado 51.12.2022					
<b>Operação</b>	Exposição	Risco de Variação	Cenário Provável (I)	Cenário II	Cenário III
Operações de crédito e demais exposições sujeitas a variações das taxas de juros pré-fixadas em real	2.956.931	Taxas de juros (pré-fixadas)	(157.439)	(193.715)	(246.038)
Operações de crédito imobiliário, captações em poupança e demais exposições sujeitas a variações nas taxas	(3.165.670)	Taxas de cupom de TR	88.889	110.530	142.984
Exposições sujeitas às variações do Cupom de IPCA	(123.944)	Taxas de cupom de inflação IPCA)	17.413	21.317	26.896

onte: Sistema Plataforma de Riscos (SPR), dezembro/2022.

Para efeito dos cálculos apresentados acima, considerou-se no Cenário I a situação mais provável, com a projeção de um cenário futuro de redução das taxas de juros, com base em dados do mercado, quais sejam, as curvas de contratos de DI1 com negociação no dia na B3 e nas taxas médias de *swap* DI X PRE para o prazo de um ano (vértice 252 du). Em relação à TR (taxa Referencial), utilizou-se as cotações médias de swap ou as curvas de cupom para esta taxa informada pela B3 para o prazo de um ano (vértice 252 du). Já para o IPCA, utilizou-se a taxa média para o prazo de um ano (vértice 252 du). . Para a construção dos Cenários II e III aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novas posições estressadas. Os cenários da tabela acima representam o resultado financeiro estimado, considerando a marcação a mercado das exposições feitas em função da análise de sensibilidade apresentada.

# Risco Social, Ambiental e Climático

O Banese vem aprimorando os procedimentos de avaliação e gerenciamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos em seus processos, produtos, negócios e serviços para assegurar:

- Os registros de perdas efetivas em função de danos sociais, ambientais e climáticos, pelo prazo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico relacionado ao caso;
- A análise prévia dos potenciais impactos e oportunidades sociais, ambientais e climáticas causados pela criação de novas linhas de crédito;
- Oue as operações de crédito seiam realizadas de forma consciente objetivando o não endividamento excessivo e uma possível inadimplência, para que haja qualidade na carteira através do crédito consciente;
- Recebimento de garantias reais em favor de operações, que não estão localizadas em áreas de preservação ambiental;
- Oportunidades profissionais aos empregados, inclusive quanto à qualificação técnica, garantia da liberdade de expressão, combate a práticas discriminatórias e ações de combate ao assédio moral;
- O combate ao trabalho infantil, escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes:
- A análise dos fornecedores quanto à conduta ética, social e ambiental, repudiando práticas em desconformidade com as imposições legais:
- A inclusão em seus contratos de cláusulas que preveem o cumprimento de práticas socioambientais em conformidade com a legislação vigente;
- Manter o compromisso com o desenvolvimento do Estado através de ações que promovam o desenvolvimento social, ambiental e climático da região;
- O apoio a projetos desenvolvidos por entidades que promovam o desenvolvimento social e cultural do Estado:



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:





- A promoção de ações educativas para incentivar práticas de consumo sustentável no ambiente de trabalho, incentivando o consumo consciente de energia e recursos naturais;
- O desenvolvimento de projetos que favoreçam a destinação adequada de recursos sólidos, objetivando a redução de impactos ao meio ambiente;
- A implementação de equipamentos mais eficientes que promovam a redu-
- A aplicação de conceitos de ecoeficiência nas obras e serviços de engenharia
- realizadas pelo Banco, atendendo a critérios sociais, ambientais e climáticos; O apoio a mecanismos de mercado, políticas públicas e iniciativas que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem desafios sociais e
- O incentivo a projetos e investimentos a clientes que promovam o desenvolvimento social, ambiental e climático;
- O incentivo à educação financeira e consumo do crédito consciente perante
- O estímulo dos clientes ao envolvimento com a sustentabilidade e responsabilidade social, ambiental e climático.

### Risco Cibernético

A gestão do Risco Cibernético no Banese toma como base os preceitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.893/2021, que regulamenta a institucionalização de uma política de segurança da informação e cibernética, a qual está publicada no Portal de RI do Banco (ri.banese.com.br), além de dispor sobre os requisitos para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem a serem observados pelas instituições.

O Banco opera em um ambiente sujeito a falhas e incidentes de segurança cibernética, baseados em Tecnología da Informação (TI), como malware, phishing, além de artifícios sofisticados de ataques, com o intuito de acessar, alterar, manipular, corromper ou destruir sistemas de TI, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas, além do acesso a informações confidenciais ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora do Banco ou a interrupção dos serviços prestados.

Em caso de falhas no ambiente de segurança da Instituição, estaremos expostos, entre outros, ao risco de acesso ao ambiente por terceiros não autorizados, infecção de sistemas por programas maliciosos, disseminação de malware nas redes e visibilidade indevida a informações de clientes e/ ou estratégicas para o banco, resultando na indisponibilidade de sistemas críticos, ocasionando perdas financeiras por desvios de recursos financeiros. prejudicando a experiência do usuário por degradação da conexão, além de causar danos de imagem pelo vazamento de dados e gerar multas regulatórias, sanções, indenizações ou até intervenção por um regulador.

# 24. REMUNERAÇÃO PAGA A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco aos seus empregados e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Empregados (1) R\$	Administradores (2) R\$
Máxima	28.791,60	41.883,68
Média	7.958,95	38.924,85
Mínima	2.664,93	37.873,00

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas. (2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a empregados.

Em 31 de dezembro de 2022, o número de empregados do Banese totalizava 850 (799 – 31.12.2021), registrando-se, no período, um aumento de 6,38% no quadro de pessoal do Banco, decorrente das novas contratações do último concurso público.

O Banco custeia plano de Benefício Sergus Saldado (PBSS) e de Contribuição Definida (CD) e patrocina o plano de assistência à saúde para seus empregados. O valor acumulado até 31 de dezembro de 2022 e 2021 das contribuições está demonstrado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Plano de Previdência Complementar	6.661	5.548
Plano de Assistência à Saúde	3.816	2.789

# 25. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em atendimento aos requerimentos dispostos na Resolução CVM nº 110/2022 e Resolução CMN nº 4.877/2020, que aprovaram o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o Banco contabilizou os seus benefícios a empregados reconhecendo as suas obrigações

Para fins de atendimento à supracitada Resolução, os valores calculados por atuário externo, na data-base de 31 de dezembro de 2022, conforme relatório técnico de 11 de janeiro de 2023, apresentou superávit atuarial de atribuível da patrocinadora no montante de R\$ 9.074.

Em 30.06.2021 o Banco passou a reconhecer, em suas demonstrações financeiras, a obrigação de passivo atuarial de acordo com a paridade e proporção contributivas, na ordem de 39,25% sobre o valor presente da obrigação atuarial não coberta pelo valor justo dos ativos do plano. Tal fato foi resultado de estudos aprofundados realizados pela Administração do Banco que trouxeram, durante o primeiro semestre de 2021, informações adicionais sobre a ótica de segurança jurídica e sobre casos de equacionamentos de déficits, onde ficou claro que a paridade contributiva sobre as contribuições extraordinárias do patrocinador, dos participantes e assistidos em planos de equacionamento de déficits tem sido sempre observada no contexto da Lei Complementar nº 108/2001.

O impacto decorrente da aplicação do compartilhamento de riscos foi reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras, tendo sido tratado como uma "mudança de estimativa", de acordo com o "CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", dado que novas informações e práticas sobre o tema para a conclusão do estudo, alinhadas aos dispositivos das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, foram obtidas no primeiro semestre de 2021.

# Características do plano de previdência dos empregados do Banese

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, dotada de autonomia administrativa, tendo como finalidade instituir planos de benefícios de natureza previdenciária, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por invalidez, idade, nor tempo de contribuição, sunlementação de pensão e abono-anual, pecúlio por morte, aposentadoria, aposentadoria por invalidez e pensão por morte

A Política Previdenciária executada pelo Instituto Banese de Seguridade Social tem como fundamentação legal o artigo 202 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, as Leis Complementares de nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001 e demais normas legais em vigor emanadas por órgãos reguladores da Previdência Social ligada ao Ministério da Economia, como a Superintendência Nacional de Previdência Complementar — PREVIC e o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, o Estatuto Social da Entidade Gestora e os respectivos regulamentos dos Planos de Benefícios. Os Planos de Benefícios que dão suporte à Política de Previdência Complementar do Banese se fundamentam nos seus respectivos regulamentos, nos quais constam todos os direitos e obrigações dos Participantes e da Patrocinadora, o Plano de Custeio Atuarial, os prazos legais, a forma de pagamento das contribuições mensais e dos benefícios, o tempo de contribuição mínima e outros parâmetros necessários para o dimensionamento atuarial.

### Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido saldado e de contribuição definida

O Banese mantém dois planos previdenciários para os seus empregados e ex-empregados (aposentados e pensionistas), administrado pelo Instituto Banese de Seguridade Social – SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social. (a) O Plano SERGUS BD, cujo processo de Saldamento Universal foi aprovado em 07.11.2018 pela PREVIC por meio do Parecer nº 656/2018 publicado no DOU em 09.11.2018, em que, a partir do mês dezembro/2018, houve o fechamento do Plano para novas adesões e a suspensão da cobrança das contribuições normais. Com a aprovação desse processo o plano passou a ser denominado Plano de Benefícios SERGUS Saldado – PBSS. O Saldamento do Plano SERGUS BD não criou novos compromissos previdenciários para a Entidade. Pelo contrário, a operação proposta visou à mitigação de determinados riscos que poderiam, de uma forma ou outra, afetar futuramente o equilíbrio econômico e financeiro do plano de benefícios, dos quais destaca-se à premissa de crescimento real dos salários, que não mais afeta os compromissos previdenciários do Plano Saldado, já que os benefícios são definidos em valor constante e atualizados anualmente pela variação do INPC; (b) O Plano SERGUS CD, na modalidade de Contribuição Definida, onde o participante é quem define o valor de sua contribuição, e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual do Plano juntamente com a rentabilidade líquida dos investimentos. Desta forma, ganhos ou perdas patrimoniais são absorvidos pela atualização do valor patrimonial da quota patrimonial, não representando riscos atuariais para o Banese.

### Plano de Custeio

O valor das contribuições normais necessários às coberturas dos custos dos planos de benefícios é a constituição de reservas com a finalidade de prover o pagamento dos benefícios dos planos de benefícios, foram calculadas de acordo com a metodologia definida na nota técnica atuarial realizada por empresa especializada, respeitando-se o regime financeiro e o método de financiamento adotado. Sua definição contemplou o fluxo de contribuições de participantes (ativos e assistidos) e patrocinadores. Para o Plano de Benefício Definido Saldado o custeio administrativo foi definido como um percentual sobre o benefício saldado. Para o Plano de Contribuição Definida o custeio previdenciário foi definido como um percentual sobre o salário de contribuição. Todas as informações pertinentes ao tema estão acessíveis na página da internet do SERGUS, https://portalsergus.banese.com.br/

# Gerenciamento de riscos

Liquidez: A definição de Risco de Liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da falta de recursos líquidos suficientes para fazer frente às obrigações de pagamentos, num horizonte de tempo definido e, também, na impossibilidade de negociar a preços de mercado uma determinada posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade do próprio mercado. O SERGUS estabelece limites operacionais para o Risco de Liquidez consistente com as futuras obrigações da Entidade, para os instrumentos financeiros e demais exposições, cujos cumprimentos dos parâmetros de grandeza são analisados regularmente por comitês e submetidos a instâncias diretivas, visando garantir sua operacionalidade de maneira eficaz pelos gestores.

Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A metodologia de gestão do Risco Operacional prevê a realização de análises para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais aos quais o SERGUS está exposto. O objetivo do seu gerenciamento é obter controle sobre os riscos, buscando minimizá-los para proteger a Entidade e, consequentemente, salvaguardar o patrimônio e os interesses dos participantes e das patrocinadoras.

Mercado: O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Entidade. Esta definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações. O SERGUS está exposto aos riscos de mercado decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de seus instrumentos financeiros.

Crédito: O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador: reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Atuarial: O risco atuarial está relacionado à possibilidade de os fluxos de caixa futuros não serem suficientes para assegurar a cobertura das obrigações atuariais do plano, logo o risco é decorrente da adoção de metodologias inadeguadas, ou de premissas atuariais agressivas e pouco aderentes à massa de participantes. As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são: (i) Premissas demográficas, relacionadas aos eventos de vida, morte e invalidez a que os participantes estão expostos; (ii) Premissas econômicas, relacionadas à inflação e à taxa de juros que impactam os recursos garantidores; e (iii) Premissas administrativas, relacionadas ao custo de administração do plano.

# Gestão de Investimentos

A Gestão dos investimentos do SERGUS possui como foco principal a preservação de capital, mínima exposição à ativos de risco, diversificação e busca sempre ativos com taxas esperadas de retorno que façam frente à sua meta de rentabilidade. Atualmente, a Entidade possui uma estratégia de risco de suas aplicações financeiras que é mista, ou seja, parte dos recursos, 71,30% encontra-se sob a gestão da carteira própria e 28,70% sob uma gestão terceirizada. No entanto, o SERGUS sempre acompanha, monitora e controla, de maneira contínua, todos os recursos obtidos pela gestão terceirizada de maneira integral.

Nesse sentido, o direcional segue apontado no estudo de ALM (Asset and Liability Management), que possui como principal objetivo obter uma carteira ótima de ativos que forneça: (i) O cumprimento dos objetivos atuariais; (ii) Liquidez adequada à carteira; e (iii) Geração de resultados compatíveis em termos de risco e retorno.

### Premissas atuariais

Tábua de mortalidade geral de válidos: BREMSsb-2015 (por sexo) suavizada em 10% (dez por cento); tábua de mortalidade de inválidos: AT-83 IAM (por sexo); tábua de entrada em invalidez – TASA 1927; tábua de rotatividade - nula. Premissas Econômicas.

Taxa de desconto de longo prazo da obrigação atuarial: 6,1867% a.a; taxa de inflação futura 3,00% a.a.; índice de aumento salarial real estimado: não aplicável; taxa de crescimento real dos benefícios: 0% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da Entidade: 98,66%; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE.

Os resultados da avaliação atuarial, conforme CPC 33 (R1) são demonstrados

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente das obrigações	891.894	921.122
Valor justo dos ativos do plano	(915.015)	(913.654)
Déficit/Superávit Atuarial	(23.120)	7.468
Passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora	-	2.931

O perfil de vencimento da obrigação atuarial de benefício definido está demonstrado a seguir:

Banese Múltiplo					
	Até	Entre	Entre	Acima	
	1 Ano	1 e 2 Anos	2 e 5 Anos	de 5 Anos	Total
Plano PBSS	70.922	71.464	213.248	1.716.310	2.071.944

As movimentações do saldo do Passivo atuarial são as seguintes:

	banese multiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Passivo atuarial líquido anterior	7.468	43.549
Despesa do exercício	685	3.235
Perda/(Ganho) atuarial reconhecido imediatamente em Outros Resultados Abrangentes	(31.273)	(39.316)
Passivo atuarial líquido integral	(23.120)	7.468
Passivo atuarial líquido de responsabilidade da patrocinadora	-	2.931

### A reconciliação do valor da obrigação atuarial é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor presente da obrigação em 31 de dezembro do exercício anterior	921.122	1.039.666
Custo dos juros	84.532	77.220
Beneficios pagos pelo fundo	(52.085)	(41.697)
Ganhos atuariais sobre a obrigação atuarial	(61.675)	(154.067)
(Ganhos)/perdas atuariais decorrentes de mudança de premissa econômica	(71.050)	(212.852)
Ganhos atuariais em decorrência da experiência	9.375	58.785
Valor presente da obrigação	891.894	921.122

A reconciliação do valor justo dos ativos do plano é demonstrada a seguir:

	Banese Múltiplo	
	31.12.2022	31.12.2021
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro do exercício anterior	913.654	996.117
Rendimento esperado do valor justo dos ativos do plano	83.847	73.985
Beneficios pagos pelo fundo	(52.085)	(41.697)
Perdas atuariais sobre o valor justo dos ativos	(30.402)	(114.751)
Valor justo dos ativos do plano	915.014	913.654

O detalhamento das despesas é demonstrado a seguir:

Banese Múltiplo	
31.12.2022	31.12.2021
83.591	77.220
(85.758)	(73.985)
2.167	
	3.235
	<b>31.12.2022</b> 83.591 (85.758) 2.167

As categorias do valor justo dos ativos do plano estão demonstradas a seguir:

	Banese I	Múltiplo
	31.12.2022	31.12.2021
Títulos de renda fixa	90 %	90 %
Títulos de renda variável	6 %	6 %
Imóveis	3 %	3 %
Empréstimos	1 %	1%

O demonstrativo da análise de sensibilidade por alteração da taxa de juros é demonstrado a seguir:

	Banese Multipio		
	Taxa de Juros de 6,1867%a.a	Taxa de Juros de 7,1867%a.a	Taxa de Juros de 5,186%a.a
Valor presente da obrigação em 31.12.2022	891.894	805.353	996.183

O resultado abrangente, registrado no Banese, é demonstrado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido do Período	75.512	83.739
Passivo Atuarial - ORA	(9.596)	24.463
Crédito Tributário sobre Passivo Atuarial	4.318	(11.008)
Total do Resultado Abrangente	70.234	97.194

# a) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência à Saude e o Plano Odontológico, obedecendo a relação contributiva de 1 por 1, os quais são destinados aos empregados ativos e dependentes, não assumindo nenhuma responsabilidade anós a anosentadoria.

# 26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

a) Transações do Banese Múltiplo com controlador e com as controladas:

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As transações do Banese Múltiplo com as controladas estão relacionadas a



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

https://estadaor.cetada.com/

2022

**Economia & Negócios** 



Banese Múltiplo e Consolidado

	Ativo (Passivo)		Receita (Despesa)	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Empresa consolidada				
Depósitos à vista				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(14.799)	(15.592)	-	-
Controladores	(164.355)	(199.816)	-	-
Pessoal chave da administração	(55)	(104)	-	-
Depósitos a prazo				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(10.620)	(8.538)	(2.221)	(2.509)
Controladores	(411.747)	(552.125)	(121.073)	(5.785)
Pessoal chave da administração	(1.308)	(1.437)	(131)	(65)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(8.806)	(8.777)	-	-
Operações de Crédito				
Pessoa Física (3)	(3.947)	(2.613)	-	-
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(4.150)	(3.000)	-	-
Outros créditos				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(81.486)	(70.990)	-	-
Estado de Sergipe	(23.067)	(17.630)	-	-
Investimentos				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	(99.808)	(116.703)	(16.895)	(5.277)
Outras despesas operacionais (1)				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	-	-	(53.274)	(15.562)
Outras receitas operacionais (2)				
MULVI Instituição de Pagamentos SA.	-	-	(36.948)	(7.923)
(1) Refere-se a receita de tarifa a qual é col	brada de acordo co	m o contrato man	tido entre as parte	s.

- Refere-se a receita de tarifa a qual é cobrada de acordo com o contrato mantido entre as partes.
   Refere-se a receita de descontro concedido na operação da cessão da carteira de cartão de crédito.
   Compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Co
- mitê de Auditoria: e parentes.

Os valores envolvendo o Banese e sua empresa controlada foram eliminados nas demonstrações consolidadas.

## b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

O Banco dispõe de um plano de remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/2010.

Este plano tem como principais objetivos: (i) alinhar a política de remuneração ao gerenciamento da gestão de risco; (ii) adequar a política de remuneração às melhores práticas de mercado; (iii) compatibilizar a política de remuneração com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; (iv) ser formulada de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição da instituição a riscos acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos. A remuneração variável é calculada da seguinte forma:

- 1. 49% (quarenta e nove por cento) serão pagos em espécie, a partir do semestre seguinte ao da apuração; e
- II. 51% (cinquenta e um por cento) apurado anualmente com base no 1º e 2º

semestres, sendo esse valor diferido para pagamento em 03 (três) anos, escalonado em parcelas proporcionais, após deliberação de resultados pela Assembleia Geral Ordinária – AGO do exercício subsequente.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as remunerações do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê de auditoria e da Diretoria Executiva do Banese Múltiplo estão representadas a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Benefícios de Curto Prazo		
Remuneração	4.469	3.909
Encargos Sociais	1.194	1.069
Benefícios Pós-emprego		
Plano de Previdência Complementar	169	145
Total	5.832	5.123

O Banese possui benefício de remuneração baseada na cotação de ações para seu pessoal-chave da Administração, em 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 131, entretanto não possui benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

### c) Outras Informações sobre partes relacionadas

Conforme Resolução CMN nº 4.693/2018, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas, cumulativamente, as condições previstas no art. 6º e os limites previstos no art. 7º. Considera-se parte relacionada:

- Seus controladores, pessoas naturais ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976:
- Seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais, assim como seus companheiros, parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau;
- As pessoas naturais com participação societária qualificada em seu capital; As pessoas jurídicas:
  - Com participação qualificada em seu capital;
  - Em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada:
  - Nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas c) deliberações, independentemente da participação societária;
  - Que possuírem diretor ou membro de conselho de administração em

# 27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Garantias concedidas

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 2.500 (R\$ 2.500 – 31.12.2021).

### b) Créditos cedidos

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação (crédito rural), em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$ 72 (R\$ 76 - 31.12.2021).

### c) Fundos de investimento

O Banese, atualmente, não possui nenhum fundo de investimento sendo negociado nas suas agências.

### d) Resultado não recorrente

São resultados não recorrentes para o Banese, o resultado que não está ligado às atividades típicas da instituição e que não sejam previstos de ocorrer com periodicidade nos próximos exercícios.

	Banese Múltiplo e Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021
Lucro Líquido	75.512	83.739
Eventos não recorrentes	(13.378)	(8.600)
Receita com Juros Passivo Atuarial	-	(9.583)
PEA — Programa de Estímulo à Aposentadoria	-	1.966
PEA – Efeito fiscal	-	(983)
FCVS — Efeito líquido ( <b>7</b> )	(13.378)	-
Lucro Líquido Recorrente	62.134	75.139

### e) Covid-19

O Banese continua reforçando o estímulo à utilização dos canais digitais e a constante observação aos protocolos sanitários durante o atendimento em suas unidades de negócio como forma de enfrentamento à Covid-19 e manutenção de cuidados com seus clientes e empregados.

### 28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Banese aprovou a conclusão das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 16 de fevereiro de 2022, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

•	
Helom Oliveira da Silva	Aléssio de Oliveira Rezende
Presidente	Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores
Luciano Cerqueira Passos	Ademário Alves de Jesus
Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia	Diretor de Crédito e Serviços
Lea Selmara Almeida de Matos	Érika de Lima Cunha
Diretora Administrativa	Contadora - CRC-SE — 8.437/0

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Administradores e Acionistas do Banco do Estado de Sergipe S.A.

# **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. ("Banco") identificadas como Banese Múltiplo e Banese Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco do Estado de Sergipe S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

# Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa

# Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto. incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

# Planos de benefício pós emprego

O Banco possui plano de benefício pós emprego que, conforme mencionado na nota explicativa 25, compreendem benefícios de aposentadoria. Consideramos esse assunto como relevante em nossa auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação de saldos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: tábua de mortalidade geral, taxa de desconto e inflação.

Conforme descrito na nota explicativa 25, em 31 de dezembro de 2022, o saldo atuarial, referente ao plano de benefício pós-emprego do Banco, apresentou um superávit não havendo passivo atuarial de responsabilidade da patrocinadora naguela data.

# Abordagem de auditoria:

Analisamos, com o suporte de nossos especialistas atuários, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela diretoria na avaliação dos saldos atuariais decorrentes dos planos de benefício pós emprego, atentando para a acurácia matemática do cálculo e analisando a coerência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, entre outros, os testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós emprego. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco na nota explicativa 25 às demonstrações financeiras consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados para avaliação do saldo atuarial do plano de benefício pós-emprego do Banco, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Administração exerce julgamento para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de acordo com o determinado pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2022 os saldos brutos de operações de crédito são de R\$ 3.528.246 mil (individual) e de R\$ 3.991.919 mil (consolidado), para os quais foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 153.252 mil (individual) e R\$ 235.966 mil (consolidado), respectivamente, sendo que durante o exercício de 2022 foi reconhecido, pelo n e sua controlada despesa em hase líquida com créduvidosa no montante de R\$ 136.688 mil (individual) e R\$ 232.268 (consolidado).

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) das garantias recebidas para as operações de crédito concedidas, que podem impactar o nível de provisionamento a ser considerado; (iii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iv) julgamento da Administração em relação à atribuição de "ratings" que determinam o nível de provisão mínimo individual por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; e (v) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito: entre outros.

# Abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria, abordaram entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela Administração, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alcadas estabelecidas: (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) análise de garantias recebidas; (v) atualização tempestiva de informações dos tomadores de crédito; (vi) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vii) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias: e (viii) a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Também realizamos, com base em uma amostra de operações de crédito, testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens selecionados, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos "ratings" atribuídos, confirmação de saldo diretamente com os tomadores de crédito selecionados, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Adicionalmente avaliamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para apuração e registro contábil das operações de créditos e da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

# Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e sua controlada são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações, a estratégia de auditoria é baseada na eficácia do mesmo. O Banco considera que o sucesso de suas atividades depende da melhoria e do aperfeiçoamento contínuo e integração de seus sistemas.

# Abordagem de auditoria

Avaliamos, com o suporte de nossos especialistas em tecnologia, os controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria, dando ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acessos. Também realizamos procedimentos quanto à efetividade dos controles automáticos relevantes que suportam os processos considerados significativos para as demonstrações financeiras.

Nossos testes no desenho e operação dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planeiadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

# **Outros** assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

# Informações contábeis consolidadas

Essas informações contábeis consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:

https://estadaori.estadao.com/l/d/

Banco Central do Brasil, estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966/2021, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) que serão apresentadas separadamente pelo Banco do Estado de Sergipe S.A. e sobre as quais emitiremos relatório de auditoria independente.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela

supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de seguranca, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e sua controlada
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações

forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governanca declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 16 de fevereiro de 2023.

**ERNST & YOUNG** Auditores Independentes S/S Ltda CRC- SP-034519/0

Renato Nantes Contador CRC-1RJ115529/0-7

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) do Banese foi constituído nos termos da Lei 13.303, de 2016 (Lei das Estatais) e da Resolução CMN nº 3.198, de 2004, sucedida pela Resolução CMN nº 4.910, de 2021. O COAUD é órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por três membros independentes. Tem as suas atribuições definidas na Lei 13.303, de 2016, na Resolução CMN 4.910, de 2021, no Estatuto Social do Banese e no seu Regimento Interno.

O Comitê tem, entre as suas atribuições: (i) o monitoramento e a avaliação da adequação e da efetividade das atividades de auditorias interna e independente; (ii) a supervisão da efetiva independência do auditor independente; (iii) a efetividade e a integridade dos mecanismos de controles interno e de gerenciamento de riscos; (iv) a revisão das demonstrações financeiras e das demais informações divulgadas pelo Banco; (v) a avaliação e o monitoramento das exposições a riscos das empresas do Conglomerado Banese; (vi) o acompanhamento da consistência da política, das práticas e dos procedimentos contábeis; (vii) o monitoramento das condições e dos limites das operações com partes relacionadas; e (viii) o monitoramento da efetividade dos mecanismos de transparência das informações sobre a situação patrimonial, financeira e operacional do Banese.

# **Atividades Desenvolvidas**

No segundo semestre de 2022, o COAUD realizou 18 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, (abrangendo vários temas) além de várias interações com as áreas que realizam atividades inseridas entre as suas atribuições com a participação dos executivos do Banese, e dos responsáveis pela execução das atividades, bem como reuniões periódicas com os auditores independentes - Ernest Young Auditores (EY), visando a uma melhor compreensão sobre a evolução das operações e dos negócios do Banese e dos mecanismos de controle e de gerenciamento de riscos e do capital do Banco. Nessas reuniões o COAUD, além procurar obter informações e de promover discussões sobre os assuntos de seu interesse fez explanações sobre os resultados de seus trabalhos no semestre. O COAUD analisou e opinou sobre os seguintes temas que considera os mais relevantes frente às suas atribuições, além de outros:

- Discussão sobre as principais conclusões na revisão das Demonstrações Financeiras Trimestrais com data-base de 30.9.2022 e anual com data-base de 31.12.2022, em BRGAAP e em IFRS;
- Acompanhamento da execução do Plano Anual da Auditoria Interna (PAINT 2022), avaliação do teor dos relatórios e da consistência dos resultados das auditorias internas, bem como do escopo dos trabalhos realizados, considerando, principalmente, aqueles constantes do planejamento anual;
- Monitoramento do gerenciamento dos riscos a que o Banco e as empresas

# DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme preconiza a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, respaldado em seu artigo 27, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

# Helom Oliveira da Silva

Presidente

Ademário Alves de lesus Diretor de Crédito e Servicos

Diretora Administrativa

Alessio de Oliveira Rezende Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Léa Selmara Almeida de Matos Luciano Cerqueira Passos

Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

controladas estão expostos (Resoluções CMN nºs. 4.557, de 2017, e 4.945, de 2.021), bem como da aderência dos indicadores de riscos aos limites de tolerância constantes da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) aprovada pelo Conselho de Administração;

- Acompanhamento dos planos de ação para correção e para aperfeiçoamentos em decorrência de apontamentos do Auditor Independente e da Auditoria Interna, bem como de apontamentos ou de recomendações de reguladores, especialmente Bacen, CVM e TCE-SE;
- Acompanhamento das respostas e do tratamento do incidente PIX ocorrido em 2022;
- Acompanhamento da evolução e do tratamento de reclamações de clientes recebidas na ouvidoria do Banese, do Banco Central e de outras organizações e órgãos do setor público e privado;
- Acompanhamento da evolução e do tratamento de denúncias recebidas no Canal de Denúncias do Banese, especialmente aquelas inseridas na alçada de atuação do COAUD nos termos da Resolução CMN nº 4.910 (erro que comprometa a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, fraude relevantes de colaboradores do Banese e fraude de qualquer valor perpetrada por administrador);
- Discussão sobre os controles e os registros contábeis e os procedimentos da Administração com vistas à novação e à monetização dos direitos de crédito com o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS);]
- Compreensão das principais questões sobre o gerenciamento de riscos a que o Banese e as demais empresas do Conglomerado Banese estão expostos e acompanhamento da evolução do ambiente de controles internos, com especial atenção para a segurança cibernética, para a continuidade dos negócios e para a prevenção a fraudes em meios de pagamento (Resolução Bacen nº 142, de 2021); e
- Acompanhamento da execução dos planos de ação para o cumprimento das fases do Open Finance.

Por todo o exposto e considerando as informações obtidas em reuniões com as áreas do Banese responsável pelos assuntos contábeis e pelos controles internos o parecer emitido pelos auditores independentes, sem qualquer ressalva, e o resultado de suas próprias análises, o Comitê de Auditoria Estatutário tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao alcance de sua atuação, concluiu que as Demonstrações Financeiras do Banese referentes a 2022, em BRGAAP e em IFRS, atendem aos requisitos de qualidade e de integridade, razão pela qual recomendou ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Aracajú, 15 de fevereiro de 2023.

Corinto Lucca Arruda Coordenador

Luis Carlos Spaziani Membro Titular

Marcello Joaquim Pacheco Membro Titular

# DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Conforme preconiza a Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, respaldado em seu artigo 27, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes emitidos pela Ernst & Young Auditores Independentes referente ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2022.

### Helom Oliveira da Silva Presidente

Ademário Alves de Jesus Diretor de Crédito e Serviços

Diretora Administrativa

Alessio de Oliveira Rezende Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

Léa Selmara Almeida de Matos Luciano Cerqueira Passos Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

# PARECER DO CONSELHO FISCAL Na qualidade de membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe

S.A. e, no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários que compreendem: o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, a demonstração das mutacões do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração do valor adicionado, a demonstração do resultado abrangente e as notas explicativas, incluindo a proposta de destinação do resultado, documentos esses relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base em nossos exames e esclarecimentos prestados pela Administração no curso do respectivo exercício e nos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, sem ressalvas, concluímos que as citadas demonstrações financeiras estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes e em condições de serem submetidas para a aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Aracaju/SE, 16 de fevereiro de 2023.

### Carlos Américo A. de Santana Conselheiro

José Morais Monteiro

Leonardo Peixoto Estevão

Leonardo Coelho Guerra

**Manoel Pinto Dantas Neto** 

# GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Fábio Mitidieri

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Maia Reboucas

Ana Cristina de Carvalho Prado Dias Vice-Presidente

Gilberto Magalhães Occhi

Marcos Venícius Nascimento

Tiago Curi Isaac

Luiz Alves dos Santos Filho Conselheiro representante dos empregados

Helom Oliveira da Silva

Leandro Neves de Oliveira Bando

Sarah Andreozzi Secretária de Estado da Fazenda

DIRETORIA EXECUTIVA

Helom Oliveira da Silva Presidente

Ademário Alves de Jesus Diretor de Crédito e Servicos

Alessio de Oliveira Rezende

Diretor de Finanças, Controles e Relações com Investidores

> Léa Selmara Almeida de Matos Diretora Administrativa

> Luciano Cerqueira Passos

Diretor de Gestão Estratégica e Tecnologia

Érika de Lima Cunha Contadora - CRC-SF - 8 437/0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.

Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: